

Curso Básico

Módulo II

Estado e Revolução Russa

Parte I

Revolução Russa



Estado e a Revolução

Vladimir Ilyich Lenine –

1918 (EXTRATOS)

Prefácio à 1ª Edição

A questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância, tanto do ponto de vista teórico

como do ponto de vista política prática. A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolizador em capitalismo monopolizador de Estado. A monstruosa escravização dos trabalhadores pelo Estado, que se une cada vez mais estreitamente aos onipotentes sindicatos capitalistas, atinge proporções cada vez maiores. Os países mais adiantados se transformam (referimo-nos à "retaguarda" desses países) em presídios militares para os trabalhadores.

Os inauditos horrores e o flagelo de uma guerra interminável tornam intolerável a situação das massas e aumentam a sua indignação. A revolução proletária universal está em maturação e a questão das suas relações com o Estado adquire, praticamente, um caráter de atualidade.

Os elementos de oportunismo, acumulados durante dezenas de anos de relativa paz criaram a corrente de social-patriotismo que predomina nos partidos socialistas oficiais do mundo inteiro. Essa corrente (Plekhanov, Potressov, Brechkovskaia, Rubanovitch e, depois, sob uma forma ligeiramente velada, os srs. Tseretelli, Tchernov & Cia., na Rússia; Scheidemann, Legien, David e outros, na Alemanha; Renaudel, Guesde, Vandervelde, na França e na Bélgica, Hyndman e os fabianos⁽¹⁾, na Inglaterra, etc., etc. essa corrente, socialista em palavras, mas patrioteira em ação, se caracteriza por uma baixa e servil adaptação dos "chefes socialistas" aos interesses não só de "sua" própria burguesia nacional, como também do "seu" próprio Estado, pois a maior parte das chamadas grandes potências exploram e escravizam, há muito tempo, várias nacionalidades pequenas e fracas. Ora, a guerra imperialista não tem outra coisa em vista sendo a partilha, a divisão dessa espécie de despojo. A luta das massas trabalhadoras, para se libertarem da influência da burguesia em geral e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao "Estado".

Primeiro, passemos em revista a doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, detendo-nos mais demoradamente nos pontos esquecidos ou desvirtuados pelo oportunismo. Em seguida, estudaremos especialmente o representante mais autorizado dessas doutrinas desvirtuadas, Karl Kautsky, o chefe mais conhecido dessa II Internacional (1889-1914) que tão tristemente faliu durante a guerra atual. Finalmente, trataremos os principais ensinamentos da experiência das revoluções russas de 1905, e, principalmente, de 1917, Esta última, no momento presente (princípios de agosto de 1917), entra visivelmente no fim de sua primeira fase; mas, toda esta revolução só pode ser encarada como um anel na cadeia de revoluções proletárias socialistas provocadas pela guerra imperialista. A questão das relações entre a revolução socialista do proletariado e o Estado adquire, por conseguinte, não só uma significação política prática, mas também um caráter de palpitante atualidade, pois fará as massas compreenderem o que devem fazer para se libertarem do jugo capitalista em futuro próximo.

O Autor. Agosto, 1917.

Prefácio à 2ª Edição

Esta segunda edição está em quase inteira conformidade com a primeira. Só foi feita uma adição ao parágrafo terceiro do capítulo II

O Autor.

Moscú, 17-30 de dezembro de 1918.

NOTA:

- (1) Membros da "Fabian Society", fundada em janeiro de 1874 e destinada a lutar por uma transformação paulatina da sociedade, a exemplo do que, em matéria militar, fizera o general romano Fábio, o Contemporizador. (N. de A.L.)

(2) A Sociedade de Classes e o Estado

1. O Estado é um Produto do Antagonismo Inconciliável das Classes

Dá-se com a doutrina de Marx, neste momento, aquilo que, muitas vezes, através da História, tem acontecido com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos dirigentes do movimento libertador das classes oprimidas. Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo do ódio mais feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. Mas, depois da sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canonizá-los por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para "consolo" das classes oprimidas e para o seu ludíbrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, aviltando-o. A burguesia e os oportunistas do movimento operário se unem presentemente para infligir ao marxismo um tal "tratamento". Esquece-se, esbate-se, desvirtua-se o lado revolucionário, a essência revolucionária da doutrina, a sua alma revolucionária. Exalta-se e coloca-se em primeiro plano o que é ou parece aceitável para a burguesia. Todos os sociais-patriotas (não riam!) são, agora, marxistas. Os sábios burgueses, que ainda ontem, na Alemanha, se especializavam em refutar o marxismo, falam cada vez mais num Marx "nacional-alemão", que, a dar-lhes ouvidos, teria educado os sindicatos operários, tão magnificamente organizados, para uma guerra de rapina.

Em tais circunstâncias, e uma vez que se logrou difundir tão amplamente o marxismo deformado, a nossa missão é, antes de mais nada, restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Para isso, teremos de fazer longas citações das obras de Marx e de Engels. Essas longas citações tornarão pesada e exposição e não contribuirão para torná-la popular; mas, é absolutamente impossível dispensá-las. Todas as passagens de Marx e Engels, pelo menos as passagens essenciais que tratam do Estado, devem ser reproduzidas sob a forma mais completa possível, para que o leitor possa fazer uma ideia pessoal do conjunto e do desenvolvimento das concepções dos fundadores do socialismo científico. Assim, apoiados em provas, demonstraremos, à evidência, que o atual "kautskismo" as deturpou.

Começamos pela mais vulgarizada das obras de Engels, A Origem da Família, da Propriedade Privada, e do Estado, cuja sexta edição apareceu em Stuttgart, em 1894. Traduziremos os nossos extratos do original alemão, porque as traduções russas, embora numerosas, são, em sua maior parte, incompletas ou muito defeituosas.

Resumindo a sua análise histórica, diz Engels:

"O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a

realidade da Ideia moral", "a imagem e a realidade da Razão" como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". "Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado".

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

É precisamente sobre esse ponto de importância capital e fundamental que começa a deformação do marxismo, seguindo duas linhas principais.

De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes, "corrigem" Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos, resulta, ao contrário, de citações complacentes de Marx, semeadas em profusão, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram.

Assim, na revolução de 1917, quando a questão da significação do papel do Estado foi posta em toda a sua amplitude, posta praticamente, como que reclamando uma ação imediata das massas, todos os socialistas-revolucionários e todos os mencheviques, sem exceção, caíram, imediata e completamente, na teoria burguesa da "conciliação" das classes pelo "Estado". Inúmeras resoluções e artigos desses políticos estão profundamente impregnados dessa teoria burguesa e oportunista da "conciliação". Essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa). A sua noção do Estado é uma das provas mais manifestas de que os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas, como nós, os bolcheviques, sempre o demonstramos, mas democratas pequeno-burgueses de fraseologia aproximadamente socialista.

Em Kautsky, a deformação do marxismo é muito mais sutil. "Teoricamente", não nega que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis; mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do

aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, "se afasta" da sociedade. Esta conclusão teoricamente clara por si mesma, tirou-a Marx, com inteira precisão, como adiante veremos, da análise histórica concreta dos problemas da revolução. E foi precisamente essa conclusão que Kautsky "esqueceu" e desvirtuou, como demonstraremos detalhadamente no decurso da nossa exposição.

2. Força Armada Separada, Prisões Etc.

Contrariamente à antiga organização patriarcal (da tribo ou do clã) - continua Engels - o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão dos súditos segundo o território.

Essa divisão nos parece "natural", mas representa uma longa luta com a antiga organização patriarcal por clãs ou famílias.

"O segundo traço característico do Estado é a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada. Esse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes... Esse poder público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu".

Engels desenvolve a noção dessa "força" que se chama Estado, força proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais. Em que consiste, principalmente, essa força? Em destacamentos de homens armados que dispõem das prisões, etc.

Temos o direito de falar em destacamentos de homens armados, porque o poder público próprio a cada Estado "já não corresponde diretamente" à população armada, isto é, à sua "organização espontânea em armas".

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels esforça-se por atrair a atenção dos trabalhadores conscientes para o que a medíocre pequena burguesia dominante considera menos digno de atenção, mais banal, consagrado por preconceitos não apenas resistentes, mas, pode-se dizer, petrificados. O exército permanente e a política são os principais instrumentos do poder governamental. Mas, poderia ser de outra forma?

Para a grande maioria dos europeus do fim do século XIX, aos quais Engels se dirige e que não viveram nem observaram de perto nenhuma grande revolução, não poderia ser de outra forma. Não compreendem de maneira alguma o que seja a "organização espontânea da população em armas". De onde vem a necessidade de corpos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), separados da sociedade e superiores a ela? Os filisteus da Europa ocidental e da Rússia respondem, muito naturalmente, a essa pergunta, por uma ou duas frases colhidas em Spencer ou em Mikhailovsky, e alegam a complicação crescente da vida social, a diferenciação das funções sociais, etc.

Essas alegações parecem "científicas" e tranquilizam admiravelmente o bom público, obscurecendo o principal, o essencial: a cisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas.

Se essa cisão não existisse, a "organização espontânea da população em armas" se distinguiria certamente, por sua complexidade, por sua técnica, etc., da organização primitiva de um bando de macacos armados de cacetes, ou da de homens primitivos ou associados em clãs, mas seria possível.

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados.

Na passagem citada, Engels coloca teoricamente a questão que, na prática, toda grande revolução põe diante de nós em plena evidência e na escala da ação das massas, ou seja a questão das relações entre os destacamentos "separados" de homens armados e a "organização espontânea da população em armas". Veremos essa questão evoluir na experiência das revoluções europeias e russas.

Mas, voltemos à exposição de Engels.

Ele mostra que o poder público é, às vezes, fraco - por exemplo, em certas regiões da América do Norte (trata-se - exceção bem rara na sociedade capitalista - de certas regiões em que, antes do período imperialista, predominava o colono livre) mas, em geral, o poder público aumenta:

O poder público se reforça à medida que se agravam os antagonismos de classe no interior e à medida que os Estados contíguos se tornam mais fortes e mais populosos. Basta considerar a Europa atual, onde a luta de classes e a competição às conquistas têm aumentado o poder público a um tal grau que ameaça absorver toda a sociedade e até o próprio Estado.

Essas linhas foram escritas, quando muito, pouco depois de 1890. O último prefácio de Engels tem a data de 16 de junho de 1891. A evolução para o imperialismo, caracterizada pela dominação absoluta dos trustes, pela onipotência dos grandes bancos, pela política colonial em grande escala, etc., mal começava na França e era ainda mais fraca na América e na Alemanha. Desde então, a "competição às conquistas" deu um passo gigantesco, a ponto de o globo terrestre, mais ou menos em 1910, achar-se definitivamente partilhado entre os "conquistadores rivais", isto é, entre as grandes potências espoliadoras. Os armamentos terrestres e marítimos aumentaram em enormes proporções e a guerra de rapina de 1914-1917, que devia acarretar a hegemonia universal da Inglaterra ou da Alemanha e repartir o despojo, quase levou a uma catástrofe completa a "absorção" de todas as forças sociais pela voracidade do poder governamental.

Engels soube, já em 1891, denunciar a "competição às conquistas" como um dos principais traços, características da política exterior das grandes potências, ao passo que os malandrins do social-patriotismo, em 1914-1917, depois que essa rivalidade centuplicada gerou a guerra imperialista, disfarçam a sua solicitude pelos interesses espoliadores da "sua" burguesia com frases sobre a "defesa nacional", a "defesa da República e da Revolução", etc.!

3. O Estado, Instrumento de Exploração da Classe Oprimida

Para manter um poder público separado da sociedade e situado acima dela, são necessários os impostos e uma dívida pública.

Investidos do poder público e do direito de cobrança dos impostos - escreve Engels; - os funcionários, considerados como órgãos da sociedade, são colocados acima da sociedade. O respeito livre, voluntário, de que eram cercados os órgãos da sociedade patriarcal (do clã) já lhes não bastaria, mesmo que pudessem adquiri-lo.

Fazem-se leis sobre a "santidade" e "inviolabilidade" dos funcionários.

"O mais insignificante agente de polícia" tem mais "autoridade" que os representantes do clã; mas, o chefe militar de um país civilizado poderia invejar um chefe de clã, que a sociedade patriarcal cercava de um respeito "voluntário e não imposto pelo cacete".

Surge, agora, a questão da situação privilegiada dos funcionários como órgãos do poder público. O ponto essencial é este: que é que os coloca acima da sociedade? Veremos como esta questão teórica foi resolvida praticamente pela Comuna de Paris em 1871, e contornada por Kautsky em 1912, com o emprego de um processo reacionário.

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada.

Não só o Estado antigo e o Estado feudal eram órgãos de exploração dos escravos e dos servos, como também:

O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas.

Tais foram a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, o bonapartismo do primeiro e do segundo Império na França, e Bismarck na Alemanha.

Tal é, acrescentaremos nós, o governo de Kerensky na Rússia republicana, com a sua política de perseguição contra o proletariado revolucionário no momento em que os Sovietes são já impotentes em virtude de seus dirigentes pequeno-burgueses e a burguesia ainda não é bastante forte para os dissolver sem cerimônia.

"Na República democrática" - continua Engels - "a riqueza utiliza-se do seu poder indiretamente, mas com maior segurança", primeiro pela "corrupção pura e simples dos funcionários" (América), depois pela "aliança entre o Governo e a Bolsa" (França e América).

Atualmente, o imperialismo e o reinado dos Bancos têm "desenvolvido", com uma arte requintada, em todas as repúblicas democráticas, esses dois meios de manter e exercer a onipotência da riqueza. Se, por exemplo, nos primeiros meses da República democrática na Rússia, em plena lua-de-mel, por assim dizer, do casamento dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques com a burguesia dentro

do governo de coligação, o sr. Paltchinski sabotava todas as medidas propostas para refrear os apetites desenfreados dos capitalistas e as suas exações nos fornecimentos militares; se, em seguida, o sr. Paltchinski, saído do ministério e substituído, naturalmente, por outro Paltchinski da mesma marca, se vê "gratificado" pelos capitalistas com uma boa sinecura rendendo cento e vinte mil rublos por ano, que significa isso? Corrupção direta ou indireta? Aliança do governo com os sindicatos patronais ou "apenas" relações de amizade? Qual é o papel desempenhado por Tchernov e Tseretelli, Avksentiev e Skobelev? São aliados "diretos" ou apenas indiretos dos milionários concussionários?

A onipotência da "riqueza" é tanto melhor assegurada numa república democrática quanto não está sujeita a uma crosta acanhada do capitalismo. A república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo. Eis por que o capital, depois de se ter apoderado dessa crosta ideal, graças aos Paltchinski, aos Tchernov, aos Tseretelli e consortes, firmou o seu poder de maneira tão sólida, tão segura, que nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder.

É preciso notar ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da socialdemocracia alemã, é o indício da maturidade da classe operária. Nunca mais pode dar e nunca dará nada no Estado atual.

Os democratas pequeno-burgueses, do gênero dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, e os seus irmãos, os social-patriotas e oportunistas da Europa ocidental, esperam, precisamente, "mais alguma coisa" do sufrágio universal. Partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal, "no Estado atual", é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores.

Não podemos senão notar aqui essa falsa concepção e salientar que a declaração clara, precisa e concreta de Engels é desvirtuada a cada passo na propaganda e na agitação dos partidos socialistas "oficiais", isto é, oportunistas. Demonstraremos mais amplamente toda a falsidade da ideia que Engels aqui repudia, desenvolvendo mais adiante as teorias de Marx e Engels sobre o Estado "atual".

Em sua obra mais popular, Engels resume nestes termos a sua teoria:

"O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção de Estado nem de poder governamental. A um certo grau do desenvolvimento econômico, implicando necessariamente na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão. Presentemente, marchamos a passos largos para um tal desenvolvimento da produção, que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, como se toma mesmo um obstáculo à produção. As classes desaparecerão tão inelutavelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e igual de todos os produtores, enviará a máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze". Na literatura de propaganda da socialdemocracia contemporânea, não se encontra essa citação. E quando reproduz esse trecho, é, em geral, como quem se curva diante de um ídolo, como quem faz um ato de veneração oficial por Engels, sem o menor cuidado de refletir sobre a amplitude e profundidade da revolução que "enviará a máquina governamental para o museu de antiguidades". A maior parte das vezes parece que nem sequer se compreendeu o que Engels entende por máquina governamental.

4. "Definhamento" do Estado e a Revolução Violenta

As palavras de Engels sobre o "definhamento" do Estado gozam de tal celebridade, são tão frequentemente citadas, põem tão bem em relevo o fundo da falsificação oportunista do marxismo, que é necessário examiná-las detalhadamente. Citaremos toda a passagem de onde são extraídas:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha- necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escavidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se toma, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então toma-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam - não haverá mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tomando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é "abolido": morre. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de "Estado livre do povo", tanto em seu interesse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro⁽¹⁾.

Sem receio de erro, pode-se dizer que, de todo esse raciocínio de Engels, de uma notável riqueza de pensamento, só resta, nos partidos socialistas de hoje, como verdadeira aquisição do pensamento socialista, a fórmula de Marx, segundo a qual o Estado "morre", contrariamente à doutrina anarquista da "abolição" do Estado. Amputar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de um tal "comentário", não fica senão a concepção de uma, transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. A "extinção" do Estado, na concepção corrente, espalhada, esse "comentário" é a mais grosseira deformação do marxismo em proveito exclusivo da burguesia, deformação baseada teoricamente na omissão das principais circunstâncias e considerações indicadas, nas conclusões de Engels, que acabamos de citar por extenso.

1. Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, "por esse meio, abole o Estado como Estado". "Não se costuma" aprofundar o que isso significa. Em geral, despreza-se inteiramente esse pensamento ou se vê nele uma espécie de "fraqueza hegeliana" de Engels. Na realidade, essas palavras significam, em síntese, a experiência de uma das maiores revoluções

proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, de que falaremos mais detalhadamente no lugar que lhe compete. De fato, Engels fala da "abolição" do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e a "morte" do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não "morre"; é "aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que morrer depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado.

2. O Estado é "uma força especial de repressão". Esta notável e profunda definição de Engels é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa "força especial de repressão" do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma "força especial de repressão" da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a "abolição do Estado como Estado". É nisso que consiste o "ato" de posse dos meios de produção em nome da sociedade. Consequentemente, essa substituição de uma "força especial" (a da burguesia) por outra "força especial" (a do proletariado) não pode equivaler para aquela a um "definhamento".

3. Esse "definhamento" ou, para falar com mais relevo e cor, essa "letargia", coloca-a Engels, claramente, no período posterior ao "ato de posse dos meios de produção pelo Estado, em nome da sociedade", posterior, portanto, à revolução socialista. Todos nós sabemos que a forma política do "Estado" é, então, a plena democracia. Mas, nenhum dos oportunistas, que impudentemente desvirtuam o marxismo, concebe que Engels se refira à "letargia" e à "morte" da democracia. À primeira vista, parece estranho; mas, só é incompreensível para quem não reflete que a democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a Revolução pode "abolir" o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode "definhar".

4. Ao enunciar a sua famosa fórmula: "O Estado morre", Engels apressou-se a precisar que essa fórmula é dirigida contra os oportunistas e contra os anarquistas. E coloca em primeiro lugar o corolário que atinge os oportunistas.

Pode-se apostar que, em dez mil pessoas que leram essas linhas ou ouviram falar do "definhamento" do Estado, nove mil e novecentos ignoram absolutamente ou fingem esquecer que Engels não dirigia as conclusões da sua fórmula apenas contra os anarquistas. E, nas dez restantes, há seguramente nove que não sabem o que é o "Estado livre do povo" e porque, atacando-o, Engels ataca ao mesmo tempo os oportunistas. É assim que se escreve a história. É assim que se adultera insensivelmente a grande doutrina revolucionária, até transformá-la numa banalidade ao nível da mediocridade reinante. A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes repetida, repisada e simplificada, fixando-se nos cérebros

com a tenacidade de um preconceito. A conclusão contra os oportunistas, porém, deixaram-na na sombra e "esquecida"!

O "Estado livre do povo" era o programa e a fórmula corrente dos socialdemocratas alemães de 1870. Essa fórmula não tem nenhum conteúdo político, não passando de uma pomposa expressão burguesa da ideia de democracia. Engels dispunha-se a "justificar momentaneamente" o seu emprego na agitação, na medida em que essa fórmula aludia legalmente à república democrática. Mas era uma fórmula oportunista, pois exprimia não só uma democracia burguesa mal disfarçada, como também - a incompreensão da crítica socialista do Estado em geral. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática.

Mais adiante: todo Estado é uma "força especial de repressão" da classe oprimida. Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular. Marx e Engels explicaram isso muitas vezes aos seus camaradas de partido, mais ou menos em 1870.

5. Na mesma obra de Engels, de cujo raciocínio sobre o definhamento do Estado todos se recordam, encontra-se desenvolvida a definição da revolução violenta. A apreciação do seu papel histórico torna-se, na obra de Engels, verdadeira apologia da revolução. Disso ninguém "se lembra"; é moda, nos partidos socialistas contemporâneos, não falar nem pensar nunca no assunto; na propaganda e na agitação cotidianas entre as massas, essas ideias não desempenham papel algum. No entanto, estão indissolúvelmente ligadas à ideia do "definhamento" do Estado, com a qual formam um todo.

Eis a passagem de Engels:

"Que a violência desempenha ainda outro papel na história, um papel revolucionário; que é, segundo Marx, a parteira de toda velha sociedade, grávida de uma sociedade nova; que é a arma com a qual o movimento social abre caminho e quebra formas políticas petrificadas e mortas - sobre isso o sr. Dühring silencia. É suspirando e gemendo que ele admite a possível necessidade da violência para derrubar a exploração econômica... Infelizmente, pois a violência, diz ele, sempre desmoraliza os que a ela recorrem. E isso, a despeito do grande surto moral e intelectual que nasce de toda revolução vitoriosa! E isso na Alemanha, onde o choque violento, ao qual o povo poderia ser constrangido, teria, ao menos, a vantagem de destruir o servilismo que penetrou na consciência nacional em seguida às humilhações da Guerra dos Trinta Anos. E é essa mentalidade de predicante, sem arrojo, sem sabor e sem força, que pretenderia impor-se ao partido mais revolucionário que a história conhece".

Como conciliar na mesma doutrina essa apologia da revolução violenta, insistentemente repetida por Engels, aos socialdemocratas alemães de 1878 a 1895, isto é, até a sua morte, com a teoria do "definhamento" do Estado?

Costumam conciliá-las ecleticamente, tomando, por um processo empírico ou sofisticado, arbitrariamente, ou para agradar aos poderosos do dia, ora a ideia da revolução violenta, ora a do definhamento; e noventa e nove por cento das vezes, senão mais, colocam em primeiro plano

Justamente esta última. A dialética cede lugar ao ecletismo: com relação ao marxismo, é a coisa mais frequente e mais espalhada na literatura socialdemocrata oficial dos nossos dias. Não é uma novidade, certamente, pois o ecletismo já substituiu a dialética na história da filosofia clássica grega. Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclética da dialética engana as massas com mais facilidade, dando-lhes uma aparente satisfação, fingindo ter em conta todas as faces do fenômeno, todas as formas de desenvolvimento e todas as influências contraditórias; mas, de fato, isso não dá uma noção completa e revolucionária do desenvolvimento social.

Já dissemos, e o demonstraremos mais detalhadamente a seguir, que a doutrina de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este só pode, em geral, ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio da revolução violenta e não por meio do "definimento". A apologia que Engels faz da revolução violenta está plenamente de acordo com as numerosas declarações, altivas e categóricas, de Marx (lembremo-nos do final de A Miséria da Filosofia e do Manifesto Comunista) sobre a inevitabilidade da revolução violenta; lembremo-nos da crítica ao programa de Gotha em 1875, quase trinta anos mais tarde, em que Marx flagela desapiedadamente o oportunismo. Essa apologia de Engels não é, decerto, o produto do "entusiasmo", nem das necessidades da declamação ou da polêmica. A essência de toda a doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa ideia da revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências social-patrióticas e kautskistas.

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo "definimento".

Marx e Engels desenvolveram essa teoria por uma forma detalhada e concreta, estudando separadamente cada situação revolucionária e analisando as lições fornecidas pela experiência de cada revolução em particular. Passemos a essa parte da sua doutrina que é, evidentemente, a mais importante.

I. O Estado e a Revolução. A Experiência de 1848-1851

1. As Vésperas da Revolução

As primeiras obras do marxismo adulto, A Miséria da Filosofia e o Manifesto Comunista, aparecem nas vésperas da revolução de 1848. Em consequência desta circunstância, além da exposição dos princípios gerais do marxismo, temos nelas, até certo ponto, um reflexo da situação revolucionária de então; assim, creio que será mais acertado estudar o que os nossos autores dizem do Estado, antes de examinarmos as suas conclusões da experiência dos anos de 1848-1851.

Em lugar da velha sociedade civil - escreve Marx na Miséria da Filosofia - a classe laboriosa, no curso do seu desenvolvimento, instituirá uma associação onde não existirão as classes nem os seus antagonismos; e, desde então, não haverá mais poder político propriamente dito, pois o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo existente na sociedade civil⁽²⁾.

É instrutivo aproximar desta exposição geral da ideia do desaparecimento do Estado a exposição feita

no Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels alguns meses mais tarde, em novembro de 1847:

Esboçando a largos traços as fases do desenvolvimento proletário, expusemos a história da guerra civil, mais ou menos latente na sociedade, até a hora em que se transforma em revolução aberta e em que o proletariado funda a sua dominação pela derrubada violenta da burguesia.

Como vimos acima, a primeira etapa da revolução operária é a constituição (literalmente: a elevação, Erhebung) do proletariado em classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado aproveitará a sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a quantidade das forças produtoras.

Vemos aqui formulada uma das mais notáveis e importantes ideias do marxismo a propósito do Estado, ou seja a da "ditadura do proletariado" (como Marx e Engels, depois da Comuna de Paris, iriam chamá-la); encontramos, depois, uma definição altamente interessante do Estado, que faz parte, também, das "palavras esquecidas" do marxismo: "o Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante".

Essa definição do Estado nunca foi comentada na literatura de propaganda e de agitação dos partidos socialdemocratas oficiais. Ainda mais: foi esquecida precisamente por ser inconciliável com o reformismo e absolutamente contrária aos preconceitos oportunistas habituais e às ilusões burguesas sobre o "desenvolvimento pacífico da democracia".

O proletariado tem necessidade de um Estado, repisam todos os oportunistas, os social-patriotas e os kautskistas, afirmando ser essa a doutrina de Marx, mas "esquecendo-se" de acrescentar: primeiro, que o proletariado, segundo Marx, só tem necessidade de um Estado em definhamento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar; depois, que o Estado de que os trabalhadores precisam não é outra coisa senão "o proletariado organizado como classe dominante".

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, a burguesia. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os exploradores na luta contra a burguesia, a fim de a suplantarem definitivamente.

As classes exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam da dominação política para o completo aniquilamento de qualquer exploração, no interesse da imensa maioria do povo contra a ínfima minoria dos escravistas modernos, ou sejam os proprietários fundiários e os capitalistas.

Os democratas pequeno-burgueses, esses pseudo-socialistas que substituíram a luta de classes por suas fantasias de harmonia entre as classes, fizeram da transformação socialista uma espécie de sonho: para

eles, não se trata de derrubar a dominação da classe exploradora, mas de submeter paulatinamente à maioria a minoria consciente do seu papel. O único resultado dessa utopia pequeno-burguesa, indissolivelmente ligada à ideia de um Estado por cima das classes, foi a traição dos interesses das classes laboriosas, como o provou a história das revoluções francesas de 1848 e de 1871, como o provou a experiência da participação "socialista" nos ministérios burgueses da Inglaterra, da França, da Itália e de outros países, no fim do século XIX e começo do XX.

Marx lutou, durante toda a sua vida, contra o socialismo burguês, ressuscitado atualmente, na Rússia, pelos partidos socialista-revolucionário e menchevique. Marx, conseqüente consigo mesmo, aplicou a sua doutrina da luta de classes até na sua teoria do poder político e do Estado.

A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada. O regime burguês, ao mesmo tempo que fraciona, dissemina os camponeses e todas as camadas da pequena burguesia, concentra, une e organiza o proletariado. Em virtude do seu papel econômico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto ele, e mesmo mais do que ele, não são aptas para lutar independentemente por sua emancipação.

A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas. O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas laboriosas exploradas para um novo regime econômico.

O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população - os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários - na "edificação" da economia socialista.

Educando o partido operário, o marxismo forma a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime, de ser o instrutor, o chefe e o guia de todos os trabalhadores, de todos os exploradores, para a criação de uma sociedade sem burguesia, e isto contra a burguesia. O oportunismo, ao contrário, desliga da massa e educa, apenas, no partido operário, os representantes dos trabalhadores mais bem retribuídos, que se "instalam" muito confortavelmente em regime capitalista e vendem por um prato de lentilhas o seu direito de primogenitura, isto é, renunciam ao papel de guias revolucionários do povo contra a burguesia.

"O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante" - esta teoria de Marx está indissolivelmente ligada a todo o seu ensinamento sobre o papel revolucionário do proletariado na história. Esse papel tem como ponto culminante a ditadura proletária, a dominação política do proletariado.

Mas, se o proletariado precisa do Estado como de uma organização particular da violência contra a burguesia, é natural que se pergunte se uma tal organização é realizável sem o prévio aniquilamento, a destruição prévia da máquina governamental que a burguesia criou para o seu próprio uso. O

Manifesto Comunista conduz a essa conclusão, e dela se ocupa Marx quando resume as lições da revolução de 1848-1851.

2. A Experiência de uma Revolução

A propósito da questão do Estado, e estudando os resultados da revolução de 1848-1851, Marx, faz, sobre o ponto que nos interessa, o seguinte raciocínio no 18 de Brumário de Luís Bonaparte:

Mas a revolução vai ao fundo das coisas. Atualmente, o seu caminho passa ainda pelo purgatório. Faz a sua obra metodicamente. Até 2 de dezembro de 1851, só havia executado metade do seu trabalho preparatório; ocupa-se, agora, da outra metade. Começou por aperfeiçoar o poder parlamentar, para que fosse possível derrubá-lo. Atingido esse objetivo, passa a aperfeiçoar o poder executivo, reduzindo-o à expressão mais simples, fazendo dele o único culpado para poder concentrar contra ele todas as suas forças de destruição(4). E, quando tiver concluído a segunda metade da sua obra preparatória, a Europa se erguerá para gritar-lhe com entusiasmo: "Bem cavado, velha toupeira! "

Esse poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com o seu mecanismo complicado e artificial, esse exército de mais de meio milhão de funcionários, esse espantoso parasita que, como uma rede, envolve o corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros, nasceu na época da monarquia absoluta, no declínio do feudalismo que ele ajudou a precipitar.

A primeira revolução francesa desenvolveu a centralização.

Mas, ao mesmo tempo, precisou aumentar a extensão, as atribuições e o número de auxiliares do poder governamental. Napoleão completou esse mecanismo. A monarquia legítima e a monarquia de julho nada lhe acrescentaram de novo, salvo uma maior divisão do trabalho...

Por fim, a república parlamentar, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar, com suas medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as subversões aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a despedaçarem (5). Os partidos que, cada qual por seu turno, lutavam pela supremacia, viam no ato de posse desse enorme edifício a presa principal do vencedor.

Nesse notável raciocínio, o marxismo realiza um progresso considerável em relação ao Manifesto Comunista. A questão do Estado era ainda posta, no Manifesto, de uma forma muito abstrata, nos termos e expressões mais gerais. Aqui, a questão se põe concretamente e a dedução é inteiramente precisa, bem definida, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la.

Essa decisão constitui o próprio fundo, o essencial da doutrina marxista sobre o Estado. E é precisamente essa coisa essencial que foi não só esquecida pelos partidos socialdemocratas oficiais dominantes, mas também desnaturada de maneira flagrante (como veremos adiante) pelo mais eminente teórico da 11 Internacional, Karl Kautsky.

O Manifesto Comunista tira as lições gerais da história; essas lições nos fazem ver no Estado o órgão de dominação de uma classe e nos levam necessariamente à conclusão de que o proletariado não poderá derrubar a burguesia sem primeiro ter conquistado o poder político, sem primeiro ter assegurado sua própria dominação política e se ter "organizado em classe dominante" e erigido em Estado - e esse

Estado proletário começará a definir logo em seguida à sua vitória, porque, numa sociedade onde não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível.

A questão de saber em que consiste (do ponto de vista do desenvolvimento histórico) essa substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, não é levantada no Manifesto.

Essa questão colocou-a e resolveu-a Marx em 1852. Fiel à sua filosofia do materialismo dialético, funda sua doutrina na experiência histórica dos grandes anos revolucionários: 1848-1851. Como sempre, a doutrina de Marx é aqui um resumo das lições da experiência, iluminadas por uma concepção filosófica profunda e um rico conhecimento da história.

A questão do Estado se põe concretamente: Como nasceram, historicamente, o Estado burguês e a máquina governamental necessária à dominação da burguesia? Quais têm sido as suas transformações no curso das revoluções burguesas e em presença dos, movimentos de independência das classes escravizadas? Qual é o papel do proletariado em relação a essa máquina governamental?

O poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente. Marx e Engels falam várias vezes, em suas obras, das inúmeras ligações dessas instituições com a burguesia. A experiência, com um vigor e um relevo surpreendentes, faz com que cada trabalhador conheça essa ligação. A classe operária aprende a conhecê-la à sua própria custa. É por isso que compreende tão facilmente e assimila tão bem a ciência que proclama a inevitabilidade desses laços, ciência que os democratas burgueses renegam por ignorância e por irreflexão, quando não têm a leviandade ainda maior de a reconhecer "em geral", esquecendo-se de deduzir as consequências práticas.

A burocracia e o exército permanente são "parasitas" da sociedade burguesa, parasitas engendrados pelos antagonismos internos que esfacelam essa sociedade, parasitas que tapam os poros da vida. O oportunismo de Kautsky, que predomina, atualmente, na socialdemocracia oficial, considera essa teoria do Estado parasitário como própria dos anarquistas e somente dos anarquistas. Evidentemente, essa deformação do marxismo é altamente vantajosa para os pequenos burgueses que mancharam o socialismo com uma nódoa indelével, levando-o a justificar a guerra imperialista com nome de guerra de "defesa nacional", mas, nem por isso deixa de ser uma deformação incontestável.

Esse aparelho burocrático e militar se desenvolve, se aperfeiçoa e se consolida através das numerosas revoluções burguesas de que a Europa tem sido teatro desde a queda do feudalismo. É precisamente a pequena burguesia que se deixa atrair pela grande burguesia e subordinar-se a ela, graças a esse aparelho que dá às camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes, etc., empregos relativamente cômodos, tranquilos e honoríficos, cujos titulares se elevam acima do povo. Veja-se o que se passou na Rússia, durante seis meses, depois de 27 de fevereiro de 1917: os empregos públicos, outrora reservados para os ultrarreacionários, tornaram-se presa dos cadetes, dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários. No fundo, não se pensava em nenhuma reforma séria; tudo se fazia por adiar as reformas "até à Assembleia Constituinte, e essa própria Assembleia Constituinte para depois da guerra! Mas, para repartir o despojo, para ocupar as sinecuras ministeriais, os subsecretariados de Estado, os postos de generais-governadores, etc., etc., não se perdia tempo e não se esperava nenhuma Assembleia Constituinte! ... O jogo das combinações ministeriais não era senão a expressão desse "avanço" que se alastrava de alto a baixo, por todo o país, em toda a

administração central ou local. O resultado objetivo de tudo isso, depois de seis meses - de 27 de fevereiro a 27 de agosto de 1917 - é incontestável: as reformas adiadas, a partilha dos empregos realizada, e os "erros" dessa partilha corrigidos por uma série de outras partilhas.

Mas, quanto mais se reparte o aparelho administrativo entre os partidos da grande e da pequena burguesia (cadetes, socialistas-revolucionários e mencheviques, para tomar como exemplo a Rússia), tanto mais evidente se torna para as classes oprimidas, proletariado à frente, a sua oposição inevitável a toda a sociedade burguesa. Daí a necessidade de todos os partidos burgueses, mesmo os mais democráticos, inclusive os "revolucionários democratas", aumentarem a repressão contra o proletariado revolucionário, reforçarem o aparelho de coerção, ou seja, precisamente a máquina governamental. O curso dos acontecimentos obriga, assim, a revolução a "concentrar todas as forças de destruição" contra o poder do Estado; impõe-lhe, não o melhoramento da máquina governamental, mas a tarefa de demoli-la, de destruí-la.

Não são deduções lógicas, mas o curso real dos acontecimentos, a rude experiência de 1848-1851 que fazem colocar assim o problema. Até que ponto e com que rigor Marx se apoia na experiência histórica, vê-se bem no fato dele, ainda em 1852, não levantar concretamente a questão de saber por quê substituir esta máquina governamental que é preciso aniquilar. A experiência ainda não havia respondido a essa pergunta, que a história só mais tarde, em 1871, pôs na ordem do dia. Em 1852, Marx podia apenas constatar, com a precisão da observação científica aplicada à história, que a revolução proletária, iniciara a tarefa de "concentrar todas as suas forças de destruição" contra o poder do Estado, a tarefa de "quebrar" a máquina governamental.

Poderá perguntar-se se estamos no direito de conclusões de Marx e aplicá-las a um período mais largo do que a história da França de 1848 a 1851. Recordemos primeiro, a esse respeito, uma observação de Engels. Passaremos em seguida ao exame dos fatos.

A França - escrevia Engels no prefácio da terceira edição do 18 de Brumário - é o país onde, mais do que em qualquer outro, as lutas históricas das classes têm tido combates decisivos. É o país onde as formas políticas sucessivas assumem o aspecto mais característico, formas essas em cujos limites se produzem aqueles combates e em que se resumem os resultados dos mesmos. Centro do feudalismo na Idade Média, país clássico da monarquia unitária, desde a época da Renascença, a França arruinou o feudalismo, desde a época de sua grande revolução, e deu ao predomínio da burguesia um caráter de pureza clássica que nenhum país atingiu na Europa. Do mesmo modo, a luta do proletariado, em seu despertar, contra a burguesia dominante, adquire uma acuidade desconhecida nos outros países.

Essa última observação envelheceu, pois que, depois de 1871, houve uma interrupção na luta revolucionária do proletariado francês; contudo, essa interrupção, por longa que tenha sido, não exclui de forma alguma a possibilidade de a França, no curso da futura revolução proletária, revelar-se novamente como o país clássico da luta de classes a todo o transe.

Lancemos um olhar de conjunto sobre a história dos países civilizados nos fins do século XIX e começo do século XX.

Veremos que, mais lentamente, com modalidades mais variadas e num teatro mais amplo, se operam: de um lado, o mesmo processo de elaboração do "poder parlamentar", tanto nos países republicanos, França, América, Suíça, como nas monarquias, Inglaterra, Alemanha até um certo ponto, Itália, os

países escandinavos, etc.; de outro lado, o processo de luta pelo poder, dos diferentes partidos burgueses ou pequeno-burgueses, que dividem entre si os empregos públicos, como um despojo, enquanto os fundamentos do regime burguês se mantêm imutáveis; por fim, o processo de aperfeiçoamento e consolidação do "poder executivo" com o seu aparelho burocrático e militar.

Sem dúvida, são esses os traços comuns de toda a evolução moderna dos Estados capitalistas. Em três anos, de 1848 a 1851, a França, sob uma forma nítida e concentrada, mostrou, na sua rápida sucessão, todos os processos característicos do mundo capitalista.

O imperialismo, especialmente - época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época em que o capitalismo dos monopólios se transforma, por via de crescimento, em capitalismo, de monopólios de Estado - mostra a extraordinária consolidação da "máquina governamental", o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos mais livres países republicanos.

A história universal leva-nos, indubitavelmente e numa escala incomparavelmente mais vasta que em 1852, à "concentração de todas as forças" da revolução proletária, com o objetivo da "destruição" da máquina do Estado.

Por que coisa a substituirá o proletariado? A Comuna de Paris forneceu-nos a esse respeito os elementos mais instrutivos.

II. As Condições Econômicas do Definhamento do Estado

É em Marx que encontramos o mais circunstanciado estudo dessa questão, na sua Crítica do Programa de Gotha (carta a Wilhelm Bracke, de 5 de maio de 1875, publicada somente em 1891 na Neue Zeit, vol. IX, fasc. 1, e de que apareceu uma edição russa). A parte polêmica dessa obra notável, que contém a crítica do lassallianismo, obscureceu um pouco a sua parte positiva, ou seja, o estudo da conexão do desenvolvimento do comunismo e do definhamento do Estado.

1. Como Marx Coloca a Questão

Comparando superficialmente a carta de Marx a Bracke, de 5 de maio de 1875, com a carta de Engels a Bebel, de 28 de março do mesmo ano, anteriormente examinada, pode parecer que Marx seja muito mais "estadista" que Engels e tenha sobre o Estado ideias sensivelmente diferentes.

Engels convida Bebel a deixar de tagarelar a respeito do Estado e a banir completamente do programa a palavra "Estado", para substituí-la pela de "Comuna"; Engels chega a dizer que a Comuna já não é um Estado no sentido próprio da palavra. Ao contrário, Marx fala do "Estado na sociedade comunista futura" parecendo admitir assim a necessidade do Estado, mesmo no regime comunista.

No entanto, seria um profundo erro crer numa divergência de opiniões entre Marx e Engels. Um estudo mais atento mostra que as ideias de Marx e de Engels a respeito do Estado e do seu definhamento são absolutamente idênticas, e que a expressão de Marx aplica-se justamente a um Estado em vias de definhamento.

Não se trata, evidentemente, de marcar um prazo para esse "definhamento" futuro, tanto mais que este constitui um processo de longa duração. A divergência aparente entre Marx e Engels explica-se pela diferença dos assuntos tratados e dos objetivos em mira. Engels propõe-se demonstrar a Bebel, de modo palpável e incisivo, a largos traços, todo o absurdo dos preconceitos correntes (partilhados em elevado grau por Lassalle) a respeito do Estado. Marx apenas toca de passagem nessa questão e interessa-se por outro assunto: o desenvolvimento da sociedade comunista.

Toda a teoria de Marx é a teoria da evolução, na sua forma mais lógica, mais completa, mais refletida e mais substancial, aplicada ao capitalismo contemporâneo. Marx devia, naturalmente, aplicar essa teoria à falência iminente do capitalismo e ao desenvolvimento futuro do comunismo futuro.

Em que podemos basear-nos para pôr a questão do desenvolvimento futuro do comunismo futuro?

No fato de que o comunismo nasce do capitalismo por via do desenvolvimento histórico, que é obra da força social engendrada pelo capitalismo. Marx não se deixa seduzir pela utopia, não procura inutilmente adivinhar o que não se pode saber. Põe a questão da evolução do comunismo como um naturalista poria a da evolução de uma nova espécie biológica, uma vez conhecidas a sua origem e a linha de seu desenvolvimento.

Marx começa por desfazer a confusão trazida pelo programa de Gotha na questão das relações entre o Estado e a sociedade.

A "sociedade atual", escreve ele, é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos expurgada de elementos medievais, mais ou menos modificada pela evolução histórica particular a cada país, mais ou menos desenvolvida. O "Estado atual", pelo contrário, muda com a fronteira. No império prusso-alemão, é diverso do que é na Suíça, e na Inglaterra, diverso do que é nos Estados Unidos. O "Estado atual" é, pois, uma ficção.

No entanto, a despeito da diversidade das suas formas, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados têm todos, de comum, o fato de repousarem no solo da moderna sociedade burguesa, apenas mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista. Certos traços essenciais lhes são por isso comuns. É nesse sentido que se pode falar em Estado atual, tomado em sua expressão genérica, para contrastar com o futuro, em que a sociedade burguesa, que, atualmente, lhe serve de raiz, cessa de existir.

Vem em seguida a questão de saber que transformação sofrerá o Estado numa sociedade comunista. Por outras palavras: Que funções sociais se manterão, análogas às funções do Estado? Essa questão só pode ser resolvida pela ciência, e não é associando de mil maneiras a palavra povo com a palavra Estado que se fará avançar o problema de uma polegada sequer.

Ridicularizando, assim, todo esse bate-boca sobre o "Estado popular", Marx precisa a questão e, de algum modo, previne que só é possível resolvê-la cientificamente quando existem dados solidamente estabelecidos.

O primeiro ponto solidamente estabelecido pela teoria da evolução e, mais geralmente, pela ciência -

ponto esquecido pelos utopistas e, em nossos dias, pelos oportunistas que a revolução social amedronta - é que, entre o capitalismo e o comunismo, deverá intercalar-se, necessariamente, um período de transição histórica.

2. A Transição do Capitalismo ao Comunismo

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista - continua Marx - situa-se o período de transformação revolucionária da primeira para a segunda. A esse período corresponde um outro, de transição política, em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado...

Essa conclusão de Marx repousa sobre a análise do papel desempenhado pelo proletariado na sociedade capitalista, sobre a evolução dessa sociedade e a incompatibilidade dos interesses do proletariado e da burguesia.

Antigamente, a questão era posta assim: para conseguir emancipar-se, o proletariado deve derrubar a burguesia, apoderar-se do poder político e estabelecer a sua ditadura revolucionária. Agora, a questão se põe de modo um pouco diferente: a passagem da sociedade capitalista para a sociedade comunista é impossível sem um "período de transição política" em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado.

Quais as relações dessa ditadura com a democracia?

Já vimos que o Manifesto Comunista aproxima simplesmente uma da outra as duas noções de "organização do proletariado em classe dominante" e de "conquista da democracia". Inspirando-nos em tudo o que precede, podemos determinar de forma mais precisa as transformações que a democracia sofrerá durante a transição do capitalismo para o comunismo.

A sociedade capitalista, considerada nas suas mais favoráveis condições de desenvolvimento, oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na República democrática. Mas, essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo, ela não passa nunca da democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos. A liberdade na sociedade capitalista continua sempre a ser, mais ou menos, o que foi nas Repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores fundada na escravidão. Os escravos assalariados de hoje, em consequência da exploração capitalista, vivem por tal forma acabrunhados pelas necessidades e pela miséria, que nem tempo têm para se ocupar de "democracia" ou de "política"; no curso normal e pacífico das coisas, a maioria da população se encontra afastada da vida política e social.

O exemplo da Alemanha confirma-o com rara evidência. Com efeito, a legalidade constitucional manteve-se com uma constância e uma duração surpreendentes durante perto de meio século (1871/1914), e a socialdemocracia, durante esse período, soube, muito mais que em qualquer outro lugar "tirar proveito" dessa legalidade e organizar politicamente um número de trabalhadores muito mais considerável que em qualquer outra parte do mundo.

E qual é, nesse país, a proporção de escravos assalariados politicamente conscientes e ativos, proporção que é a mais elevada na sociedade capitalista? De quinze milhões de operários assalariados, um milhão pertence ao Partido socialdemocrata! De quinze milhões, três milhões são sindicalizados!

A democracia para uma ínfima minoria, a democracia para os ricos - tal é a democracia da sociedade capitalista. Se observarmos mais de perto o seu mecanismo, só veremos, sempre e por toda parte, nos "menores" (presentemente os menores) detalhes da legislação eleitoral (censo domiciliário, exclusão das mulheres, etc.), assim como no funcionamento das assembleias representativas, nos obstáculos de fato ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os "maltrapilhos"), na estrutura puramente capitalista da imprensa diária, etc., etc., só veremos restrições ao princípio democrático. Essas limitações, exceções, exclusões e obstáculos para os pobres, parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram a necessidade e que nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto a sua vida (e nesse caso estão os nove décimos, senão os noventa e nove centésimos dos publicistas e dos políticos burgueses); mas, totalizadas, essas restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na, democracia. Marx percebeu perfeitamente esse traço essencial da democracia capitalista, ao dizer, na sua análise da experiência da Comuna: Os oprimidos são autorizados, uma vez cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no parlamento, os representará e esmagará!

Mas, a passagem dessa democracia capitalista, inevitavelmente mesquinha, que exclui sorrateiramente os pobres e, por consequência, é hipócrita e mentirosa, "para uma democracia cada vez mais perfeita", não se opera tão simples nem tão comodamente como o imaginam os professores liberais e os oportunistas pequeno-burgueses. Não; o progresso, isto é, a evolução para o comunismo, se opera através da ditadura do proletariado, e não pode ser de outro modo, pois não há outro meio que a ditadura, outro agente que o proletariado para quebrar a resistência dos capitalistas exploradores.

Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores, não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir lhes a atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar a sua resistência pela força; ora, é claro que onde há esmagamento, onde há violência, não há liberdade, não há democracia.

Engels o disse perfeitamente, na sua carta a Bebel, ao escrever, como o leitor se recorda:

"O proletariado usa o Estado, não no interesse da liberdade, mas sim para triunfar sobre o adversário e, desde que se possa falar de liberdade, o Estado como tal deixará de existir.

A democracia para a imensa maioria do povo e a repressão pela força da atividade dos exploradores, dos opressores do povo, por outras palavras, a sua exclusão da democracia - eis a transformação que sofre a democracia no período de transição do capitalismo ao comunismo.

Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver perfeitamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes, isto é, quando não houver mais distinções entre os membros da sociedade em relação à produção, só então é que "o Estado deixará de existir e se poderá falar de liberdade". Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente completa e cuja regra não sofrerá exceção alguma. Só então a democracia começará a definir - pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores,

da selvageria, da insânia, da ignomínia sem-nome da exploração capitalista, os indivíduos se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares da vida social, de todos conhecidas e repetidas, desde milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama o Estado.

A expressão "o Estado definha" é muito feliz por que exprime ao mesmo tempo a lentidão do processo e a sua espontaneidade. Só o hábito é que pode produzir esse fenômeno, e sem dúvida o há de produzir já vemos, em torno de nós, com- que facilidade os homens se habituem a observar as regras indispensáveis da vida social, contanto que nelas não haja exploração, e que não havendo nada que provoque a indignação, o protesto, a revolta, nada necessite de repressão.

Assim, pois, a sociedade capitalista não nos oferece senão uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente perfeita, e, quanto mais perfeita for, mais depressa se tornará supérflua e por si mesma se eliminará.

Por outras palavras, no regime capitalista, temos o Estado no sentido próprio da palavra, isto é, uma máquina especialmente destinada ao esmagamento de uma classe por outra, da maioria pela minoria. Compreende-se que a realização de uma tarefa semelhante - a repressão sistemática da atividade de uma maioria de explorados por uma minoria de exploradores - exija uma crueldade, uma ferocidade extrema: são necessárias ondas de sangue através das quais a humanidade se debate na escravidão e na servidão.

No período de transição do capitalismo para o comunismo, a repressão é ainda necessária, mas uma maioria de explorados a exerce contra uma minoria de exploradores. O aparelho especial de repressão do "Estado" é ainda necessário, mas é um Estado transitório, já não é o Estado propriamente dito, visto que o esmagamento de uma minoria de exploradores pela maioria dos escravos assalariados de ontem é uma coisa relativamente tão fácil, tão simples, tão natural, que custará à humanidade muito menos sangue do que a repressão das revoltas de escravos, de servos e de operários assalariados.' E isso é compatível com uma democracia que abarque uma maioria tão grande da população que comece a desaparecer a necessidade de um aparelho especial de coação. Os exploradores só estão, naturalmente, em condições de oprimir o povo porque dispõem de um aparelho especial, muito complicado, mas o povo pode coagir os exploradores sem aparelho especial, pela simples organização armada das massas (de que os Sovietes de deputados operários e soldados nos fornecem um exemplo, diremos nós, por antecipação).

Finalmente, só o comunismo torna o Estado inteiramente supérfluo, porque não há mais ninguém a coagir (ninguém no sentido social, não de classe), não há mais luta sistemática a levar por diante contra uma certa parte da população. Não somos utopistas e não negamos, de forma alguma, a possibilidade e a fatalidade de certos excessos individuais, como não negamos a necessidade de reprimir esses excessos. Mas, em primeiro lugar, não há para isso necessidade de um aparelho especial de pressão; o povo armado, por si mesmo, se encarregará dessa tarefa, tão simplesmente, tão facilmente, como uma multidão civilizada, na sociedade atual, aparta uma briga ou se opõe a um estupro. Sabemos, aliás, que a principal causa dos excessos que constituem as infrações às regras da vida social é a exploração das massas, condenadas à miséria, às privações. Uma vez suprimida essa causa principal, os próprios

excessos começarão infalivelmente a "definhar" também. Não sabemos com que presteza, nem com que gradação, mas é certo que irão definhando. E o Estado desaparecerá com eles.

Marx, sem cair na utopia, indicou mais detalhadamente o que, desde já, é possível saber das duas fases, uma inferior e outra superior, do desenvolvimento da sociedade comunista.

3. Primeira fase da Sociedade Comunista

Na Crítica do Programa de Gotha, Marx refuta detalhadamente a ideia de Lassalle, segundo a qual o operário, sob o regime socialista, receberá o produto "íntacto", o "produto integral" do seu trabalho.

Ele demonstra que, da totalidade do produto social, é preciso deduzir o fundo de reserva, o fundo de ampliação de produção, a amortização da ferramenta usada, etc., e, em seguida, sobre os objetos de consumo, um fundo para as despesas de administração para as escolas, os hospitais, os asilos de velhos, etc.

Em lugar da fórmula imprecisa, obscura e geral de Lassalle sobre o direito do operário ao "produto integral do seu trabalho", Marx estabelece o orçamento exato da gestão de uma sociedade socialista. Ele faz a análise concreta das condições de vida em uma sociedade liberta do capitalismo, e expressa-se assim:

O de que se trata aqui é de uma sociedade comunista, não tal como se desenvolveu na base que lhe é própria, mas, ao contrário, tal como acaba de sair da sociedade capitalista; por conseguinte, de uma sociedade que, sob todos os pontos de vista, econômico, moral e intelectual, traz ainda os estigmas da antiga sociedade de cujos flancos sai.

É essa sociedade comunista que acaba de sair dos flancos do capitalismo, e que ainda traz todos os estigmas da velha sociedade, o que constitui para Marx a "primeira" fase, a fase inferior do comunismo.

Os meios de produção deixaram de ser, nesse momento, a propriedade privada de indivíduos, para pertencerem à sociedade inteira. Cada membro da sociedade, executando uma certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe um certificado constatando que efetuou determinada quantidade de trabalho. Com esse certificado, ele recebe, nos armazéns públicos, uma quantidade correspondente de produtos. Feito o desconto da quantidade de trabalho destinada ao fundo social, cada operário recebe da sociedade tanto quanto lhe deu.

Reina uma "igualdade" aparente.

Mas, quando, tendo em vista a ordem social habitualmente chamada socialismo e que Marx chama de primeira fase do comunismo Lassalle diz que há nela "justa repartição", aplicação do "direito igual de cada um ao produto igual do trabalho", Lassalle se engana e Marx explica por quê.

O "direito igual", diz Marx, encontramos-lo aqui, com efeito, mas é ainda o "direito burguês", o qual, como todo direito, pressupõe uma desigualdade. Todo direito consiste na aplicação de uma regra única a diferentes pessoas, a pessoas que, de fato, não são nem idênticas nem iguais. Por consequência, o "direito igual" equivale a uma violação da igualdade e da justiça.

Com efeito, cada um recebe, por uma parte igual de trabalho social, uma parte igual da produção social

(dedução feita da quantidade destinada ao fundo social).

Ora, os indivíduos não são iguais; é um mais forte, outro mais fraco; um é casado, outro celibatário; este tem mais filhos, aquele tem menos, etc.

Com igualdade de trabalho, conclui Marx, e, por consequência, com igualdade de participação no fundo social de consumo, um recebe, efetivamente, mais do que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. Para evitar todas essas dificuldades o direito deveria ser, não igual, mas desigual.

A primeira fase do comunismo ainda não pode, pois, realizar a justiça e a igualdade; hão de subsistir diferenças de riqueza e diferenças injustas; mas, o que não poderia subsistir é a exploração do homem pelo homem, pois que ninguém poderá mais dispor, a título de propriedade privada, dos meios de produção, das fábricas, das máquinas, da terra. Destruindo a fórmula confusa e pequeno-burguesa de Lassalle, sobre a "desigualdade" e a "justiça" em geral, Marx indica as fases por que deve passar a sociedade comunista, obrigada, no início, a destruir apenas o "injusto" açambarcamento privado dos meios de produção, mas incapaz de destruir, ao mesmo tempo, a injusta repartição dos objetos de consumo, conforme o trabalho e não conforme as necessidades.

Os economistas vulgares, e entre eles os professores burgueses, inclusive o "nosso" Tugan, acusam continuamente os socialistas de não levarem em conta a desigualdade dos homens e "sonharem" com a supressão dessa desigualdade. Essas censuras, como o vemos, não fazem senão denunciar a extrema ignorância dos senhores ideólogos burgueses.

Não só Marx leva em conta, muito precisamente, essa desigualdade inevitável, como ainda tem em conta o fato de que a socialização dos meios de produção - o "socialismo", no sentido tradicional da palavra - não suprime, por si só, os vícios de repartição e de desigualdade do "direito burguês", que continua a predominar enquanto os produtos forem repartidos "conforme o trabalho".

Mas isto, continua Marx, são dificuldades inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como saiu, depois de um longo e doloroso parto, da sociedade capitalista. O direito não pode nunca estar em nível mais elevado do que o estado econômico e do que o grau de divisão social correspondente.

Assim, na primeira fase da sociedade comunista, corretamente chamada socialismo, o "direito burguês" é apenas parcialmente abolido, na medida em que a revolução econômica foi realizada, isto é, apenas no que respeita aos meios de produção. O "direito burguês" atribui aos indivíduos a propriedade privada daqueles. O socialismo faz deles propriedade comum. É nisso, e somente nisso, que o "direito burguês" é abolido.

Mas ele subsiste em sua outra função: subsiste como regulador (fator determinante) da repartição dos produtos e do trabalho entre os membros da sociedade. "Quem não trabalha, não come", este princípio socialista já está realizado; "para soma igual de trabalho, soma igual de produtos", este outro princípio socialista está igualmente realizado. Mas isso ainda não é o comunismo e ainda não abole o "direito burguês", que, a pessoas desiguais e por uma soma desigual, realmente desigual, de trabalho, atribui uma soma igual de produtos.

É uma "dificuldade", diz Marx, mas é uma dificuldade inevitável na primeira fase do comunismo, pois,

a não ser que se caia na utopia, não se pode pensar que logo que, o capitalismo seja derrubado, os homens saberão, de um dia para o outro, trabalhar para a sociedade sem normas jurídicas de nenhuma espécie. A abolição do capitalismo não dá, aliás, de uma só vez, as premissas econômicas de uma mudança semelhante,

Ora, não há outras normas senão as do "direito burguês". É por isso que subsiste a necessidade de um Estado que, embora conservando a propriedade comum dos meios de produção, conserva a igualdade do trabalho e a igualdade da repartição.

O Estado morre na medida em que não há mais capitalistas, em que não há mais classes e em que, por conseguinte, não há mais necessidade de esmagar nenhuma classe.

Mas, o Estado ainda não sucumbiu de todo, pois que ainda resta salvar o "direito burguês" que consagra a desigualdade de fato. Para que o Estado defina completamente, é necessário o advento do comunismo completo.

4. Fase Superior da Sociedade Comunista

Marx continua:

Em uma fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, os antagonismos entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; quando o trabalho tiver se tornado não só um meio de vida, mas também a primeira necessidade da existência; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos, em todos os sentidos, as forças produtoras forem crescendo, e todas as fontes da riqueza pública jorrarem abundantemente, só então, o estreito horizonte do direito burguês será completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: "De cada um conforme a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades".

Agora é que podemos apreciar toda a justeza das observações de Engels, quando cobre de impiedosos sarcasmos esse absurdo emparelhamento das palavras "liberdade" e "Estado". Enquanto existir Estado, não haverá liberdade; quando reinar a liberdade, não haverá mais Estado.

A condição econômica da extinção completa do Estado é o comunismo elevado a tal grau de desenvolvimento que toda oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico desaparecerá, desaparecendo, portanto, uma das principais fontes de desigualdade social contemporânea, fonte que a simples socialização dos meios de produção, a simples expropriação dos capitalistas é absolutamente impotente para fazer secar de um golpe.

Essa expropriação tornará possível uma expansão das forças produtoras. Vendo, desde já, o quanto o capitalismo entrava essa expansão, e quanto progresso se poderia realizar, graças à técnica moderna já alcançada, estamos no direito de afirmar, com uma certeza absoluta, que a expropriação dos capitalistas dará infalivelmente um prodigioso impulso às forças produtoras da sociedade humana. Mas, qual será o ritmo desse movimento, em que momento romperá ele com a divisão do trabalho, abolirá a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico e fará do primeiro "a primeira necessidade da existência", não o sabemos nem o podemos saber.

Assim, não temos o direito de falar senão do definhamento inevitável do Estado, acentuando que a duração desse processo depende do ritmo com que se desenrolar a fase superior do comunismo. A questão do momento e das formas concretas desse definhamento continua aberta, pois que não temos dados que nos permitam resolvê-la.

O Estado poderá desaparecer completamente quando a sociedade tiver realizado o princípio: "De cada um conforme a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades", isto é, quando se estiver tão habituado a observar as regras primordiais da vida social e o trabalho se tiver tornado tão produtivo, que toda a gente trabalhará voluntariamente, conforme a sua capacidade. "O estreito horizonte do direito burguês - com os seus cálculos à Shylock: "Por acaso, não terei trabalhado mais meia hora que o meu vizinho? O meu vizinho não terá recebido salário maior do que o meu?" - esse estreito horizonte será então ultrapassado. A repartição dos produtos não mais exigirá que a sociedade destine a cada um a parte de produtos que lhe cabe. Cada um será livre de ter "segundo as suas necessidades".

Do ponto de vista burguês, é fácil chamar de "pura utopia" um tal regime social e escarnecer malignamente dos socialistas que prometem a cada um, sem qualquer controle do seu trabalho, tanto quanto quiser de trufas, de automóveis, de pianos, etc. É com zombarias malignas dessa espécie que ainda hoje se sai de apuros a maioria dos "sábios" burgueses que não fazem com isso senão mostrar a sua ignorância e a sua devoção interesseira pelo capitalismo.

A sua ignorância, sim, pois que nem um só socialista se lembrou de "profetizar" o advento da fase superior do comunismo. Quando os grandes teóricos do comunismo a preveem, é que supõem uma produtividade do trabalho muito diferente da de hoje, assim como um homem muito diferente do de hoje, muito capaz, como os seminaristas de Pornialovski, de desperdiçar, a torto e a direito, as riquezas públicas e de exigir o impossível.

Até essa fase "superior" do comunismo, os socialistas reclamam, da sociedade e do Estado, a fiscalização rigorosa do trabalho fornecido e do consumo; mas, essa fiscalização deve começar pela expropriação dos capitalistas e ser exercida pelo Estado dos operários e não pelo Estado dos funcionários.

A defesa interesseira do capitalismo pelos ideólogos burgueses (e sua camarilha, gênero Tseretelli, Tchernov & Cia.) consiste precisamente em escamotear, com discussões e frases sobre um futuro longínquo, a questão essencial da política de hoje: a expropriação dos capitalistas, a transformação de todos os cidadãos em trabalhadores, empregados de um mesmo grande "sindicato de produção", o Estado, e a inteira subordinação de todo o trabalho desse sindicato a um Estado verdadeiramente democrático, o Estado dos Sovietes dos deputados operários e soldados.

No fundo, quando um sábio professor, e atrás dele o bom público, e com eles Tchernov e Tseretelli, denunciam as insensatas utopias e as promessas demagógicas dos bolcheviques, e declaram impossíveis "instauração" do socialismo, o que eles têm em vista é precisamente essa fase superior do comunismo, que ninguém nunca prometeu, como nunca mesmo sonhou em "instaurar", pela razão de que isso é impossível.

Abordamos aqui a questão da distinção científica entre o socialismo e o comunismo, questão tocada por Engels na passagem precedentemente citada sobre a impropriedade do nome de "socialdemocrata". Na política, a diferença entre a primeira e a segunda fase do comunismo tornar-

se-á, com o tempo, sem dúvida, considerável, mas, atualmente, em regime capitalista, seria ridículo fazer caso dela, e só alguns anarquistas é que podem colocá-la em primeiro plano (se é que ainda existem, entre os anarquistas, pessoas a quem nada ensinou a metamorfose, "à maneira de Plekhanov", dos Kropotkine, dos Grave, dos Cornelissen e outros ases do anarquismo em social-patriotas ou em anarco- trincheiristas, conforme a expressão de Gay, um dos ratos anarquistas que conservaram a honra e a consciência).

Mas a diferença entre o socialismo e o comunismo é clara. Ao que se costuma chamar socialismo Marx chamou a "primeira" fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade comum, pode aplicar-se a palavra "comunismo", contanto que não se esqueça que é esse um comunismo incompleto. O grande mérito da exposição de Marx é também continuar fiel à dialética materialista e à teoria da evolução, considerando o comunismo como alguma coisa que nasce do capitalismo, por via de desenvolvimento. Em lugar de se apegar a definições escolásticas, artificiais e imaginárias, a estéreis questões de palavras (que é o socialismo? que é o comunismo?), Marx analisa o que se poderia chamar de graus da maturidade econômica do comunismo.

Na sua primeira fase, no seu primeiro estágio, o comunismo não pode, economicamente, estar em plena maturação, completamente libertado das tradições ou dos vestígios do capitalismo. Daí, esse fato interessante de se continuar prisioneiro do "estreito horizonte do direito burguês". O direito burguês, no que concerne à repartição, pressupõe, evidentemente, um Estado burguês, pois o direito não é nada sem um aparelho capaz de impor a observação de suas normas.

Segue-se que, durante um certo tempo, não só o direito burguês, mais ainda o Estado burguês, sem burguesia subsiste em regime comunista!

Pode parecer que isso seja um paradoxo ou um simples quebra-cabeça, e esta censura é frequentemente feita ao marxismo por pessoas que nunca se deram ao trabalho de estudar, por pouco que fosse, a sua substância extraordinariamente profunda.

Mas, a vida nos mostra a cada passo, na natureza e na sociedade, que os vestígios do passado subsistem no presente. Não foi arbitrariamente que Marx introduziu um pouco de "direito burguês" no comunismo; ele não fez mais do que constatar o que, econômica e politicamente, é inevitável numa sociedade saída do capitalismo.

A democracia tem uma enorme importância na luta da classe operária por sua emancipação. Mas a democracia não é um limite que não possa ser ultrapassado, e sim uma etapa no caminho que vai do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo.

Democracia implica igualdade. Compreende-se a importância da luta do proletariado pela igualdade e pelo próprio princípio de igualdade, contanto que sejam compreendidos como convém, no sentido da

supressão das classes. Mas, democracia quer dizer apenas igualdade formal. E, logo após a realização da igualdade de todos os membros da sociedade quanto ao gozo dos meios de produção, isto é, a igualdade do trabalho e do salário, erguer-se-á, então, fatalmente, perante a humanidade, o problema do progresso seguinte, o problema da passagem da igualdade formal à igualdade real baseada no princípio: "De cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades". Por que etapas, por que medidas práticas a humanidade atingirá esse objetivo ideal, não o sabemos nem

podemos sabê-lo. Mas, o que importa é ver a imensa mentira contida na ideia burguesa de que o socialismo é alguma coisa de morto, de rígido, de estabelecido de uma vez por todas, quando, na realidade, só o socialismo porá em marcha, em ritmo acelerado, a maioria da população, primeiro, e depois, a população inteira, em todos os domínios da vida coletiva e da vida privada.

A democracia é uma das formas, uma das variantes do Estado. Por consequência, como todo Estado, ela é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens. Isso, por um lado. Mas, por outro lado, é ela o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual de todos em determinar a forma do Estado e administrá-lo. Segue-se que, a certa altura do seu desenvolvimento, a democracia levanta, logo de início, contra o capitalismo, a classe revolucionária do proletariado e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado, mesmo republicano, o exército permanente, a polícia, o funcionalismo, e de substituir tudo isso por uma máquina mais democrática, mas que nem por isso é menos uma máquina de Estado, constituída pelas massas operárias armadas, preparando a organização de todo o povo em milícias.

Aqui, "a quantidade se transforma em qualidade": chegada a esse grau, a democracia sai dos quadros da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo. Se todos os homens tomam realmente parte na gestão do Estado, o capitalismo não pode mais manter-se. Ora, o desenvolvimento do capitalismo cria as premissas necessárias para que "todos possam, de fato, tomar parte na gestão do Estado". Essas premissas são, entre outras, a instrução universal, já realizadas na maior parte dos países capitalistas avançados, e, depois, "a educação e a disciplina" de milhões de operários pelo imenso aparelho, complicado e já socializado, do correio, das estradas de ferro, das grandes fábricas, do grande comércio, dos Bancos, etc., etc.

Com tais premissas econômicas, é totalmente impossível derrubar, de um dia para o outro, os capitalistas e os funcionários, e substituí-los, no controle da produção e da repartição, no recenseamento do trabalho e dos produtos, pelos operários armados, pelo povo inteiro em armas. (É preciso não confundir a questão do controle e do recenseamento com a questão do pessoal técnico, engenheiros, agrônomos, etc.: esses senhores trabalham, hoje, sob as ordens dos capitalistas; trabalharão melhor ainda sob as ordens dos operários armados).

Recenseamento e controle, eis as principais condições necessárias ao funcionamento regular da sociedade comunista na sua Primeira fase. Todos os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado, personificado, por sua vez, pelos operários armados. Todos os cidadãos se tornam empregados e operários de um só truste universal de Estado. Trata-se apenas de obter que eles trabalhem uniformemente, que observem a mesma medida de trabalho e recebam um salário uniforme. Essas operações de recenseamento e de controle foram antecipadamente simplificadas em extremo

pelo capitalismo, que as reduziu a formalidades de fiscalização e de inscrição, a operações de aritmética e à entrega de recibos, que são, todas, coisas acessíveis a quem quer que saiba ler e escrever.

Quando a maioria do povo efetuar, por si mesma e em toda a parte, esse recenseamento e esse controle dos capitalistas (transformados então em empregados) e dos senhores intelectuais que conservarem ainda ares de capitalistas, esse controle tornar-se-á verdadeiramente universal, geral, nacional, e ninguém saberá mais "onde meter-se", para escapar a ele.

A sociedade inteira não será mais do que um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário.

Mas essa disciplina de "oficina", que, uma vez vencidos os capitalistas e derrubados os exploradores, o proletariado tornará extensiva a toda a sociedade, não é absolutamente o nosso ideal nem o nosso objetivo final; ela é apenas a transição necessária para limpar radicalmente a sociedade das vilanias e das sujeiras da exploração capitalista e permitir-lhe continuar a sua marcha para a frente.

A partir do momento em que os próprios membros da sociedade, ou, pelo menos, a sua imensa maioria, tenham aprendido a gerir o Estado, tenham tomado a direção das coisas e organizado o seu controle, tanto sobre a ínfima minoria de capitalistas como sobre os pequenos senhores desejosos de conservar os seus ares de capitalistas e sobre os trabalhadores profundamente corrompidos pelo capitalismo, desde esse momento tenderá a desaparecer a necessidade de qualquer administração. Quanto mais perfeita for a democracia, tanto mais próximo estará o dia em que se tornará supérflua. Quanto mais democrático for o Estado, constituído por operários armados e deixando, por isso mesmo, de ser "o Estado no sentido próprio da palavra", tanto mais rápida será também a extinção de qualquer Estado.

Quando toda a gente tiver, de fato, aprendido a administrar e administrar realmente, diretamente, a produção social, quando todos prcederem de fato ao registro e ao controle dos parasitas, dos filhos-família, dos velhacos, e outros "guardiães das tradições capitalistas", então será tão incrivelmente difícil, para não dizer impossível, escapar a esse recenseamento e a esse controle, e toda tentativa nesse sentido provocará, provavelmente, um castigo tão pronto e tão exemplar (pois os operários armados são gente prática e não intelectuais sentimentais, e não gostam que se brinque com eles), que a necessidade de observar as regras simples e fundamentais de toda sociedade humana tornar-se-á muito depressa um hábito.

Então a porta se abrirá, de par em par, para a fase superior da sociedade comunista e, por conseguinte, para o definhamento completo do Estado.

Posfácio à Primeira Edição

Esta brochura foi escrita em agosto e setembro de 1917. Eu traçara, também, o plano de um capítulo VII: "A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917"; mas, fora o título, "impedido" que fiquei pela crise política que precipitou a revolução de outubro de 1917, não tive tempo de escrever uma linha, sequer⁽¹⁵⁾. Só temos que nos alegrar com um "impedimento" dessa espécie. Sem dúvida, deve ser deixada para muito mais tarde a redação da segunda parte deste opúsculo ("a experiência das revoluções russas de 1905 e 1917"); é mais útil e mais agradável fazer "a experiência de uma revolução" do que escrever sobre ela.

O Autor.

Notas:

(1). F. Engels, **Anti-Dühring**. (N. de A.L.)

(2). Karl Marx. **Miséria da Filosofia**. (N. de A.L.)

- (6) As **Cartas de Marx a Kugelmann** foram publicadas em russo, em duas edições pelo menos, sendo que uma revista e prefaciada por mim.
- (7) Partidários de Blanqui (N. de A.L.)
- (8) Grifado por Engels.
- (9) O que, em curso nominal, representa cerca de 2.400 rublos, e 6.000 rublos ao curso atual. Os bolcheviques que propõem, por exemplo, nas municipalidades, ordenados de 9.000 rublos, em lugar de propor um máximo de 6.000 para toda a Rússia, cometem um erro imperdoável.
- (10) Quando o Estado reduz as suas funções essenciais ao registro e ao controle dos próprios trabalhadores, deixa de ser o "Estado político", e as "funções públicas", de políticas que eram, passam a ser simplesmente administrativas. (Ver mais atrás, cap. IV, § 2.0, a polêmica de Engels com os anarquistas).
- (11) Karl Marx, **A Guerra Civil em França** (N. de A.L.)
- (12) Grifado por Kautsky.
- (13) Adeptos de Jean Jaurès. (N. de A.L.)
- (14) O Partido Trabalhista Independente, fundado em 1893 na Inglaterra, deu lugar ao atual Partido Trabalhista (N. de A.L.)
- (15) Lênin chegou a escrever, aliás, as linhas seguintes, interrompendo aí a redação: "O assunto indicado nesse título é tão vasto que se pode e deve consagrar-lhe alguns volumes. Somos forçados a nos limitar naturalmente, nesta brochura, às lições mais importantes da experiência no que concerne às tarefas do proletariado em relação ao poder político durante a revolução" (N. de A.L.)

Curso Básico

Módulo II

Estado e Revolução Russa

Parte II

Revolução Russa





Trechos do Livro *Como Fizemos a Revolução* de Leon Trotsky

A Revolução de Novembro¹

I

Na nossa época os acontecimentos sucedem-se com tamanha rapidez que se torna difícil reproduzi-los por ordem cronológica. Não disponho de quaisquer fontes documentais para organizar um esboço da revolução de Novembro, mas faço-o confiando nas minhas recordações e reservando para mais tarde um relato mais completo e perfeito, apoiado em testemunhos verídicos.

Desde os primeiros dias da Revolução o nosso partido teve a firme convicção de que a lógica dos acontecimentos o levaria ao Poder. Não quero falar dos teóricos do nosso partido que, muitos anos antes desta Revolução e anteriormente ainda à de 1905², analisando as relações entre as classes sociais russas, tinham afirmado que um movimento revolucionário vitorioso colocaria inevitavelmente o poder do Estado nas mãos dos proletários, apoiados pela grande massa dos camponeses pobres.

Esta afirmação apoiava-se na insignificância da burguesia democrática e na concentração da indústria em poucas mãos o que determinava a importância enorme da classe operária. A insignificância da classe média não é mais do que o reverso do poder do proletariado. A guerra originou aparências enganadoras a este respeito, porque atribuiu um papel decisivo ao exército que, na realidade, era formado por camponeses. Se a Revolução tivesse acontecido em época mais normal, se tivesse começado em tempo de paz, como em 1912, o proletariado teria assumido uma atitude diretiva desde o primeiro momento e teria arrastado gradualmente os camponeses. A guerra, porém, modificou a lógica dos acontecimentos. Os camponeses estavam organizados militarmente no exército. Antes que as aspirações e ideias os unissem, já estavam organizados em regimentos. Os pequenos burgueses espalhados nesses exércitos, experimentavam quase todos os sentimentos revolucionários próprios da sua classe. O descontentamento social das massas aumentava e adensava-se com o desastre militar. Apenas começou o movimento revolucionário a guarda avançada do proletariado restaurou as tradições de 1905 e incitou as massas para se organizarem em corpos representativos, isto é, em soviets.

O exército viu-se na necessidade de enviar representantes aos conselhos revolucionários antes que a sua consciência política alcançasse a grandeza revolucionária que os acontecimentos adquiriam. Quem poderiam os soldados enviar como representantes? Evidentemente que apenas os intelectuais e semi-intelectuais de entre eles, que possuindo um mínimo de conhecimentos políticos conseguiam exprimir as suas ideias.

Deste modo os intelectuais da classe média adquiriram rapidamente uma influência enorme. Médicos, engenheiros, advogados, jornalistas que antes da guerra levavam uma vida absolutamente burguesa, depressa tornaram-se representantes de associações e exércitos e sentiam-se chefes da Revolução. A vacuidade das suas ideias políticas correspondia exatamente ao estado amorfo da consciência revolucionária das massas. Para estes elementos nós éramos sectários; nós que tínhamos

¹ Outubro pelo calendário russo

² Nesta época, esta era a visão de Trotsky, parte da elaboração da Teoria da Revolução Permanente.

formulado as reclamações a favor dos trabalhadores e camponeses com uma clareza e precisão irreconciliáveis.

Notava-se, porém, que os representantes da democracia ainda que orgulhosos dos seus ímpetus revolucionários, desconfiavam das aptidões e do valor das massas que os haviam escolhido. Titulando-se socialistas e acreditando-se como tais na realidade, conservavam a sua atitude respeitadora ante a autoridade política dos liberais burgueses cuja sabedoria e métodos acatavam. Por isso tentaram obter, a toda força, o concurso dos liberais para formar com eles uma aliança ou coligação.

O programa do Partido Socialista Revolucionário, cheio de fórmulas e de expressões sentimentalistas e prédicas morais, substitutivos dos métodos da luta de classe, era o maior atrativo espiritual para os improvisados diretores do movimento.

Os seus esforços para suprir a sua impotência intelectual e política, socorrendo-se da ciência da burguesia, encontraram uma sanção teórica nos ensinamentos dos mencheviques. Estes acreditavam que a Revolução devia ter um caráter burguês e não podia realizar-se sem a participação dos indivíduos desta classe no governo. Formou-se um bloco entre os socialistas revolucionários e os mencheviques, como expressão do tímido e vacilante espírito político dos intelectuais da classe média, convertidos em vassallos do liberalismo imperialista.

Nós compreendemos claramente que a lógica da luta de classes destruiria por fim aquela combinação transitória e acabaria com os chefes do período de transição. O predomínio dos intelectuais mesocráticos³, fundamentalmente, não significava senão que os camponeses, chamados subitamente a tomar parte da vida pública, como membros do exército que se tinha convertido em ação política, impunham, com a força do número, uma eliminação momentânea do proletariado. Os chefes da classe média tinham subido àquelas alturas devido à força formidável dos soldados, enquanto os membros da classe operária, exceto os mais evoluídos, estavam obrigados a acatar os diretores do movimento e manter-se em contato com eles, com o risco de ficarem separados das massas camponesas.

Tal situação manifestava um problema difícil. As gerações mais antigas tinham viva a recordação de 1905, da derrota então sofrida pelo proletariado porque não acudiram em seu socorro as imensas massas de camponeses. Foi este o motivo de na primeira fase da nova revolução, os proletários se mostrarem propícios na aceitação da ideologia dos socialistas revolucionários e dos mencheviques. Todavia a revolução parecia ter abalado os operários politicamente mais atrasados e o vago radicalismo dos intelectuais era uma escola rudimentar para estes operários.

Deste modo o Conselho dos operários, soldados e camponeses significava o predomínio do elemento amorfo destes últimos sobre o proletariado socialista, e do radicalismo intelectual sobre aquele mesmo elemento amorfo.

O edifício do soviétismo ganhou rapidamente uma altura gigantesca graças à participação dos intelectuais naquele trabalho, aproveitando para ele os seus conhecimentos técnicos e as suas relações com a classe média. Para nós, porém, era evidente que faltava ao edifício uma base sólida e que se desmoronaria ao iniciar-se a fase seguinte da Revolução.

II

A revolução surgiu diretamente da guerra. A guerra foi também a escapatória de todos os partidos e de todas as forças revolucionárias.

Os chefes intelectuais tinham sido inimigos da guerra. Muitos deles, ainda que sob o czarismo, acreditavam-se solidários com a esquerda internacional e figuravam entre os Zimerwaldianos⁴. Donos do poder, porém, mudaram completamente. Fazer a revolução socialista naquela época teria significado a ruptura com a burguesia russa e com a burguesia aliada. Mas, como já disse, a incapacidade dos intelectuais mesocráticos e dos intelectuais seus amigos, obrigou-os a procurar a proteção dos liberais burgueses. Daqui o lamentável papel, verdadeiramente abafado, desempenhado pelo diretório mesocrático na questão da guerra, porque se limitou a queixar-se retoricamente e a fazer

³ Mesocracia: Governo ou influência das classes médias, ou da burguesia.

⁴ Social democratas internacionalistas que se posicionaram contra a Guerra

súplica secretas aos governos aliados, mas sem se afastar da política do liberalismo burguês. Nas trincheiras não conseguiam compreender como iria mudar a guerra que sustentavam há três anos, pois não viam outra mudança além de certos indivíduos chamados socialistas revolucionários e mencheviques no governo de Petrogrado.

Miliukov sucedeu a Pokrovsky; Terestchenko a Millukov. A perfídia burocrática, substituída pelo imperialismo dos Cadetes⁵ via depois ocupado o posto por um servilismo político nebuloso e desprovido de princípios. Nada disto implicava qualquer mudança objetiva e todos continuavam no círculo viciosos da guerra. Esta foi a primeira causa da dissolução do exército. Os agitadores revolucionários tinham dito que o governo dos czares enviava as massas ao matadouro, sem objetivo e sem sentido claro das causas da luta, e os sucessores do czar não sabiam mudar o caráter da guerra, nem fazer a paz.

Nos primeiros meses da Revolução tudo continuou imutável. Os soldados impacientavam-se e os governos aliados davam sinais de irritação. Por isso aconteceu a ofensiva do primeiro de Julho. Os aliados⁶ exigiram-na e insistiram que o novo governo cumprisse os compromissos contraídos pelo czar. Tementes da sua própria incapacidade e pelo crescente descontentamento das massas, os chefes e mesocráticos aceitaram sem vacilações os pedidos dos aliados, porque acreditavam que bastaria um ataque do exército russo para se realizar a paz. Pensavam que a ofensiva fosse a saída do labirinto, a resolução do problema, a esperança salvadora. Não se pode imaginar uma ilusão mais falsa e criminosa. Na altura falava-se da ofensiva, como tinham falado os socialistas patriotas dos outros países quando começou a guerra, invocando a defesa nacional, os sagrados vínculos da nação, etc. O internacionalismo Zimerwaldiano desvanecia-se como por encanto.

Para nós que constituíamos um partido de oposição era evidente que a ofensiva significava um passo terrivelmente perigoso e que podia estar na origem do fracasso da Revolução. Pedíamos com insistência ao governo que não cometesse o erro de enviar para a luta um exército que acabava de despertar e que ainda não percebia claramente a causa da tempestade revolucionária, pois para a luta era indispensável sugerir-lhe ideias novas e conseguir que as assimilasse. Das exortações passamos às admoestações e destas às ameaças. Os governantes, porém, subjugados pela burguesia, não tinham outro caminho senão o que esta lhes indicava e responderam declarando-se nossos inimigos e jurando-nos um ódio implacável.

O Espírito do Povo para a Ofensiva

I

Não será sem profunda emoção que os historiadores contemporâneos hão de ler os jornais russos de Maio e Junho de 1917. Eram os momentos em que se preparava o espírito do povo para a ofensiva. Quase todos os artigos da Imprensa, sem excetuar os jornais, quer os oficiais ou semioficiais, atacavam os bolchevistas. Não lhes regateavam ultrajes e calúnias. A campanha era dirigida principalmente pelos cadetes, cujo instinto de classe lhes revelava que a questão delineada não era somente a ofensiva, mas também a sorte do movimento revolucionário e, sobretudo, a forma de governo. A máquina burguesa encarregada de orientar a opinião pública, foi posta em movimento com todo o vigor. As regulamentações oficiais, os discursos, as aulas, obedeciam ao mesmo interesse: procurar a inutilização do partido bolchevista. Nesta conjuração contra os bolchevistas encontram-se os primeiros indícios da guerra civil que marcou a fase seguinte da revolução. O objetivo das excitações e diatribes era criar uma profunda separação e inimizade entre as classes trabalhadoras por um lado e a sociedade culta por outro.

A burguesia liberal dava-se conta, perfeitamente, de que não podia alcançar o apoio das massas sem o concurso dos representantes da pequena burguesia e que, como já disse, haviam conseguido

⁵ Militantes do "Partido da Liberdade do Povo", também chamado "Partido Constitucional-Democrata" ou simplesmente, "Cadete" (K. D.): principal partido da burguesia monárquica liberal e em seguida, da burguesia imperialista russa. Seu objetivo era a transformação do czarismo em monarquia constitucional

⁶ França e Inglaterra, aliados da Rússia na Primeira Guerra Mundial

temporariamente a chefia das organizações revolucionárias. A consequência de tudo isto, objeto imediato das excitações contra os bolchevistas, foi uma inimizade irreconciliável entre o nosso partido e a grande maioria dos intelectuais com os socialistas, uma vez que estes, depois de rompidas as relações com o proletariado, se submeteram à burguesia liberal.

No primeiro Congresso de todos os Sovietes da Rússia começou a tempestade. O nosso partido tinha projetado uma manifestação armada em Petrogrado para o dia 23 de junho, cujo objetivo imediato era fazer pressão sobre o Congresso.

“Apoderai-vos do poder público” era o que o proletariado de Petrogrado queria dizer aos socialistas revolucionários e aos mencheviques de todo o país que acudiam à capital. “Prescindi da burguesia. Abandonai toda a ideia de coligação e tomai nas vossas mãos as rédeas do Estado”. Estávamos seguros de que se os socialistas revolucionários e mencheviques cortassem relações com a burguesia liberal, teriam que refugiar-se no campo dos elementos mais enérgicos e avançados das classes proletárias e assumiriam o comando da Revolução.

Os dois partidos contrários ficaram profundamente impressionados pelo incidente. A divisão cavou-se mais profunda e o antagonismo adquiriu proporções maiores. Numa sessão secreta da mesa diretiva do Congresso, composta por representantes de todos os partidos, Tsereteli⁷, na altura membro do Governo de Coligação, falando com a altivez própria da estreiteza mental de um doutrinário da pequena burguesia, declarou que o único perigo para a Revolução era a ameaça bolchevista e os trabalhadores armados de Petrogrado. Pediu que se tirassem as armas dos indivíduos que não sabiam fazer bom uso delas. Falando dos que não sabiam fazer bom uso das armas, referia-se não só aos operários da capital, mas também à parte da guarnição que nos era dedicada. O desarmamento, porém, não se realizou porque as condições políticas e o estado psicológico das populações não permitiam uma medida tão extrema.

Em lugar da nossa manifestação, o Congresso dos Sovietes organizou outra no primeiro de julho, mas sem armas. Foi esse o dia do nosso triunfo. O povo acudiu em massas compactas, porém, ainda que o tivesse feito por uma convocação oficial do Soviete – que desejava compensá-lo da frustrada demonstração de 23 – os operários e soldados inscreveram nas suas bandeiras e cartazes os nossos pedidos e declarações.

Abaixo os tratados secretos!

Abaixo a política de ofensivas estratégicas!

Viva uma paz honrosa!

Abaixo os dez ministros capitalistas!

Todo poder aos Sovietes!

Apenas havia três cartazes favoráveis ao Governo de Coligação. Um deles pertencia a um regimento de cossacos. Outro era de um grupo de Plejánov⁸. O terceiro tinha saído da Liga, associação formada na sua maioria por elementos não proletários. A manifestação demonstrou não só aos nossos adversários, mas também a nós mesmos, que tínhamos em Petrogrado mais força do que supúnhamos. Isto derivou não apenas do número de manifestantes e das legendas dos cartazes, mas também do próprio caráter da manifestação.

II

Pareceu que a manifestação provocaria uma crise governamental. Mas esta impressão ficou prejudicada pelas notícias que chegavam da frente sobre a ofensiva do exército revolucionário. Ao mesmo tempo que os operários e a guarnição de Petrogrado pediam a publicação dos tratados secretos e uma proposição de paz, Kerensky lançava as tropas revolucionárias contra o inimigo. Não era uma coincidência fortuita. Tudo fora preparado previamente e o momento da ofensiva foi escolhido por

⁷ Irakli Tsereteli foi um político georgiano, um dos líderes do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) e depois dos mencheviques georgianos, participou também no governo provisório menchevique, primeiro como Ministro de Correios e Telégrafos e depois como Ministro do Interior.

⁸ Gueorgui Valentinovich Plekhanov, considerado o introdutor na Rússia do pensamento de Marx e Engels, fundou, em 1883, o grupo Emancipação do Trabalho, o embrião do Partido Trabalhista Social Democrata Russo (que ele ajudaria a fundar em 1894). Voltando à Rússia em 1917, opôs-se às concepções de Lênin e Trotsky e foi contra a Revolução de Outubro.

razões políticas. No dia 2 de julho realizou-se em Petrogrado uma série de manifestações patrióticas fingidas. A avenida Newsky, centro do bairro burguês, encheu-se de grupos animadíssimos, nos quais predominavam oficiais, jornalistas, e senhoras elegantes, que faziam uma propaganda colérica contra os bolchevistas. Os jornais mais importantes da burguesia liberal aproveitaram as primeiras notícias favoráveis da ofensiva para declarar que se tinha conseguido o objetivo principal, pois o golpe do dia um, quaisquer que fossem as suas consequências militares, era decisivo para impedir os progressos da Revolução. Restabelecer-se-ia a disciplina e o exército, fortalecendo o poder da burguesia liberal no país. As nossas previsões eram diferentes. No primeiro Congresso dos Sovietes, poucos dias antes da ofensiva, tínhamos lido uma declaração em que dissemos que esta destruiria a coesão interna do exército, que apareceriam dentro dele grupos divididos por uma profunda hostilidade e que tomariam enorme preponderância os elementos contrarrevolucionários, dado que, para restaurar a disciplina num exército desorganizado, não era possível apelar senão para um dos meios: novos ideais ou processo de repressão brutal. Quer dizer que anunciamos nesta declaração o que mais tarde chamaram Kornilovismo⁹. Afirmamos que a Revolução corria perigo, tanto no caso de bom êxito da ofensiva no qual não acreditávamos – como no caso de um fracasso, que parecia quase inevitável. O triunfo teria determinado a união da pequena burguesia com a superior, através de um programa político e teria produzido como consequência, o alheamento do proletariado revolucionário enquanto que a derrota podia provocar a dissolução completa do exército, a retirada caótica, a perda de maior número de províncias, o desengano e desespero do povo.

Os acontecimentos encaminham-se para a segunda parte da alternativa. O avanço vitorioso não durou muito tempo. As primeiras notícias foram seguidas de sinistras comunicações nas quais se revelava a negação por parte de seções inteiras do exército em resistir ao ataque do inimigo, as perdas terríveis da oficialidade, agrupada em batalhões de resistência e coisas semelhantes.

Viam-se claramente as dificuldades crescentes do país através destes acontecimentos militares. O governo de coligação não tinha podido resolver os problemas agrários econômicos e nacionais. Os serviços de transportes e provisão de alimentos a cada vez se faziam com maior desordem. Os conflitos sociais produziam-se com extraordinária frequência. Os ministros socialistas procuravam aclamar a inquietude aconselhando o povo a esperar. Tudo estava combinado para a reunião da Assembleia Constituinte. Era manifesta a falta de capacidade e de segurança do regime.

Dentro de tal estado apenas se viam dois meios de salvação: derrocar a burguesia e abrir passagem à revolução, ou empregar a repressão brutal para dominar as massas. Kerensky e Tsereteli preferiam temporizações, mas só conseguiram aumentar a confusão. Os cadetes, membros mais astutos da coligação, deram-se conta de que o fracasso da ofensiva de julho podia significar um golpe de morte, não somente para a Revolução, mas também para os usufruidores da situação dominante, e depressa se retiraram, derivando as responsabilidades sobre os seus colegas da esquerda.

A 15 de julho rebentou a crise ministerial devido à questão da Ucrânia. Foram momentos de grande tensão. Chegavam continuamente deputações e delegados individuais de todas as frentes que relatavam o caos reinante no exército, em consequência da ofensiva. A imprensa oficial pedia uma repressão enérgica e a socialista repetia cada vez com mais frequência os mesmos pedidos.

Kerensky inclinava-se rapidamente para os cadetes e seus generais, sempre o seu ódio a todos os elementos revolucionários.

As embaixadas aliadas faziam pressão sobre o governo para que restabelecesse a disciplina e renovasse a ofensiva. Era enorme a confusão nos círculos oficiais, enquanto que a indignação do povo operário aumentava todos os dias. “Aproveitai a ocasião que vos é apresentada pela renúncia dos ministros cadetes e assumi a direção completa dos negócios públicos”. Era esta a senha que os operários de Petrogrado dirigiam à maioria do soviete; isto é, aos socialistas revolucionários e mencheviques. Na reunião da Comissão Executiva dos Sovietes, celebrada a 15 de julho, os ministros socialistas deram conta da nova crise dos membros do Comitê. Nós esperamos com o maior interesse a atitude que adotariam aqueles grupos uma vez dissolvido, vergonhosamente, um governo que caía aos golpes da própria coligação. Tsereteli foi o encarregado de reformar. Explicou-nos detalhadamente que as concessões feitas por ele e por Terestchenco à Ucrânia não constituíam de modo nenhum o

⁹ Contrarrevolução (referência ao general Kornilov)

desmembramento do país, nem justificavam a demissão dos ministros cadetes. Tsereteli acusava-os de doutrinários centralistas e de não se darem conta da necessidade de aceitar transações. Esta informação produziu uma impressão verdadeiramente lamentável. O congresso, doutrinador da coligação, acusando os cadetes de doutrinadores! Doutrinadores os cadetes, campeões políticos do capitalismo, sem nenhuma contaminação com as ideias teóricas! Doutrinadores os homens que aproveitavam a primeira oportunidade para descarregar sobre as suas testas de ferro as responsabilidades e carregá-las ainda com o custo da situação criada pela ofensiva de julho.

Naquela altura, depois do acontecimento parecia não ficar com outro recurso do que romper com os cadetes e formar um governo exclusivamente sovieta. Um governo sovieta teria significado, sob o ponto de vista dos partidos, pela força dos partidos do Soviete, a entrega do Poder aos socialistas revolucionários e aos mencheviques. A nossa política era continuar até ao fim, pois as reeleições constantes dos soviets proporcionavam meio de refletir sobre o radicalismo, cada dia maior, dos operários e soldados. Dávamos conta que a ruptura da coligação com a burguesia faria preponderar as tendências radicais nos soviets. Da luta do proletariado pelo poder resultaria a organização dos soviets que se desenrolaria sem sacudidelas dolorosas.

Enquanto se rompesse o vínculo que os unia à classe burguesa, os democratas da pequena burguesia sofreriam todos os ataques e não teriam outro remédio senão aliar-se com os socialistas operários. Tarde ou cedo o grupo amorfo e vacilante seria dominado pelas massas, influenciadas pela nossa propaganda. Por isso estimulávamos os dois principais partidos do sovieta para que se apoderassem do governo, mesmo não tendo confiança neles, e dizíamo-lo francamente.

Porém apesar da crise ministerial de 15 de julho, Tsereteli e os seus amigos continuaram fieis à ideia de coligação. Sustentavam, no seio da comissão Executiva, que os Cadetes estavam desmoralizados pelo doutrinismo e pelas simpatias contrarrevolucionárias, mas que nas províncias havia muitos elementos burgueses dispostos a concordar com a democracia revolucionária e que a cooperação desses elementos podia assegurar-se se na constituição do novo ministério se incluíssem alguns representantes da pequena burguesia. Havia muitas esperanças na formação do partido radical-democrático que alguns políticos de antecedentes duvidosos organizavam. Ao saber-se em Petrogrado que dos restos da antiga coligação surgia outra, uma onda de descontentamento e indignação inundou a cidade, nascida nos centros dos operários e soldados. Foi esta a origem dos acontecimentos de 16 a 18 de julho, que tamanha significação haviam de ter para o que iria desenrolar-se tão rapidamente.

III

A Comissão Executiva estava em reunião quando fomos avisados por telefone de que o regimento de metralhadoras organizava uma manifestação. Tomamos imediatamente as medidas convenientes e, pelo telefone também, demos as ordens mais oportunas. Entretanto ocultamente, preparavam-se outros acontecimentos. Os representantes dos movimentos dissolvidos por insubordinação, vinham da frente com notícias das repressões e semearam o descontentamento e a inquietude na guarnição de Petrogrado.

Ao mesmo tempo os operários da capital estavam profundamente desgostosos dos seus chefes. A desconfiança chegou ao máximo quando se soube que Tsereteli, Dan e Cheidze não vacilavam em desfigurar os sentimentos do proletariado para impedir que o sovieta da capital fizesse eco das novas opiniões das classes trabalhadoras. A Comissão Executiva eleita pelo Congresso de junho e apoiada nos votos das províncias mais atrasadas, fazia maiores esforços para conseguir que o Sovieta de Petrogrado lhe deixasse liberdade. Chegou a tratar de assuntos exclusivamente locais. O conflito parecia inevitável. Os operários e soldados faziam pressão com mais energia e chegaram a exprimir com violência o seu descontentamento contra a política do Sovieta. Exigiam que o nosso partido tomasse medidas enérgicas. Nós compreendíamos que não tinha chegado a hora de as tomar, porquanto as províncias ainda se inclinavam em sentido contrário. Temíamos que os acontecimentos da frente produzissem uma imensa confusão nas fileiras dos trabalhadores revolucionários e os exasperassem.

Dentro do nosso partido, a atitude a assumir face aos acontecimentos de 16 e 18 de julho, estava perfeitamente definida. Por um lado, temíamos que se cortassem as comunicações de Petrogrado com as províncias longínquas e, por outro, tínhamos esperança que a nossa intervenção enérgica e ativa, fizesse mudar a nosso favor a situação. A nossa propaganda agitou intensamente as massas.

Esperávamos que uma exibição das forças das massas revolucionárias romperia as resistências obstinadas dos coligacionistas e lhes demonstraria que o único meio para conservar o poder seria cortar definitivamente com a burguesia. Apesar do que foi dito pela imprensa adversária, o nosso partido não tinha a intenção de recorrer a um movimento armado para se assenhorear do poder. Só queríamos fazer uma manifestação revolucionária, aproveitando as tendências que se delineavam espontaneamente e dando-lhes um sentido político. A comissão Executiva Central fazia uma reunião no Palácio de Táurida quando a multidão dos soldados e dos operários rodeou o edifício. Os soldados estavam armados, mas apenas uma insignificante minoria de anarquistas queria fazer uso da força contra o centro sovieta. Também havia alguns indivíduos, pagos sem dúvida, e pertencentes aos “cem negros”¹⁰ que pretenderam aproveitar a ocasião para desencadear o motim e fazer distúrbios. Estes pediam a detenção de Chernov. De tudo isto me informou na cadeia de Kresty um marinheiro que tinha tomado parte na tentativa e que era apenas um delinquente comum, preso por furto. Todavia a imprensa burguesa e coligacionista tinha descrito o movimento como um mero distúrbio e um levantamento contrarrevolucionário, apresentado como uma manobra bolchevista, cujo objetivo era assaltar o poder.

O movimento de 16 a 18 de julho demonstrou com perfeita claridade que os principais partidos do soviete estavam completamente alheados. Mas a guarnição não era toda nossa. Havia unidades vacilantes, indecisas, passivas. Todavia, excetuados os aspirantes a oficiais, nem uma só das unidades que compunham a guarnição estivera disposta a pegar em armas contra nós em defesa do Governo ou dos partidos que formavam a maioria dos sovietes. Era preciso levar tropas da frente. A estratégia de Tsereteli, Chernov e companheiros consistia em ganhar tempo para que Kerensky pudesse levar tropas de confiança a Petrogrado.

Um atrás de outras chegavam as delegações ao Palácio de Táurida, rodeado por uma multidão armada, solicitando a ruptura completa com a burguesia, enérgicas reformas sociais e negociações de paz. Nós, bolchevistas, recebíamos os manifestantes agora nas ruas, depois nos palácios, convidando-os à serenidade e assegurando-lhes que, dada a excitação dos ânimos, era impossível que os transacionistas pudessem formar um gabinete de coligação. Os delegados da cidade de Kronstadt eram os mais resolutos e só com muito trabalho conseguimos que se contivessem dentro dos limites de uma simples manifestação.

No dia 17 a manifestação assumiu um caráter mais importante e já se fez sob a direção do nosso partido. Os chefes do soviete tinham perdido a cabeça; os seus discursos eram simples evasivas: as respostas que Cheidze, o Ulisses da coligação, deu aos delegados, careciam absolutamente de sentido. Nós sentíamos que os chefes da descontrolada coligação apenas se propunham ganhar tempo.

Na noite de 17 começaram a chegar tropas de confiança. Durante a reunião da Comissão Executiva no Palácio de Táurida ouviram-se as notas da Marselhesa, executada por uma banda militar. Mudou imediatamente a expressão dos membros da junta. Adquiriram uma confiança que não tinham demonstrado nos dias anteriores. Esta mudança foi produzida pela vinda do regimento de Volínia, que poucas semanas após marcharia à cabeça da revolução de Novembro.

Os dirigentes da situação não julgavam necessária já a vigilância às delegações dos operários e soldados nem aos representantes da armada do Báltico. Na tribuna da Comissão Executiva pronunciaram-se discursos em que se falou da rebelião dominada pelas tropas leais e do caráter contrarrevolucionário do bolchevismo.

O medo da burguesia durante as trinta e seis horas de manifestações armadas, transformou-se num ódio colérico, manifestado não só nos seus jornais, mas também nas ruas de Petrogrado donde

¹⁰ Bandos monárquicos criados pela polícia czarista para lutar contra o movimento revolucionário. Os cem-negros assassinavam revolucionários, atacavam intelectuais progressistas, organizavam progromes contra judeus.

fustigou sem comiseração os operários e soldados empenhados na sua criminoso agitação. Aspirantes, oficiais, membros do batalhão e cavaleiros de S. Jorge eram os patrões e, amparados por eles, começaram a circular os mais fervorosos contrarrevolucionários. As associações operárias e as do nosso partido eram desfeitas energeticamente. Houve detenções e pesquisas domiciliares, tarefas coletivas e assassinatos individuais. Na noite de 17 a 18 o ministro da justiça, Preverzev, entregou documentos à imprensa em que demonstrava que os chefes do bolchevismo eram agentes pagos pelos alemães.

Os chefes dos partidos socialista revolucionário e menchevista conheciam-nos suficientemente para não acreditar nessas acusações, mas tinham demasiado interesse no bom êxito da jornada e deixaram que circulassem. Ainda hoje é impossível recordar sem desgosto o dilúvio de mentiras que enchia as colunas da imprensa burguesa e coligacionista. Os nossos jornais foram suspensos. Toda a cidade revolucionária de Petrogrado sentiu que o exército e as províncias estavam muito longe de lhe ter simpatia. Houve um momento que os operários desanimaram. Os chefes do Soviete, entretanto fabricavam um novo ministério com grupos mesocráticos de ínfima ordem que, longe de dar força ao governo, lhe tirava até o mais leve vestígio revolucionário.

Mas os acontecimentos da frente tomaram o curso fatal que se esperava. O exército estava minado nos seus alicerces. Os soldados reconheceram que os oficiais eram profundamente hostis ao novo regime, ainda que nos primeiros dias tivessem feito e afirmado coisas que fingiam adesão. No quarte general, descaradamente, fazia-se uma seleção de elementos contrarrevolucionários. As publicações bolchevistas eram fiscalizadas com toda dureza.

A ofensiva tinha terminado numa trágica retirada. A imprensa fazia uma campanha cruel contra o exército, esquecendo-se de que na véspera das ofensivas os partidos burgueses nos tinham chamado minoria insignificante, desconhecida e desprezada no exército, e atribuindo o espantoso desastre militar à nossa propaganda nas fileiras. As prisões encheram-se de revolucionários e, sob o pretexto de descoberta dos responsáveis pelos acontecimentos de 16 a 18, foram irritados os lobos da magistratura czarista.

Ainda mais: os socialistas revolucionários e os mencheviques atreveram-se a solicitar de Lenin, Zinoviev e outros camaradas que se entregassem voluntariamente à justiça.

IV

Mas o desalento dos operários passou repentinamente e uma nova vaga de entusiasmo revolucionário propagou-se na guarnição de Petrogrado. Os coligacionistas perdiam toda a sua influência. A onda bolchevista começava a estender-se pelo país e a penetrar no exército.

O novo ministério de coligação presidido por Kerensky dedicou-se às repressões. Restabeleceu a pena de morte para os soldados, não permitiu a publicação dos nossos escritos e ordenou que todo aquele que se dedicasse à propaganda fosse detido.

Estas medidas serviram para aumentar a nossa influência. Apesar de todos os obstáculos postos para impedir a reeleição do Soviete de Petrogrado a força dos partidos tinha-se alterado tão profundamente, que tínhamos a maioria em diversos pontos de importância. O mesmo ocorreu no Soviete de Moscou. Na altura eu estava preso em Kresty com muitos outros camaradas, por ter tomado parte na agitação e na organização do movimento armado de 16 a 18 por “conta do governo alemão e com o fim de auxiliar os planos militares dos Hohenzollern”. O conhecido instrutor Alexandrov, que no tempo do czarismo se distinguiu pelas suas pesquisas contra os revolucionários, tinha a missão de proteger a República do perigo bolchevista. Segundo o sistema do regime antigo, os presos formavam duas categorias: políticos e delinquentes comuns: o novo regime introduziu outras categorias: delinquentes comuns e bolchevistas.

Os soldados presos estavam submergidos em dolorosa perplexidade. Eram jovens camponeses, completamente alheios à política, convencidos de que a Revolução significava a conquista definitiva da liberdade e viam, cheios de susto, os ferrolhos das portas e as grades das janelas. Quando passeávamos pelo átrio apanhando sol, alguns perguntavam o significado de tudo aquilo e como acabaria o seu processo! Eu consolava-os falando da nossa futura vitória.

O levante de Kornilov

I

Em fins de agosto realizou-se o levante de Kornilov. Foi este o resultado imediato da mobilização das forças contrarrevolucionárias.

Na célebre Conferência de Moscou na segunda quinzena de agosto, Kerensky prometeu seguir uma política transacional entre as classes poderosas e os democratas da pequena burguesia. Bolchevistas, estávamos fora da lei.

Kerensky foi freneticamente aplaudido pelos elementos da ordem, com um silêncio traidor pelos democratas da pequena burguesia, e anunciou uma política de sangue e fogo contra os perturbadores bolchevistas. Porém, as exclamações histéricas de Kerensky e as suas ameaças não deixaram completamente satisfeitos os chefes contrarrevolucionários que ocupavam o poder e estavam ao lado dos que mandavam, participaram no movimento, mas atraíram Kornilov quando deram conta de que a vitória do general os eliminaria.

Eu continuava no cárcere e segui o episódio nos jornais, pois a única diferença do regime prisional entre os tempos do czar e os de Kerensky era a permissão da leitura dos jornais aos que estavam no meu caso.

A aventura do general cossaco foi um desastre. Seis meses de Revolução tinham inculcado ânimo suficiente e davam às massas força bastante para resistir a todas as tentativas contrarrevolucionárias. Os partidos coligacionistas assustaram-se fortemente com as possíveis consequências da intriga de Kornilov, ameaçadora não só para os bolchevistas, mas também para os grupos que dominavam o novo regime. Os socialistas revolucionários e os mencheviques, pensaram então, que seria oportuno dar legalidade ao bolchevismo ainda que o tivessem feito só em parte e com muitíssimas reservas, fugindo assim a futuros perigos.

Mesmo os marinheiros de Kronstadt acusados de salvadores e contrarrevolucionários depois das jornadas de julho foram chamados à Capital para defenderem a Revolução contra o perigo que a ameaçava. Compareceram imediatamente e olvidados os agravos anteriores, tomaram o posto mais perigoso. Pude então recordar a Tsereteli as palavras que disse quando este homem insultava os marinheiros de Kronstadt: “no dia em que um movimento contrarrevolucionário generalizado quiser estrangular a Revolução, os cadetes prepararão a força e os marinheiros de Kronstadt virão salvá-la e morrer conosco.”

O levante de Kornilov encontrou em toda a parte um soviétismo cheio de vitalidade que se lhe opôs com todas as forças. Quase não houve luta. As massas revolucionárias não faziam senão paralisar os movimentos do conspirador. Assim como em julho, os coligacionistas não tinham encontrado um soldado da guarnição que lutasse contra nós na capital, Kornilov não encontrou um soldado da frente que avançasse contra a Revolução. Tudo o que conseguiu foi obra do engano e a ação dos propagandistas terminou bem depressa com a manobra.

A julgar pelo que dizia a imprensa, eu esperava um rápido desenvolvimento dos acontecimentos e próxima a entrega da autoridade governamental aos Sovietes. O desenrolar da força e da influência dos bolchevistas era indubitável e acabava de receber novo impulso. Os bolchevistas tinham sido adversários da coligação, tinham-se mostrado hostis à ofensiva de julho e, por último, tinham anunciado o levante de Kornilov. As massas populares podiam verificar que tínhamos acertado.

Durante os instantes críticos da aventura de Kornilov, quando a divisão Selvagem do Cáucaso marchava sobre Petrogrado, o Soviete da capital, com o consentimento forçado do Governo, deu armas aos operários. Os regimentos chamados contra nós tinham-se transformado, em pouco tempo, na atmosfera ardente de Petrogrado e eram, agora, inteiramente nossos. A tentativa de Kornilov devia ter aberto os olhos ao exército sobre a impossibilidade de um novo entendimento com os burgueses contrarrevolucionários. Por isso podia esperar-se que à derrota de Kornilov se seguiria um esforço

imediate das forças revolucionárias guiadas pelo nosso partido, para conquistar o poder. Os acontecimentos, porém, desencadearam-se com mais lentidão.

Apesar da intensidade do sentimento revolucionário as massas estavam pouco animadas desde as jornadas de julho, e aguardavam passivamente o chamamento dos seus chefes. Mas eles também permaneceram na expectativa. A tudo isto se deveu que a voz de alerta dada pela aventura de Kornilov, ainda que alterando fundamentalmente a nosso favor a coligação das forças, não tenha produzido mudanças políticas imediatas.

II

Naqueles dias era indubitável o predomínio do nosso partido do Soviete de Petrogrado. A evidência do fato foi dramaticamente demonstrada ao constituir-se a mesa diretiva. Quando os socialistas revolucionários e mencheviques dominavam como senhores absolutos dos sovietes, fizeram os mais inimagináveis esforços para isolar os bolchevistas. Tínhamos a terça parte dos votos do Soviete de Petrogrado e, apesar disso, não admitiram qualquer representação do nosso partido na mesa diretiva. Mas ao mesmo tempo que o Soviete da Capital resolvia que o governo fosse exclusivamente sovieta, o que se conseguiu por insignificante maioria, pedimos que a mesa diretiva integrasse membros dos diversos grupos, de acordo com o princípio da representação proporcional.

A antiga junta do governo, de que faziam parte Cheidze, Tsereteli, Kerensky, Skobelev e Chernov, negou-se terminantemente a aceitar nossa proposta. A questão por nós apresentada na altura foi objeto de uma reunião especial. Todos nos preparávamos para a luta mobilizando as nossas forças e alistando as nossas reservas. Tsereteli pronunciou um discurso programa e disse que a constituição da Junta Diretiva era assunto de simples administração. Nós, por outro lado, acreditávamos ter metade dos votos da assembleia, considerando isto como uma vitória, mas, com grande surpresa para todos, o resultado do escrutínio deu uma maioria superior a cem votos a nosso favor.

“Durante seis meses – disse Tsereteli -, estivemos nós à frente do Soviete de Petrogrado e marchamos de vitória em vitória. Esperamos que vós permaneçais pelo menos três meses no posto que ides ocupar”.

No Soviete de Moscou produziu-se mudança análoga e os sovietes provinciais uns após outros, foram passando para as mãos dos bolchevistas.

Entretanto aproximava-se o dia da convocatória do Segundo Congresso de todos os sovietes, mas o Comitê Executivo Central empenhava-se em que essa convocatória fosse marcada de um modo indefinido, com a esperança de que nunca se realizasse. Ninguém podia duvidar de que o nosso partido teria a maioria no novo Congresso e que a nova Comissão Executiva Central corresponderia à orientação dos partidos, privando os coligacionistas da cidadela em que estavam refugiados. A questão capital para nós consistia, portanto, na convocação do Congresso dos Sovietes. Os mencheviques e socialistas revolucionários pediam, por sua parte, uma Conferência Democrática, pois nela esperavam derrotar-nos e desfazer-se de Kerensky, que tinha uma atitude independente e pessoal. Elevado ao poder no primeiro período da Revolução, por obra do Soviete de Petrogrado, entrou no ministério sem qualquer resolução prévia do soviete sobre o assunto, ainda que posteriormente tenha aprovado o fato. Segundo o acordo do primeiro Congresso dos Sovietes, os ministros socialistas eram responsáveis ante o Comitê Executivo Central; os cadetes eram-no ante o próprio partido. Mas como as jornadas de julho criaram uma nova situação política ao Comitê Central por ter servido aos interesses da burguesia, os ministros socialistas ficaram dispensados de responder pelos seus atos perante os sovietes, com a finalidade de estabelecer uma ditadura revolucionária, segundo então se dizia. Também isto se deve recordar porque os mesmos que forjaram aquela ditadura oligárquica, gritam hoje contra a ditadura de uma classe cobrindo-a de injúrias.

A contestação geral de Moscou em que se equilibravam ricos democratas, mediante uma escolha artificial, tinha como fim específico consolidar o poder de Kerensky sobre todas as classes e partidos. O programa realizou-se, ainda que só aparentemente, pois, na realidade, a Conferência de Moscou foi reveladora da impotência de Kerensky, indivíduo tão estranho às classes poderosas como aos democratas da pequena burguesia; mas como liberais e conservadores aplaudiram os seus

parágrafos antidemocráticos e os coligacionistas fizeram-lhe uma grande ovação quando se mostrou cautelosamente desligado dos contrarrevolucionários, a impressão geral foi que era apoiado pelos dois partidos e que dispunha de uma autoridade ilimitada. Por isso ameaçou os operários e os soldados revolucionários e declarou que os perseguiria a sangue e fogo.

A sua política seguiu o caminho das conspirações, unido a Kornilov, tendo este se comprometido perante os coligacionistas. Tsereteli, com a sua característica vacuidade diplomática, falou dos fatores pessoais em política e da necessidade da sua limitação. Era esta a tarefa que incumbia à Conferência de Moscou, composta como estava pelos representantes dos Sovietes, dos Conselhos Municipais, dos Zemstvos¹¹ e das associações de trabalhadores e sociedades cooperativas, selecionados com a maior arbitrariedade. Mas o problema principal era assegurar a tendência conservadora da reunião, dissolver os Sovietes e consolidar o poder mediante uma nova organização que impedisse o avanço da maré bolchevista.

A Revolução caracterizou-se pela mudança rápida efetuada na consciência de classe! Os grupos populares que adquirem experiência, fazem revisão às ideias clássicas, formam novos conceitos, depõem os antigos chefes, nomeiam outros e avançam com eles. Durante a Revolução as organizações democráticas estabelecidas sobre a complicada base do sufrágio universal, ficam inevitavelmente fora do desenvolvimento das ideias políticas das massas. Mas isto não ocorre com os soviets. Estes dependem diretamente de grupos orgânicos, como oficinas, fábricas, minas, companhias, regimentos, etc. É certo que nestes casos não existem as garantias legais de uma eleição compactada com exatidão, como no caso dos Conselhos Municipais e dos Zemstvos, mas há garantias mais importantes do contato direto e imediato do deputado com os seus eleitores. O membro da Deputação ou Zemstvo depende de uma massa amorfa de eleitores que lhe entrega o poder por um ano e lhe retira imediatamente. Os eleitores do Soviet, pelo contrário, permanecem constantemente ligados uns aos outros pelas próprias condições da sua existência e do seu trabalho quotidiano. O deputado está sempre sujeito à fiscalização direta dos eleitores e em qualquer momento, estes podem dar-lhe novas instruções, censurá-lo, até revogar o seu mandato e nomear outro.

III

A Conferência democrática convocada por Tsereteli e seus amigos em meados de setembro era puramente artificial e consistia numa combinação das representações dos Sovietes e dos órgãos do governo local, numa proporção preponderante para os partidos coligacionistas. Fizeram tanta confusão e mostraram tal incapacidade que a Assembleia acabou tristemente.

A burguesia capitalista viu aquela conferência com requintada animosidade e considerou-a como tentativa para a desalojar da posição adquirida na Junta de Moscou. Por outro lado, os trabalhadores revolucionários e as massas de soldados e camponeses condenaram antecipadamente os métodos usados para a sua convocação.

Os coligacionistas dedicaram-se à formação de um gabinete responsável; porém fracassaram. Kerensky não aceitava o princípio da responsabilidade nem permitia que se aplicasse, porque a burguesia que lhe dava apoio não o deixava avançar neste sentido. No momento isso era bastante e a burguesia não exigiu mais. A conferência não resolveu o problema da coligação. O número de votos favoráveis à aliança com a burguesia foi excedido apenas pelo que se deu contra todas as coligações; a coligação com os cadetes foi vencida por maioria de votos. No entanto fora dos cadetes, não havia nenhum burguês com quem se pudesse fazer uma coligação. Tsereteli explicou o fato perante a Assembleia. Pior para ela se o não entendia! Foi assim que nas costas da Assembleia se abriram negociações com os cadetes vencidos pelo voto terminante da mesma. Inventou-se o logro de os tratar não como membros de um partido, mas como personalidades individuais. As pressões da direita e da esquerda obrigaram os democratas da pequena burguesia a submeter-se a esta situação ridícula, demonstradora da sua incapacidade.

¹¹ administração local: vias de comunicação e trânsito, comércio, assistência médica e educação.

A Conferência Democrática elegeu um Conselho, acordando em agregar-lhe alguns representantes da burguesia. Este Parlamento Provisório preencheria a lacuna até à reunião da Assembleia Constituinte. O novo ministério de coligação, contrário ao plano primitivo de Tsereteli, ainda que inteiramente conforme ao da burguesia, devia conservar-se independente do Parlamento Provisório. Tudo isso dava a impressão de um monstro lamentável obra de cabeças desequilibradas. Via-se claramente a submissão da pequena burguesia, aquela mesma burguesia liberal que há menos de um mês tinha aguentado abertamente a tentativa contrarrevolucionária de Kornilov. Em suma, tudo se reduzia a restaurar e conservar a coligação com a burguesia liberal. Ninguém podia duvidar já que, prescindindo mesmo da composição futura da Assembleia Constituinte, o poder governamental ficaria nas mãos da burguesia, pois os partidos coligacionistas, desconhecendo as correntes de opinião, tinham o firme propósito de continuarem unidos aos cadetes e consideravam impossível formar um governo que não fosse sustentado pela burguesia.

Complicações na situação interna

I

Entretanto a situação interna complicava-se. A guerra continuava sem qualquer objetivo, sem direção, sem perspectiva certa. O governo não conseguia libertar-se daquele círculo vicioso. O plano de enviar Skobelev¹² para tentar influenciar em Paris sobre o imperialismo dos aliados, foi tão grotesco que ninguém lhe deu a menor importância. Kornilov entregou a cidade de Riga aos alemães para acalmar a opinião pública e aproveitar a conjuntura para estabelecer uma disciplina de ferro no exército. A ameaça que espreitava sobre Petrogrado era olhada com evidente malignidade. Rodzianko, antigo presidente da Duma, dizia claramente que não seria uma perda lamentável a entrega da desmoralizada Petrogrado aos alemães. Recordava-se o caso de Riga onde os alemães com a ajuda da antiga polícia dissolveram os Sovietes e restabeleceram a ordem. Perder-se-ia a frota do Báltico; mas a frota do Báltico estava desmoralizada pela propaganda revolucionária; isto diminuía a importância da perda. Tal cinismo na boca de tão grande senhor, era a fiel expressão dos pensamentos ocultos da burguesia. A entrega de Petrogrado não seria realmente a sua perda, pois poderia recuperar-se num tratado de paz. Entretanto o militarismo alemão exercia a ação disciplinar. A Revolução ficaria decapitada e posteriormente não haveria dificuldade para a dominar.

O Governo de Kerensky não tinha a intenção de defender a capital. Preparava-se a opinião para a entrega de Petrogrado. As repartições públicas passavam-se para Moscou e outras cidades.

Eram estas as circunstâncias quando os soldados do Soviete de Petrogrado fizeram uma reunião geral. Dominava uma grande agitação e os ânimos estavam muito alterados. Se o Governo reconhecia a sua incapacidade para defender a Capital, devia fazer a paz, era preciso avançar. Em resumo era esta a opinião dos soldados. Foi este o primeiro sinal da Revolução de Novembro.

Na frente a situação complicava-se dia a dia. O outono anunciava-se com frio e chuva. O exército antevia a perspectiva de uma quarta campanha de inverno em que a lama sucederia a neve e em que seriam cada vez mais escassas as provisões. Ninguém pensava nos soldados. Não lhes enviavam provisões, nem reforços, nem agasalhos. As deserções aumentavam dia a dia. As antigas comissões do exército nomeadas nos primeiros dias da Revolução continuavam nos seus postos e apoiavam a política de Kerensky. A reeleição era proibida. Assim apareceu um abismo entre as comissões do Exército e os soldados até que estes, finalmente acabaram por detestá-las. Todos os dias apareciam delegações que interrogavam abertamente o Soviete. Como resolver a situação? Que espécie de guerra é esta e quem lhe dará o termo? Por que se cala o Soviete de Petrogrado?

II

¹² Matvei Ivánovitch Skóbelev, menchevique, vice-presidente do Soviete de Petrogrado em 1917 e ministro do Trabalho no Governo Provisório.

O soviete de Petrogrado não estava silencioso. Pedia a mudança imediata do poder para o Soviete Central e sovietes locais, a divisão das terras pelos camponeses, o estabelecimento dos domínios dos operários sobre a indústria e a abertura de negociações de paz.

Enquanto éramos da oposição tínhamos este grito de guerra; todo poder para os sovietes. Mas quando constituímos uma maioria relativamente a eles, ou aos principais, começamos a lutar por conseguir o poder.

Nos campos a situação era extremamente complicada e confusa. A Revolução oferecera as terras aos camponeses, mas proibiu que se apoderassem delas até a reunião da Assembleia Constituinte. Os camponeses aguardaram pacientemente ao princípio; quando deram sinais de atividade, o Governo da Coligação apelou para medidas repressivas. A reunião da Assembleia constituinte era uma perspectiva cada vez mais remota. Realizavam-se as nossas previsões dos primeiros dias da Revolução. Efetivamente os camponeses apropriavam-se das propriedades pela força. Eram cada vez mais frequentes e mais severas as medidas de repressão. Muitos membros das Comissões revolucionárias dos camponeses estavam na cadeia. Kerensky tinha proclamado o estado de sítio em alguns distritos. Os delegados das aldeias começaram a apresentar-se em Petrogrado e queixavam-se de que eram perseguidos por aplicar o programa do Soviete no que se referia à repartição das terras. Pediam a nossa proteção. Respondíamos que só poderíamos fazer algo em seu favor quando o poder estivesse nas nossas mãos. A situação era tal que, para impedir a degeneração dos sovietes em centros de discussão acadêmica, tínhamos de esforçar-nos por alcançar o poder.

Os nossos amigos mais moderados diziam que era absurdo começar a campanha, mês e meio ou dois meses antes da reunião da Assembleia Constituinte; mas nós não estávamos influenciados pelo fetichismo da Assembleia. Primeiramente ninguém garantia que a Assembleia Constituinte seria convocada, pois a desorganização do exército, a deserção em massa, que estava à vista, o caos da distribuição de alimentos e a revolução agrária criavam uma atmosfera bem pouco propícia para eleições. Além disso, essas eleições representavam uma ameaça que tornava impossível a convocação. Em segundo lugar, ainda que reunisse a Assembleia Constituinte sob a direção dos velhos partidos, não podia ser senão uma reunião protecionista e confirmadora do princípio de coligação. Nem os socialistas revolucionários, nem os mencheviques eram capazes de impor a sua autoridade a não ser apoiados pela burguesia.

III

Todo poder aos Sovietes.

Era este o grito de guerra do nosso partido.

Até há pouco para os socialistas revolucionários e mencheviques, isto significava autoridade completa, contra a ideia de coligação e de participação com a burguesia liberal. Mas, em Novembro de 1917, a nossa petição implicava a supremacia completa do proletariado revolucionário sob a chefia do partido bolchevista. A questão debatida era a ditadura da classe operária que dirigia, ou antes, era capaz de dirigir os milhões de indivíduos das paupérrimas populações camponesas. Foi esse o significado histórico do levante de Novembro.

Desde os primórdios da Revolução insistíamos na necessidade inevitável de que toda a autoridade pública passasse aos Sovietes. Na sua maioria adotaram o nosso intento e, apesar de uma grande luta interna, fizeram seu o nosso desejo.

Nós preparávamo-nos para o Segundo congresso de todos os Sovietes no qual contávamos obter uma vitória completa. A Comissão Executiva Central era dirigida por Dan, pois Cheidze¹³, cauteloso, oportunamente, foi para o Cáucaso e a Comissão envidou todos os esforços para impedir a reunião do Congresso dos Sovietes. Após grandes esforços e apoiados por um grupo sovieta da Confederação Democrática, conseguimos, finalmente, a fixação de um dia para a reunião do nosso Congresso: 7 de Novembro, data eternamente memorável na história da Rússia e a maior de todas.

¹³ Nikolay Semyonovich Chkheidze ^[1], presidente menchevique do Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado (até setembro de 1917).

Como medida preliminar convocamos uma Conferência dos Sovietes das Províncias do Norte para Petrogrado, em que tomou parte a frota do Báltico e o Soviete de Moscou. Nesta conferência conseguimos a maioria. A direita, formada pela ala esquerda dos socialistas revolucionários, também nos apoiou. Iniciamos deste modo o levante de Novembro.

IV

Anteriormente a isto, porém, e antes da Conferência dos Sovietes do norte, algo aconteceu de influência considerável e próxima na política.

Em meados de outubro apresentou-se numa sessão da Comissão Executiva um representante sovieta agregado ao Distrito Militar de Petrogrado, dizendo que o Quartel General solicitava o envio de dois terços da guarnição da capital para as trincheiras. Qual o objetivo desta medida? A defesa de Petrogrado¹ A ordem não se cumpria imediatamente, mas tornava-se indispensável fazer os preparativos para tanto. O Distrito Militar pedia que o sovieta de Petrogrado aprovasse esta medida. Nós apuramos o ouvido. Já em fins de agosto tinham sido tirados da capital cinco regimentos revolucionários por indicação de Kornilov, então comandante geral, que na calada, preparava a sua Divisão Caucásica de selvagens para se apoderar da cidade revolucionária.

Por isso e por experiência, conhecíamos o significado de uma redistribuição de forças, realizada com o pretexto de operações militares. Não é descabido antecipar que segundo documentos autênticos vindos para nosso poder depois da Revolução de Novembro, a projetada evacuação parcial de Petrogrado era alheia em absoluto às operações militares, sendo imposta ao general Dujonin contra sua vontade, só porque o próprio Kerensky estava ansioso por ver a cidade liberta de soldados revolucionários, isto é, de indivíduos pessoalmente hostis ao ditador.

Isto não se conhecia em meados de outubro e as nossas suspeitas provocaram uma tempestade de indignação patriótica. O comando militar dirigia-nos prementes ameaças. Kerensky, muito impaciente, sentia o solo fugir-lhe debaixo dos pés. Não tínhamos pressa em responder. É verdade que Petrogrado corria perigo e a terrível questão da sua defesa preocupava-nos em extremo. Porém, depois do sucedido nos dias de Kornilov e depois das palavras de Kodzianco sobre a ocupação temporária da cidade pelos alemães, que nos garantia que Petrogrado não seria entregue aos inimigos, como sanção penal pelo seu espírito de rebeldia?

A Comissão Executiva não consentia no envio dos dois terços da defesa de Petrogrado sem antes examinar detidamente o assunto. Pedíamos provas reais do fundamento de tal pedido e que se criasse um organismo capaz de estudar os fatos. Assim nasceu a ideia de estabelecer junto à seção dos soldados dos Sovietes, isto é, junto à representação política da guarnição, um órgão puramente ativo, ou seja, a Comissão Militar Revolucionária que posteriormente adquiriu um poder enorme e foi praticamente o instrumento da Revolução de Novembro. Quando propusemos a criação de um órgão concentrador da direção militar da guarnição de Petrogrado, constatamos que forjávamos uma arma revolucionária de inapreciável valor. Já nessa altura, deliberadamente e sem o ocultar, caminhávamos para o levante e organizamo-nos com esse fim.

A abertura do Congresso dos Sovietes foi fixada para o dia 7 de Novembro e já não restava qualquer dúvida de que a Assembleia se declarava partidária da entrega do poder aos sovieta. Mas havia necessidade de efetivar a resolução, para que não ficasse em simples frase sem sentido.

A lógica da situação parecia indicar que o nosso levante se efetuasse a 7 de Novembro. Os jornais burgueses assim insinuavam. Mas a sorte do Congresso dependia, em primeiro lugar, da guarnição de Petrogrado. Permitiria este que o congresso fosse rodeado por Kerensky com algumas centenas ou milhares de oficiais e sargentos, com batalhões de toda a confiança?

O simples fato de pretender que a cidade fosse desocupada, não seria um indício mais certo de que o Governo preparava a dissolução do Congresso dos Sovietes? O contrário teria sido muito estranho, já que a nossa mobilização se fazia publicamente, à vista do país, reunindo as forças de todos os Sovietes para infligir o golpe mortal à coligação.

A isto se deveu que o conflito fosse provocado pela questão das tropas de Petrogrado. Por isso os soldados tinham muito interesse no assunto; mas não era menor o interesse dos operários, pois os

cossacos e oficiais cairiam sobre as massas revolucionárias com todas as suas forças, uma vez os soldados fora da cidade. O conflito aproximava-se da sua fase decisiva e o modo como se apresentava oferecia um aspecto muito desfavorável para Kerensky.

Paralelamente ao problema da guarnição, desenrolava-se a luta pela convocação do Congresso dos Sovietes. Nós proclamávamos abertamente em nome do Soviete de Petrogrado e em nome da conferência dos Sovietes do Norte, que o segundo Congresso liquidaria o governo de Kerensky e se assenhorearia da Rússia. O levante estava iniciado e desenvolvia-se em todo país.

Entre todas foi esta a questão principal que ocupou o nosso partido durante o mês de outubro. Lenin, oculto na Finlândia, escrevia frequentemente e insistia na adaptação de uma tática mais audaz. A fermentação das fileiras aumentava e crescia o descontentamento, porque o povo não via a realização das fórmulas do partido bolchevista, apesar de este contar com a maioria dos Sovietes.

No dia 28 de Outubro houve reunião secreta da Comissão Central do nosso partido. Lenin esteve presente. O assunto do levante figurava na ordem do dia. Por enorme maioria contra dois votos somente, foi decidido que o levante armado era o único meio de salvar a Revolução e o país. Os Sovietes deviam apoderar-se de toda a autoridade.

O Conselho Democrático

I

Nascido da Conferência Democrática, o Conselho Democrático foi o herdeiro da sua incapacidade. Os antigos partidos soviéticos, socialista revolucionário e menchevique, tinham conquistado uma maioria artificial no Conselho, que não servia para evidenciar a invalidez da sua política. Nos bastidores Tsereteli fazia complicadas negociações com Kerensky e com os representantes dos elementos conciliados, como lhes chamavam no conselho para evitar outro termo burguês, julgado como insulto. As informações de Tsereteli sobre o progresso e resultado das suas negociações, pareciam uma oração fúnebre junto ao túmulo da Revolução. Via-se claramente que nem Kerensky, nem os elementos conciliados, concordariam na aceitação do princípio de responsabilidade ante o novo organismo semi-representativo.

Era impossível encontrar homens práticos fora do partido dos cadetes. Os organizadores da empresa tiveram de transigir em ambos os pontos, fato tanto mais significativos quanto a Conferência Democrática havia sido convocada precisamente para acabar com o regime de irresponsabilidade e a Assembleia tinha desfeito toda a coligação com os cadetes.

Nas últimas reuniões, das poucas que o conselho Democrático fez antes da nova Revolução havia uma atmosfera irrespirável, de incapacidade e desconfiança. O Conselho não reparava nos progressos da Revolução, mas apenas na dissolução dos partidos provocada por ela.

Eu já tinha apresentado no nosso partido o problema de se abandonar ostensivamente a Conferência e de excluir o conselho Democrático. Era necessário mostrar às massas que os coligacionistas tinham levado a Revolução até um beco sem saída. A luta em prol da formação de um Governo soviético somente seria possível com métodos revolucionários. Impunha-se arrancar a autoridade das mãos daqueles que se mostravam incapazes de a conservar e que já começavam a perder aptidão a ponto de causarem estragos.

O nosso sistema político devia consistir na mobilização de forças em volta dos Sovietes e no levantamento armado, para enfrentar o sistema dos nossos adversários que os levava ao Parlamento Provisório, astuciosamente escolhido, e a uma possível Assembleia Constituinte.

O programa proposto por mim só poderia realizar-se rompendo aberta e publicamente com o organismo criado por Tsereteli e seus amigos e concentrando toda a atenção e força nas massas operárias nas organizações soviéticas.

Por isso propus a saída aparatosa da Conferência Democrática e a agitação revolucionária em fábricas e quartéis, para que não fosse adulterada a vontade revolucionária e se impedisse a pretendida fusão com a burguesia.

Lenin era da minha opinião, segundo carta recebida poucos dias depois. Mas os chefes do partido revolucionário vacilavam. As jornadas de julho tinham deixado uma impressão muito profunda nos ânimos dos nossos correligionários. Os operários e soldados tinham conseguido refazer-se do efeito desmoralizador produzido pela repressão, muito mais rapidamente do que os nossos companheiros. Com efeito estes acreditavam que outra tentativa prematura daria ocasião para que o adversário destruísse a força revolucionária.

Quando fomos à Conferência Democrática eu obtive cinquenta votos para a proposta que condenava toda a participação no Conselho Democrático, tendo aparecido setenta votos contra. Mas o conhecimento objetivo do Conselho robusteceu a ala esquerda do partido. De qualquer maneira parecia evidente que o sistema de convênio cujo fim era dar direção revolucionária às classes conciliadas amparadas pelos coligacionistas, já sem voz entre as massas, não era o melhor procedimento para sair da embrulhada em que os democratas da pequena burguesia nos introduziram.

Quando o Conselho Democrático reforçado com representantes das classes ricas, se transformou em Parlamento Provisório, já o nosso partido estava apto para a ruptura.

II

A dificuldade, agora, residia em saber se os socialistas revolucionários da esquerda nos acompanhariam. O grupo estava em período de formação, o que significava incerteza e lentidão para o nosso objetivo. Durante o primeiro ímpeto da Revolução o partido socialista revolucionário era, de todos, o mais forte. Os camponeses e soldados e ainda grande maioria dos operários votavam pelos socialistas revolucionários. Popularidade inesperada para os que dela desfrutavam, mais uma vez pareceu que o partido iria naufragar nas ondas da própria vitória. Toda a gente queria alistar-se sob a bandeira dos socialistas revolucionários, exceto, como é natural, os capitalistas, os grandes proprietários e os intelectuais de alta posição. Isto passava-se durante o primeiro período da Revolução, quando as diferenças de classes não estavam ainda bem definidas, quando o desejo comum de unificação da frente se exprimia num programa nebuloso de um partido disposto a amparar as reivindicações da classe operária, temente de perder os contatos com os camponeses; daqueles que pediam terras e liberdade; dos intelectuais, desejosos da chefia de ambas as classes, e dos elementos oficiais, empenhados em adaptar-se a uma nova ordem de coisas. No tempo do czarismo, Kerensky esteve filiado no Partido do Trabalho e da vitória alcançada pela Revolução, entrou no dos socialistas revolucionários, aumentando deste modo a popularidade do grupo, pois Kerensky parecia avançar até ao poder. Muitos generais e coronéis, por adesão ao ministro da Guerra, alistaram os seus nomes no partido dos que tinham sido chamados terroristas. Os velhos socialistas revolucionários, que pertenciam à escola dos intransigentes começara a sentir-se comprometidos na companhia de tantos socialistas revolucionários de Março, que dizer, de socialista revolucionário que adormecendo conservadores acordavam revolucionários.

Na sua massa amorfa o partido incluía não só as contradições internas próprias do desenvolvimento revolucionário, mas também as inerentes aos preconceitos das incultas massas campesinas, bem como as provenientes do sentimentalismo, falta de estima e ambição dos intelectuais. Com aqueles elementos o partido não poderia conservar-se.

Sob o ponto de vista ideológico foi manifesta a sua dependência desde o dia em que se organizou.

Na iniciação revolucionária do país o papel principal foi dos mencheviques. Estes homens tinham aprendido na escola marxista, aproveitando certos métodos e hábitos de que se valeram para sortear as dificuldades políticas, adulterando teoricamente o sentido da luta de classes até ao ponto de obter, sempre que as novas condições o permitiam, a supremacia do liberalismo burguês. Nos dias da Revolução de Novembro o menchevismo era já simples expressão política.

Por seu turno os socialistas revolucionários perdiam rapidamente a sua influência primeiro entre os operários, depois nos campos. Contudo a Revolução de Novembro encontrou-os bem fortes de número, e com uma aparência dominadora que desmentia os antagonismos internos. A ala direita em que preponderavam patriotas como Catalina Bresdco-Breshkosvskaya e Boris Savinkov, acabou por

aderir aos contrarrevolucionários. Ao contrário, começou a formar-se uma ala esquerda querendo manter-se em contato com as classes trabalhadoras. Se atendermos a que o socialista revolucionário Avksentiev, ministro do Governo, ordenava a detenção dos membros das Comissões dos Camponeses, feitas de socialistas revolucionários na sua quase totalidade, por efetuarem a divisão das terras, apreciaremos o grau de desorganização desse partido.

Chernov¹⁴, chefe tradicional do partido, ocupava o centro. Escritor esperto, profundo conhecedor da literatura socialista, habilíssimo na tática das lutas políticas, assumiu sempre a chefia do partido enquanto a sua atividade se relacionava com os exilados. A Revolução que durante o seu primeiro impulso levantara os socialistas revolucionários a uma altura incrível, automaticamente também elevou Chernov, mas apenas para manifestar a sua completa incapacidade, mesmo entre as personagens do período a que me refiro. As qualidades secundárias que asseguraram a Chernov uma preponderância durante o exílio, eram demasiado insignificantes para uma época revolucionária. Absteve-se de adotar resoluções comprometedoras, evitou ocasiões críticas, foi sempre contemporizador, e excluiu qualquer ação decisiva. Esta tática negativa assegurou-lhe o domínio de uma zona mestra entre os dois extremos, que cada vez mais se distanciavam. Mas já se tornou impossível unificar o partido, pois Savinkov, o antigo terrorista, implicado na tentativa de Kornilov, estava de muito boas relações com os círculos contrarrevolucionários dos oficiais cossacos. Preparava um golpe mortal contra os soldados e operários de Petrogrado, entre os quais havia alguns membros da esquerda socialista revolucionária, para obsequiar a esquerda o centro expulsou Savinkov do partido, mas não deu um único passo para combater Kerensky.

No Parlamento Provisório o partido apresentava-se como incoerente e até inverossímil. Os três grupos que o constituíam operavam em absoluta independência, ainda que unidos sob a mesma bandeira. A verdade é que nenhum daqueles grupos tinha uma noção clara do que se propunha. O domínio do partido na Assembleia Constituinte, significava a continuação de uma política estéril.

III

Antes de abandonar o Parlamento Provisório onde tínhamos apenas cinquenta votos segundo a estatística de Kerensky e Tsereteli, organizamos uma reunião em que solicitamos o concurso da esquerda revolucionária. Não fomos atendidos, pois aquele grupo alegava que era preciso demonstrar a inutilidade do Parlamento junto da classe camponesa e que semelhante demonstração não podia fazer-se senão através de uma experiência prática.

“A nossa obrigação é adverti-vos – disse um dos chefes – que se ides abandonar o Parlamento Provisório para sair à rua e empreender a luta de trincheiras, não os seguiremos”.

Com efeito, a imprensa burguesa e coligacionistas acusava-nos de intentar uma ruptura com o único fito de criar uma situação revolucionária. Assim não esperamos os socialistas revolucionários e resolvemos trabalhar com toda a independência. A declaração feita pelo nosso partido na tribuna do Parlamento Provisório para explicar a nossa separação daquele organismo, foi recebida com gritos de raiva, mas impotentes. Entretanto, dada a conhecer ao Soviete de Petrogrado foi aprovada por poderosa maioria. Martov, chefe do pequeno grupo de mencheviques internacionalistas, sustentou qual a nossa saída do Conselho Provisório da República, nome oficial da desacreditada instituição, seria compreensível no caso de nos propormos passar imediatamente à ofensiva contra o governo atual e não de outro modo. Era precisamente o que desejávamos fazer. Os agentes da burguesia liberal acertavam acusando-nos de tendências revolucionárias, pois a única saída que víamos para aquela situação desesperada era o levante armado e a tomada do poder público.

Das trincheiras chegavam delegados que diziam:

- Quanto tempo vai durar esta situação? Os soldados mandam-nos declarar que se no dia 15 de novembro não tiver sido tomada uma determinação no tocante à paz, abandonarão as trincheiras.

¹⁴ Viktor Mikhailovich Chernov, um dos fundadores do Partido Socialista Revolucionário (SR) e principal ideólogo do partido.

Efetivamente tal resolução tinha sido adotada na frente. De mão em mão, de um setor a outro, corriam panfletos escritos pelos mesmos soldados em que se punha como limite máximo o aparecimento das primeiras neves.

E os delegados do exército apontavam:

- Esqueceste-nos por completo. Se não encontrardes uma resolução satisfatória, viremos com as baionetas preparadas não só para atacar os nossos inimigos, mas também a vós.

Poucas semanas depois o soviete de Petrogrado, onde tais coisas se passaram era o centro de atração de todo o exército.

O Conselho Militar Revolucionário

I

Já me referi à formação de uma Comissão Militar Revolucionária dependente do Soviete de Petrogrado que, segundo os nossos cálculos, seria o Comando Sovietista da Guarnição para se opor à ação do comando de Kerensky.

Os doutrinadores do coligacionismo diziam que não podiam existir dois Comandos Gerais. Nós respondíamos assim: “Poderia tolerar-se uma situação em que a guarnição desconfiasse do comando por temer que a remoção de topas obedecesse a um plano contrarrevolucionário?”

Replicavam-nos, em resposta, que a criação de um novo Comando era uma insurreição declarada pois a comissão Militar revolucionária podia ter por objetivo, não já o exame das intenções das autoridades militares, mas também a preparação e execução de um levante contra o Governo.

O argumento era irrefutável e, precisamente por isso, estávamos impassíveis. Uma esmagadora maioria do Soviete considerava necessário derrocar o governo de coligação. Quanto mais convincentes eram as demonstrações dos mencheviques e socialista revolucionários sobre o caráter ameaçador da Comissão Militar, mais seguro seria o apoio do soviete a este organismo.

A Comissão Militar começou por nomear representantes em todas as seções da guarnição de Petrogrado e nas instituições mais importantes da Capital e dos subúrbios.

Entretanto soubemos que o Governo, ou melhor, que os partidários do Governo, estavam a organizar forças. Corriam aos depósitos de armas oficiais e particulares para tirar espingardas, pistolas, metralhadoras e munições que repartiam entre os estudantes e empregados e, em geral, entre os jovens da burguesia. Por isso consideramos urgente tomarmos uma medida que se antecipasse aos seus planos. Nomeamos representantes que se responsabilizaram pelos depósitos de armas e munições e tornamo-nos senhores da situação sem que nos oferecessem qualquer resistência. É certo que os chefes encarregados da vigilância dos armazéns e os donos dos arsenais quiseram desconhecer a autoridade dos nossos representantes; mas bastou que eles apelassem para a Comissão Militar ou fizessem uma breve explicação aos proprietários para que terminasse toda resistência. Deste modo, a entrega das armas ficou na dependência direta dos nossos agentes.

Após o Congresso dos Sovietes reunido em junho e particularmente depois da manifestação do 1º de Julho em que patenteamos a força do bolchevismo, os partidos de coligação tinham já separado o soviete da Capital, para que não influenciasse os assuntos da cidade revolucionária. Começaram por confiar ao Executivo Central todos os assuntos que se relacionavam com a guarnição. Assim, não foi fácil a distribuição dos encarregados soviéticos, e só pode conseguir-se graças à cooperação das massas armadas. Um após outro, os regimentos declararam que só reconheceriam os agentes do Soviete de Petrogrado e que não dariam um só passo sem a aprovação destes agentes. A declaração foi feita após as reuniões em que falaram oradores de todos os partidos.

O organismo militar dos bolchevistas teve uma participação mais direta na nomeação dos agentes representantes. Tal obra não teria sido possível sem a propaganda feita por aquele organismo antes das jornadas de julho. É preciso recordar que no dia 18 do referido mês, o batalhão de ciclistas, levado até a capital por Kerensky atacou a casa de campo da menina Krzeszinka, onde o nosso centro militar tinha os escritórios. Foram presos quase todos os chefes e muitos membros do centro militar bolchevista, todos os documentos caíram nas mãos da força inimiga e foram destruídas as máquinas de

imprimir. O partido não voltou a ter meios de propaganda até conseguir instalar tipografias ocultas, muito tempo depois.

O organismo militar a que me venho referindo compunha-se de umas centenas de indivíduos pertencentes à guarnição de Petrogrado, entre os quais muitos oficiais jovens e soldados resolutos e absolutamente agregados à Revolução. Entre todos distinguiam-se os aspirantes a quem Kerensky conservou sob prisão em julho e agosto. A Comissão Militar Revolucionária depositava plena confiança nestes elementos dando-lhes os postos mais importantes para fins de propaganda.

Precisamente os membros do organismo militar bolchevistas foram os mais cuidadosos quando se tratou do levante de novembro e ainda demonstravam ceticismo quanto aos resultados. Com um caráter exclusivamente militar, aquele organismo inclinava-se involuntariamente a colocar acima de tudo os meios técnicos da insurreição e não podia negar-se, à nossa situação, grande debilidade sob este ponto de vista. A nossa força estava no espírito revolucionário das massas e na sua resolução de lutar sob as nossas bandeiras.

II

Simultaneamente com a obra de organização prosseguia sem descanso, a de agitação. Realizavam-se frequentes reuniões nas fábricas, no Circo Moderno e no de Ciniselli, nos centros políticos e nos quartéis. A atmosfera dessas reuniões estava carregada de eletricidade. A palavra insurreição era saudada com tempestades de aplausos e gritos de aprovação.

O estado de alarme público ainda mais se intensificava pela propaganda da imprensa burguesa. A ordem expedida por mim para que a Fábrica de Armas de Sestroretski entregasse 5.000 espingardas à Guarda Vermelha, espalhou o pânico na burguesia. De viva voz e por escrito, anunciava-se uma matança geral preparada pelo bolchevismo. Como é de supor, isto não impedia que os operários da Fábrica Sestroretsky dessem armas à Guarda Vermelha. Enquanto rugia furiosamente a imprensa burguesa, as massas acudiam ao nosso chamamento com maior entusiasmo.

As duas fações, de dia para dia, viam mais claramente que se aproximava o momento decisivo. A imprensa menchevistas e socialista revolucionária estava frenética. Todos os seus órgãos repetiam: “A Revolução corre um perigo eminente! Prepara-se uma repetição dos dias de julho, em escala muito maior, cujos resultados serão incalculavelmente ruinosos”.

No seu jornal *Novaya Zizn (Nova Vida)*, Gorki profetizava diariamente o fim da civilização.

Os intelectuais da burguesia começavam a achar muito pálido o vermelho do Socialismo e tremiam ante a proximidade da rígida ditadura proletária. Por seu lado, os soldados, mesmo os dos regimentos pouco avançados, aclamavam entusiasticamente os agentes da Comissão Militar Revolucionária.

O comando do distrito militar de Petrogrado entrou em negociações conosco e propôs uma transação. Aceitamos as conversações e ameaças e acabou por declarar que os nossos agentes eram ilegais o que, no entanto, não impedia a obra a que se tinham dedicado. Depois de tudo isto a comissão Executiva Central, de acordo com o comando de Petrogrado, nomeou o capitão Malevsky, representante superior da Guarnição e consentiu em reconhecer os nossos representantes desde que se submetessem à autoridade de Malevsky. Desfeita esta proposta, as negociações ficaram suspensas e não se renovaram, embora se empenhassem nelas eminentes socialistas revolucionários e mencheviques, de quem recebemos advertências oficiais, umas vezes ameaçadoras, outras em tom persuasivo, predominando uma nota pessimista sobre o fim próximo da Revolução.

O Soviete de Petrogrado

I

Já estava em poder do Soviete de Petrogrado e do nosso partido o edifício Instituto Smolny. Os mencheviques e socialistas revolucionários da direita tinham-se trasladado para o Palácio Marie, onde agonizava o recém-nascido Parlamento Provisório.

Kerensky pronunciou um grande discurso nesta Assembleia. Com frases históricas, recebidas pela burguesia com ruidosos aplausos, quis esconder a impotência do regime a que presidia.

O Comando Militar fez uma tentativa suprema. Dirigindo-se a várias unidades da guarnição convidou-as a que nomeassem delegados, dois por cada unidade, com o fim de discutir a retirada das tropas. Esta conferência deveria efetuar-se a 4 de novembro às treze horas.

Os regimentos informaram-nos do convite. Nós, então convocamos telefonicamente uma junta da guarnição de Petrogrado, para as onze da manhã. Houve quem fosse ao comando, mas apenas para declarar que, sem autorização do Soviete, as tropas não dariam um passo para fora da cidade. A junta da guarnição reafirmou unanimemente a sua lealdade à comissão Militar Revolucionária. A única oposição encontrada procedia dos antigos grupos soviéticos, mas não teve eco entre os delegados dos regimentos. Em suma: a tentativa do comando serviu somente para demonstrarmos que pisávamos terreno firme. Despertou a atenção que entre os nossos partidários mais entusiastas figurasse o regimento de Volínia, que na noite de 16 para 17 de julho tinha marchado com música e bandeiras para dissolver os bolchevistas no Palácio de Táurida.

A Comissão Executiva Central tinha-se apoderado dos fundos e da Imprensa do Soviete de Petrogrado. Todos os esforços dispendidos pela sua recuperação resultaram inúteis. Por isso, em meados de outubro, começamos a dar as voltas necessárias para fundar um jornal independente, órgão do soviète. Ocupadas como estavam todas as tipografias, não tínhamos entrada nelas.

Para resolver a situação fixamos o Dia do Soviete, no qual faríamos ampla propaganda e recolheríamos fundos destinados à publicação do nosso jornal. Este acordo foi realizado em meados de outubro e marcada a data de 4 de novembro. Assim coincidiu com os rumores públicos sobre o movimento que rebentaria proximamente. A imprensa inimiga dizia que em novembro os bolchevistas armados sairiam para as ruas. Ninguém o duvidava e apenas a data era discutível. Foram inúteis todos os esforços enviados para chegarem a uma predição exata, a fim de nos arrancarem a certeza ou uma negativa. O soviète agia com serenidade e confiança, não se importando com os rugidos da opinião burguesa.

No dia 4 de novembro realizou-se a revista às forças do exército proletário. Rodaram esplendidamente, em todos os sentidos, as horas desse dia. Apesar das advertências da direita, que falavam de rios de sangue nas ruas de Petrogrado, toda a gente tomou parte na reunião do Soviete. Valemo-nos de toda a nossa força oratória. O público era numerosíssimo e as reuniões prolongaram-se por muitas horas. Além dos oradores do nosso partido falaram os delegados vindos de todo o país para tomar parte no congresso dos Sovietes. Não faltaram representantes do exército em campanha e houve discursos de socialistas revolucionários e de anarquistas. As salas estavam cheias de operários e soldados. Poucas vezes se vira tanta animação em Petrogrado.

Uma grande parte da pequena burguesia estava particularmente inquieta. Se não os assustava o que viam, inquietavam-se pelos vaticínios da imprensa burguesa. Agrupavam-se milhares de indivíduos em frente ao Palácio do Povo, penetravam pelos corredores e enchiam as salas. Nas colunas penduravam-se pessoas como cachos de uvas. A atmosfera sacudida por correntes elétricas, semelhante aos dias mais críticos de toda a Revolução.

Morra o governo de Kerensky!

Viva a paz!

Viva o governo soviético!

Tais eram os gritos que ressoavam no edifício. Não aparecia sequer um partidário dos antigos grupos que se atrevesse a afrontar as iras daquela manifestação colossal. O triunfo do Soviete de Petrogrado era único. Na realidade a campanha tinha terminado. Restava apenas dar um golpe gracioso no fantasma do governo.

II

Alguns amigos, cautelosamente, advertiam-nos que determinadas unidades do exército estavam fora do movimento. Citavam os cossacos; o regimento de Cavalaria, os guardas de Semenov e o regimento de Ciclistas. Enviamos-lhes, imediatamente, agentes de propaganda e representantes.

Recebemos informações satisfatórias. A atmosfera caldeava os espíritos. Os elementos mais tranquilos do exército não podiam resistir à influência da guarnição de Petrogrado.

Eu mesmo assisti a uma reunião do regimento de Semenov, organismo conceituado como uma das colunas do governo de Kerensky. Ali estavam também alguns dos mais eloquentes da direita lutando por ativar o espírito do regimento, última esperança do ministério de coligação. Mas tudo foi inútil. O regimento declarou-se a nosso favor por uma maioria surpreendente. Nem sequer proporcionou que os ministros terminassem os seus discursos.

Os principais inimigos das novas reivindicações eram os oficiais, os voluntários e os intelectuais. Os operários e camponeses estavam absolutamente do nosso lado. Era fácil traçar uma linha divisória. Uma linha sem sinuosidades.

A base militar de Petrogrado é a fortaleza de Pedro e Paulo. Para comandar esta posição destacamos um jovem oficial que bem depressa se mostrou digno daquele posto. Num só dia se tornou dono da situação. A guarnição da legalidade ficou de lado, assumindo uma atitude de expectativa.

Por razões já apontadas, o regimento de ciclistas era considerado por nós unidade suspeita. No dia 5 de novembro, às catorze horas, fui à fortaleza. Havia uma reunião no pátio. Os oradores da direita falavam com muita cautela, evitando toda a alusão a Kerensky, cujo nome levantava gritos de indignação protesto, mesmo entre os soldados. Falando nós, escutaram-nos com amostras de muita adesão.

Às dezesseis horas os ciclistas tiveram uma reunião no Circo Moderno, próximo da fortaleza. Entre os oradores figurava o general Paradelov. As suas palavras foram também muito medidas. Já tinham passado os dias em que os oradores oficiais aproveitavam qualquer ocasião que se lhes deparava para nos chamar de traidores ao serviço do Kaiser. O primeiro ajudante do comando aproximou-se para me dizer: “Porque não chegamos a um acordo?” Era demasiado tarde. Depois do debate, todo o batalhão, com apenas trinta votos contrários se declarou a favor do partido sovieta.

III

O governo de Kerensky procurava apoio num e noutro lado. Chamou dois batalhões de ciclistas e uma bateria de morteiros da frente. Ordenou um aumento da cavalaria.

Durante a viagem os ciclistas telegrafaram ao Soviete de Petrogrado: “levam-nos a essa capital. Ignoramos o objetivo desta ordem. Queiram explicá-la”. Respondemos que detivessem a marcha enviando apenas uma delegação. Quando esta chegou, os seus membros declararam na junta do Soviete que o batalhão estava do nosso lado. Como é natural o entusiasmo aumentou e deram-se ordens para que o batalhão entrasse imediatamente na cidade.

O número de delegados da frente engrossava de dia para dia. Informavam-se da situação, recebiam folhetos de propaganda e voltavam para a frente, onde davam a conhecer os esforços do sovieta de Petrogrado para que o Governo passasse para o poder dos operários, soldados e camponeses.

“As trincheiras apoiam-vos”. Era a garantia que nos davam as delegações.

Entretanto, as antigas Comissões do Exército, reeleitas havia quatro ou cinco meses, enviavam telegramas ameaçadores. Ninguém lhes dava importância. Sabíamos perfeitamente que as Comissões não estavam em contato com as massas de soldados e que se encontravam no mesmo caso da comissão Executiva Central relativamente às assembleias soviéticas.

A Comissão Militar Revolucionária enviou agentes a todas as estações da estrada de ferro para que inspecionassem as entradas e saídas dos trens e, principalmente, para que reparassem no movimento das tropas. Tinham comunicações constantes, quer por telefone, quer por meio de viaturas com as cidades mais próximas e respectivas guarnições. Todo Soviete unido ao de Petrogrado devia impedir que a capital fosse tomada por tropas contrarrevolucionárias ou, pelo menos, dedicadas ao governo. Os empregados inferiores e os operários da estrada de ferro reconheciam o caráter oficial dos nossos agentes.

A 6 de novembro surgiu um conflito na Central Telefônica. Negaram a comunicação que pedíamos. Os alunos da Escola Militar tinham se apoderado do edifício e, protegidas por eles, as

empregadas opunham-se. Esta foi a primeira manifestação de sabotagem que no futuro nos oporia a oficialidade e a burocracia. A Comissão Militar Revolucionária enviou um destacamento à Central Telefônica e colocou peças de artilharia ligeira à porta do edifício. Começou deste modo o assalto às repartições públicas. Agrupamos pequenos destacamentos de marinheiros e guardas vermelhos no Telégrafo, nos Correios, e noutras repartições, enquanto dávamos os passos necessários para encontrar desprevenido o Banco do Estado.

O Centro Sovietista estabelecido no Instituto Smolny foi convertido em fortaleza. Na parte superior havia vinte e poucas metralhadoras, legado da Comissão Executiva Central, que estavam mais ou menos abandonadas e cujos responsáveis não guardavam qualquer disciplina. Chamamos outro destacamento de metralhadoras que rodavam ao largo das galerias do Instituto nas primeiras horas da manhã. Alguns mencheviques e socialistas revolucionários que ainda estavam no edifício espreitavam pelas frinchas das portas, entre surpreendidos e assustados.

O Soviete e a guarnição organizavam reuniões quotidianas no Instituto.

Um pequeno aposento do terceiro piso, oculto num ângulo dos corredores era o local em que se reuniam os membros da Comissão Militar Revolucionária e onde, atualmente se encontravam em reunião permanente. Chegavam ali todas as notícias sobre movimentos de tropas, o espírito reinante entre soldados e operários, os progressos da propaganda nos quartéis, os estragos dos amotinadores, as conferências dos políticos burgueses, a vida no Palácio de Inverno, e as intenções dos antigos partidos soviéticos. Sabíamos tudo. Os nossos informadores eram operários, oficiais, porteiros de casas ricas, lacaios e até senhoras da alta sociedade. Alguns dos informadores apresentavam narrações ridículas; outros, informações da maior importância.

Aproximava-se o momento decisivo. Seria irreparável o que nele se passasse.

Na noite de 5 de novembro Kerensky foi ao Parlamento Provisório e solicitou a aprovação de uma série de medidas repressivas contra os bolchevistas. Mas no Parlamento Provisório reinava uma confusão lamentável, atingindo os limites da dissolução. Os cadetes compeliavam os socialistas revolucionários da direita para que aceitassem um voto de confiança; os socialistas revolucionários da direita faziam pressão sobre o centro; o centro vacilava; os socialistas revolucionários de esquerda faziam uma campanha de oposição. Depois de muitas conferências, discussões e vacilações, adotou-se a resolução da ala esquerda, condenando o movimento sedicioso do soviète, ainda que a responsabilidade pesasse sobre a política antidemocrática do Governo.

O correio trazia-nos cartas, diariamente, em que se declarava que estávamos condenados à morte, que havia máquinas infernais, que o Instituto Smolny não tardaria em ir pelos ares, que seria inútil da nossa parte qualquer precaução, etc. A imprensa burguesa mostrava o seu ódio e o seu medo de forma violentíssima. Gorky, esquecendo completamente o *Canto de Halcón*, anunciava o seu jornal *Novaya Zizn* a proximidade da catástrofe.

Os membros da Comissão Militar Revolucionária não saíram do Instituto Smolny durante uma semana inteira. Dormiam aos poucos estendidos em sofás e eram despertados para darem atenção aos correios exploradores, ciclistas e telegrafistas. As campanhas dos telefones tocavam sem descanso.

A noite mais agitada foi a de 6 para 7. De Pavlosk, informaram-nos pelo telefone que o Governo chamava dali os artilheiros e os alunos da Escola Militar de Peterhoff. Kerensky estava no Palácio de Inverno, rodeado de oficiais, subalternos e admiradores. Ordenamos pelo telefone, que fossem aguardadas por destacamentos leais as vias de acesso a Petrogrado e para que se fizesse intensa agitação entre as tropas convocadas pelo Governo. Se não retrocedessem movidas por persuasão, recorrer-se-ia à força. Falávamos pelo telefone sem ocultar os nossos planos que, naturalmente, eram conhecidos pelos agentes do Governo.

Soubemos que as entradas da capital estavam completamente resguardadas pelos nossos partidários. Os alunos da Escola Militar de Oranienbaum, durante a noite, conseguiram atravessar as nossas linhas, mas sabendo-o foi-nos fácil seguir os seus movimentos pelo telefone. Como medida de precaução chamamos uma companhia adicional que ficou nos arredores do Instituto Smolny. A nossa comunicação com as forças da guarnição era ininterrupta. Os regimentos tinham a vigilância dos nossos agentes. Cada unidade dispunha, continuamente, de uma delegação às ordens da Comissão Militar Revolucionária, tanto de dia como de noite.

Deram-se ordens terminantes para serem reprimidas todas as manifestações dos “Cem Negros” ou qualquer tentativa de amotinação, empregando a força sem contemplações nem piedade. Durante a noite foram passando para o nosso poder os pontos mais importantes da cidade, dos quais tomamos posse quase sem resistência, sem luta e sem sangue.

No Banco do Estado havia sentinelas do Governo e um carro blindado; todavia os nossos destacamentos rodearam o edifício, a viatura de guerra caiu-nos nas mãos de surpresa e o Banco ficou à disposição da Comissão Militar Revolucionária, sem que fosse necessário disparar um só tiro.

O cruzeiro Aurora estava no Neva, abaixo dos ancoradouros da Companhia Franco-Russa em reparação. A bordo não havia qualquer proteção a não ser a da marinhagem, inteiramente ligada ao movimento revolucionário. Nos últimos dias de agosto quando Kornilov ameaçou Petrogrado, os marinheiros do Aurora foram chamados para proteção ao Palácio de Inverno. E mesmo quando eram hostis, em extremo, ao Governo, consideravam seu dever repelir o movimento contrarrevolucionário. Por isso ocuparam o Palácio sem uma única palavra de protesto. Passado o perigo, foram postos de lado. Nos dias críticos de Novembro a sua intervenção podia ser muito perigosa para o Governo; para evitar foi ordenado que o cruzeiro abandonasse as águas de Petrogrado. A tripulação comunicou-nos a disposição do Ministro da Marinha e nós demos uma contraordem. O cruzeiro apenas esperava uma chamada para colocar todas as suas forças ao serviço do Soviete.

A conquista do Palácio de Inverno

I

Durante a madrugada de 7 de Novembro, os operários de ambos os sexos que trabalhavam na tipografia do partido correram ao Instituto Smolny participando que o governo tinha mandado sequestrar o nosso periódico mais importante e o novo órgão do Soviete de Petrogrado. As portas da tipografia estavam seladas por ordem do governo. A Comissão Militar Revolucionária, imediatamente deu uma contraordem, tomou sob a sua alçada os dois jornais e encomendou ao forte regimento de Volínia a honra de manter a liberdade da imprensa socialista protegendo-a contra qualquer tentativa do adversário. O trabalho recomeçou prontamente e os dois jornais apareceram à hora de costume.

O Conselho de Ministros prosseguia no Palácio de Inverno onde apenas se encontrava uma sombra do Governo. Politicamente tinha deixado de existir. No dia 7 de Novembro as tropas soviéticas rodearam gradualmente o edifício. Às treze horas, eu, como representante da Comissão Militar Revolucionária, anunciei no Soviete que o Governo de Kerensky tinha desaparecido e que, à espera da resolução do Congresso dos Sovietes, a autoridade pública seria assumida pelo organismo em cujo nome falava.

Poucos dias antes Lenin tinha saído da Finlândia e estava escondido num bairro operário dos arredores. Nesse mesmo dia 7 apareceu secretamente no Instituto Smolny. Julgando pelas notícias da imprensa pensava que tínhamos chegado a um acordo com o Governo de Kerensky. A imprensa burguesa tinha explorado de tal modo as suas profecias de insurreição, desfiles de soldados nas ruas, pilhagem, rios de sangue e confusão geral, que não constatou a própria insurreição quando ela se desenrolava. Presenciou as nossas negociações com o comando e tomou-as a sério. Entretanto, sossegadamente, sem lutas pelas ruas, sem tiros nem sangue, as dependências oficiais iam caindo em nosso poder e eram ocupadas pelos soldados, marinheiros e guardas vermelhos, nos quais reinava uma perfeita disciplina e que obedeciam às ordens telefônicas emanadas de um aposento oculto no terceiro piso do Instituto Smolny.

Durante a noite, a segunda Assembleia soviética realizava a sua sessão preliminar.

Dan apresentou as informações da comissão Executiva Central. Em termos duros falou contra os rebeldes, os usurpadores, os autores da agitação, e pretendeu atemorizar a Assembleia vaticinando o fracasso inevitável da Insurreição que seria esmagada em um ou dois dias pelas tropas da frente. As suas palavras não persuadiram ninguém e eram totalmente impróprias para uma Assembleia que seguia com o maior entusiasmo a marcha vitoriosa do levante da guarnição.

Àquela mesma hora o Palácio de Inverno estava completamente cercado, se não já conquistado. De vez em quando disparavam pelas janelas para responder aos sitiadores que, lenta e cuidadosamente, cerravam o cerco. O Palácio foi atingido por algumas granadas da fortaleza de Pedro e Paulo e o ruído das explosões ouviu-se no Instituto Smolny.

Martov, cheio de indignação impotente, falava da guerra civil e referia-se especialmente ao cerco do Palácio de Inverno, onde havia – horror dos horrores - alguns membros do partido menchevista. Dois marinheiros acabados de chegar do teatro dos acontecimentos e que subiram à tribuna para informar, falaram contra Martov. Disseram o que entenderam sobre a ofensiva de julho, sobre a pérfida política do antigo governo, sobre o restabelecimento da pena de morte para os soldados, sobre os presos, sobre a ocupação de oficiais revolucionários e acabaram declarando que só queriam ou morrer ou vencer. Foram eles que nos deram notícias das primeiras vítimas do nosso partido, caídas na Praça do Palácio.

Toda a gente se levantou como se uma mola tivesse tocado todos os circunstantes e com uma unanimidade só possível em profunda intensidade moral de sentimentos, foi entoada uma marcha fúnebre. Nenhum dos presentes a esquecerá. A reunião terminou violentamente pois era impossível continuar a discutir questões teóricas de governo, ouvindo o eco das bombas que soavam à volta do Palácio de Inverno, onde se decidia a sorte desse mesmo governo cuja política estava em causa.

A conquista do Palácio, sem dúvida, não foi empresa fácil. A indecisão na luta comunicava-se ao espírito de uma parte da assembleia. Os oradores da direita continuavam vaticinando nossa derrota. Toda a gente aguardava ansiosamente as notícias do Palácio de Inverno. Por último apareceu Antonov, chefe das operações. A sala ficou em profundo silêncio. O Palácio de Inverno tinha sido tomado. Kerensky fugiu. Os outros membros do Governo estavam presos na fortaleza Pedro Paulo. Acabou assim o primeiro capítulo da Revolução de Novembro.

Os socialistas revolucionários da direita e os mencheviques num total de sessenta pessoas, décima parte da assembleia, abandonaram o salão em sinal de protesto. Não podendo fazer outra coisa “arremessaram toda a responsabilidade do que pudesse acontecer” sobre os bolchevistas e socialistas revolucionários da esquerda. Estes ainda vacilavam. O seu passado ligava-os ao partido de Chernov. A direita desse partido já se confundia com a pequena burguesia, com os seus intelectuais, com os aldeões apaziguados. Em questões importantes aquele grupo colocava-se ao lado da burguesia liberal contra nós. Os elementos mais revolucionários do partido que representavam as reivindicações sociais dos paupérrimos camponeses, inclinavam-se para o proletariado e seus órgãos. Contudo, temiam cortar o cordão umbilical que os unia ao antigo grupo. Quando da nossa saída do Parlamento Provisório negaram-se a seguir-nos e preveniam-nos contra o perigo das *aventuras*. A insurreição, porém, obrigava-os a tomar uma resolução a favor ou contra o Soviete. Se bem que vacilando, foram concentrando as suas forças do mesmo lado da barricada que nós ocupávamos.

II

Em Petrogrado a vitória foi completa. A comissão Militar Revolucionária tinha nas suas mãos todas as rédeas do poder.

Foram estes os nossos primeiros decretos: abolição da pena de morte, nova eleição das Comissões Militares e uma série de medidas do mesmo gênero.

Todavia, depressa constatamos que estávamos separados das Províncias. Os funcionários superiores das estradas de ferro, correios e telégrafos eram nossos inimigos. As antigas comissões do Exército, Câmaras Municipais e “Zemstvos” continuavam a enviar telegramas ameaçadores para o Instituto Smolny. Tinham-nos declarado guerra e diziam que a rebelião seria sufocada brevemente.

Os nossos telegramas, decretos e explicações não conseguiam chegar às províncias porque a Agência Telegráfica de Petrogrado negava a sua transmissão. Nestas circunstâncias era fácil a difusão de rumores imaginários, mas inquietantes.

Constatando que o Soviete tinha assumido o poder na realidade, que os membros do governo anterior estavam detidos e que os soldados dominavam as ruas de Petrogrado, a imprensa burguesa e

coligação espalhou coisas inauditas contra nós. A Comissão Militar Revolucionária era objetivo das calúnias mais abomináveis.

A 8 de novembro houve reunião do Soviete de Petrogrado na qual estiveram presentes os delegados do congresso dos Sovietes, os soldados da Conferência Militar e muitos membros do partido. Pela primeira vez, após um intervalo de quatro meses, Lenin e Zinoviev falaram publicamente, tendo sido alvos de imensa ovação. Porém o júbilo da vitória aparecia perturbado pela inquietação com que esperávamos notícias do interior, ignorando por um lado como seria recebida a nossa atuação e por outro necessitando de pormenores concretos que nos indicassem a força efetiva das assembleias soviéticas.

Na noite do mesmo dia houve uma reunião do congresso, com grande importância para nós. Lenin propôs dois decretos: um sobre a paz e outro sobre as terras. Depois da rápida discussão ambos foram aprovados por unanimidade. Na mesma reunião foi constituída uma autoridade central formada pelo Conselho de Comissários do Povo.

Os mencheviques e os socialistas revolucionários de direita, porém, tinham cortado relações com o Congresso dos Sovietes. Assim limitamo-nos a mostrar aos socialistas revolucionários da esquerda a conveniência de atrair os da direita para um acordo com os elementos triunfantes. Enquanto se esforçavam pela realização desta tarefa impossível, nós assumimos inteira responsabilidade pelo governo e a lista de Comissários do Povo foi constituída, inteiramente, por bolchevistas.

Trechos do livro *As Lições de Outubro* de Leon Trotsky

É Preciso Estudar Outubro.

(...). Se já não temos que repetir a experiência da revolução de Outubro, isto não significa que esta experiência nada nos tenha a ensinar. Somos uma parte da Internacional; ora o proletariado dos outros países tem que resolver ainda o seu problema de Outubro; e no decurso do ano passado tivemos provas bastante convincentes de que os partidos comunistas mais adiantados do Ocidente, não só não assimilaram a nossa experiência, como nem sequer a conhecem do ponto de vista dos fatos.

Na verdade, pode-se fazer notar que é impossível estudar Outubro e mesmo editar os materiais que lhe dizem respeito, sem levar de novo a exame as antigas divergências. Porém, seria muito miserável abordar a questão de tal forma. Os desacordos de 1917 eram evidentemente muito profundos e estavam longe de ser fortuitos. Mas seria muito mesquinho tentar agora fazer deles uma arma de luta contra aqueles que então se enganaram; e mais inadmissível seria ainda que, por considerações de ordem pessoal, se escamoteassem os problemas capitais da revolução de Outubro, de uma importância internacional.

(...) Depois de Outubro, parecia que os acontecimentos na Europa se desenvolveram por si próprios, com tal rapidez, que nem sequer nos deixariam tempo para assimilar teoricamente as lições de Outubro. Verificou-se, porém, que na ausência de um partido capaz de o dirigir, o golpe de força proletário tornava-se impossível. O proletariado não pode conquistar o poder através de uma insurreição espontânea: mesmo num país industrialmente muito desenvolvido e altamente culto, como a Alemanha, a insurreição espontânea dos trabalhadores (em Novembro de 1918) apenas conseguiu transferir o poder para as mãos da burguesia. Apoiando-se nas suas riquezas, na sua "cultura", nas suas inúmeras ligações ao antigo aparelho estatal, uma classe possidente é capaz de conquistar o poder arrancado a outra classe possidente. Quanto ao proletariado, nada lhe pode substituir o Partido. A partir de meados de 1921 é que começa verdadeiramente o período de organização dos Partidos Comunistas ("luta pelas massas", "frente única", etc.). As tarefas de Outubro recuam então para longe. Simultaneamente, o estudo de Outubro é relegado para último plano. O ano passado defrontámo-nos com as tarefas da revolução proletária. Já é tempo de reunir todos os documentos, de editar todos os materiais e proceder ao seu estudo.

Embora, como é evidente, saibamos que cada povo, cada classe e até cada partido se educam principalmente a partir da sua própria experiência, de modo nenhum isto significa que a experiência

dos outros países, classes e partidos seja de pouca importância. Sem o estudo da grande Revolução Francesa, da Revolução de 1848 e da Comuna de Paris, nunca teríamos realizado a revolução de Outubro, mesmo com a experiência de 1905. Mas, para o estudo da revolução vitoriosa de 1917, nem sequer realizamos um décimo do trabalho que dispendemos para a de 1905. É certo que não vivemos num período de reação nem na emigração. Em contrapartida, as forças e os meios de que atualmente dispomos não podem ser comparados com os desses penosos dias. É preciso pôr na ordem do dia, no Partido e em toda a Internacional, o estudo da revolução de Outubro. É preciso que todo o nosso Partido e particularmente as Juventudes, estudem minuciosamente a experiência de Outubro, que nos forneceu uma verificação incontestável do nosso passado e nos abriu uma ampla porta para o futuro. A lição alemã do ano passado não só é uma séria lembrança, mas também um ameaçador aviso.

(...) É certo que o estudo da revolução de Outubro, só por si, é insuficiente para nos garantir a vitória nos outros países; contudo, é possível que surjam situações em que todas as premissas da revolução existem, salvo uma direção clarividente e resoluta do Partido, baseando-se na compreensão das leis e dos métodos da revolução. Tal era precisamente a situação na Alemanha, o ano passado. Pode vir a repetir-se noutros países. Ora, para o estudo das leis e dos métodos da revolução proletária, não há fonte mais importante, até agora, do que a nossa experiência de Outubro. Os dirigentes dos Partidos comunistas europeus que não estudassem, de maneira crítica e em todos os pormenores, a história do golpe de força de Outubro, parecer-se-iam com esse chefe que, ao preparar-se atualmente para novas guerras, descursasse a experiência estratégica, tática e técnica da última guerra imperialista. Semelhante chefe levaria à derrota os seus exércitos.

O Partido é o instrumento essencial da Revolução proletária. A nossa experiência de um ano (de Fevereiro de 1917 a Fevereiro de 1918) e as experiências complementares da Finlândia, Hungria, Itália, Bulgária e Alemanha, quase permitem erigir em lei a inevitabilidade de uma crise no Partido, quando este passa do trabalho de preparação revolucionária à luta direta pelo poder. Regra geral, as crises no Partido surgem a cada viragem importante, como prelúdio ou consequência. É que cada período de desenvolvimento do Partido tem os seus traços especiais, exigindo determinados hábitos e métodos de trabalho. Uma viragem tática acarreta uma ruptura mais ou menos importante nestes hábitos e métodos: nela reside a causa direta dos choques e das crises: "A uma viragem brusca da história - escrevia Lenine em Julho de 1917 - acontece muito frequentemente, até aos partidos avançados, não se chegarem a habituar à nova situação num maior ou menor espaço de tempo, repetindo as palavras de ordem que, embora justas ontem, hoje perderam todo o seu sentido; coisa que sucede tão "subitamente" como a viragem histórica". Daí um perigo: se a viragem tiver sido demasiadamente brusca ou inesperada e o período posterior tiver acumulado demasiados elementos de inércia e de conservadorismo nos órgãos dirigentes do Partido, este revelar-se-á incapaz de assumir a direção no momento mais grave, para o qual se preparou durante anos ou dezenas de anos. O Partido deixar-se-á corroer por uma crise e o movimento processar-se-á sem objetivo, preparando a derrota.

Um partido revolucionário está submetido à pressão de outras forças políticas. Em cada período do seu desenvolvimento elabora os meios para lhes resistir e as recalcar. Nas viragens táticas, que comportam reagrupamentos e fricções interiores a sua força de resistência diminui. Daí a possibilidade constante de se desenvolverem consideravelmente os reagrupamentos do partido, formados pela necessidade de viragem tática, e se tornarem uma base de diferentes tendências de classes.

Se, a cada viragem tática importante, a observação que acabamos de fazer é justa, é mais ainda no que toca às grandes viragens estratégicas. Em política, entende-se por tática, por analogia com a ciência da guerra, a arte de orientar operações isoladas; por estratégia, a arte de vencer, isto é, conquistar o poder. Não fazíamos vulgarmente esta distinção antes da guerra, na época da II Internacional, limitando-nos à concepção da tática social-democrata. E não era por obra do acaso: a socialdemocracia tinha uma tática parlamentar, sindical, municipal; cooperativa, etc. A questão da combinação de todas as forças e recursos, de todas as armas para alcançar a vitória sobre o inimigo, não se levantava na época da II Internacional, pois esta não fixava como tarefa prática a luta pelo poder. Depois de um longo interregno, a Revolução de 1905 pôs novamente na ordem do dia as questões essenciais, as questões estratégicas da luta proletária, garantindo com isto enormes vantagens aos social-democratas revolucionários russos, quer dizer, aos bolcheviques. Em 1917 começa a grande

época da estratégia revolucionária, primeiro para a Rússia depois para toda a Europa. É evidente que a estratégia não impede a tática: as questões do movimento sindical, da atividade parlamentar, etc., longe de desaparecerem do nosso campo visual, adquirem agora uma importância diferente, como métodos subordinados da luta combinada pelo poder. A tática está subordinada à estratégia.

Se, habitualmente, as viragens táticas produzem fricções interiores no Partido, com mais forte razão as viragens estratégicas devem provocar abalos muito mais profundos. Ora, a viragem mais brusca é aquela em que o Partido do proletariado passa da preparação, propaganda, organização e agitação para a luta direta pelo poder, à insurreição armada contra a burguesia. Tudo o que há de irresoluto, céptico, conciliador e capitulacionista no interior do Partido, ergue-se contra a insurreição, busca fórmulas teóricas para a sua oposição, encontrando-as já preparadas nos adversários de ontem, os oportunistas. Ainda vamos ter de observar muitas vezes este fenómeno.

No período de Fevereiro a Outubro, ao levar a efeito um largo trabalho de agitação e organização das massas, o Partido fez um último exame, uma derradeira escolha da sua arma antes da batalha decisiva. Durante e após Outubro, verificou-se o valor desta arma numa operação de vasta envergadura. Dedicarmo-nos agora a apreciar os diferentes pontos de vista sobre a Revolução em geral e a Revolução russa em particular, passando em silêncio a experiência de 1917, seria ocuparmo-nos com uma escolástica estéril e não com uma análise marxista da política. Seria agir à laia dessas pessoas que discutem as vantagens de diferentes métodos de natação, mas se recusam obstinadamente a encarar o rio onde estes métodos são aplicados pelos nadadores. Assim como é quando o nadador salta para a água, que melhor se pode verificar o método de natação, também para a verificação dos pontos de vista sobre a Revolução não há nada que chegue à sua aplicação durante a própria Revolução.

A Ditadura Democrática do Proletariado e do Campesinato: Fevereiro e Outubro.

(...) Não há dúvida que cada país atrasado encontra alguns dos traços do seu futuro na história dos países adiantados; mas nunca se trata de uma repetição geral do desenvolvimento dos acontecimentos. Muito pelo contrário, quanto mais mundial fosse o carácter revestido pela economia capitalista, tanto mais especial seria o carácter adquirido pela evolução dos países atrasados, onde os elementos retardatários se combinavam com os mais modernos elementos do capitalismo. No seu prefácio à Guerra Camponesa, Engels escrevia: "Numa certa etapa - que não surge necessariamente ao mesmo tempo em toda a parte ou num grau idêntico de desenvolvimento a burguesia começa a notar que o seu parceiro, o proletariado, a ultrapassa". A evolução histórica forçou a burguesia russa a chegar a esta conclusão mais cedo e mais completamente do que qualquer outra. Já nas vésperas de 1905 Lenine tinha expresso o carácter especial da Revolução russa na fórmula da ditadura democrática do proletariado e do campesinato. Tal como se viu pelo curso ulterior dos acontecimentos, esta fórmula, só por si, apenas podia ter importância como etapa a caminho da ditadura socialista do proletariado, apoiando-se no campesinato. De forma inteiramente revolucionária, profundamente dinâmica, a questão era posta por Lenine em radical oposição ao esquema menchevista, segundo o qual a Rússia só poderia aspirar a repetir a história dos povos adiantados, com a burguesia no poder e a socialdemocracia na oposição. Certos círculos do nosso Partido, porém, davam ênfase, na fórmula de Lenine, não à palavra "ditadura", mas à palavra "democrática", que opunham à palavra "socialista". O mesmo era dizer que na Rússia, país atrasado, só a Revolução democrática era concebível e que, desta feita, só poderíamos enveredar pela estrada do socialismo atrás da Inglaterra, da França e da Alemanha. Mas este ponto de vista resvala inevitavelmente no menchevismo, o que ficou nitidamente demonstrado em 1917, quando se puseram as tarefas da Revolução, não como questões de prognóstico, mas sim como questões de ação.

Nas condições da Revolução, querer realizar por completo a democracia contra o socialismo (considerado prematuro), seria resvalar, politicamente, da posição proletária para a posição pequeno-burguesa, passar para a ala esquerda da Revolução nacional.

Considerada à parte, a Revolução de Fevereiro era uma revolução burguesa. Mas como revolução burguesa, era demasiadamente tardia, não encerrando em si nenhum elemento de estabilidade. Dilacerada por contradições que imediatamente se manifestaram pela dualidade de poder,

deveria transformar-se em introdução direta à Revolução proletária - o que veio a acontecer - ou então, sob um regime de oligarquia burguesa, lançar a Rússia num estado semicolonial. Por conseguinte, o período consecutivo à Revolução de Fevereiro poderia ser considerado quer como um período de consolidação, de desenvolvimento ou de conclusão da Revolução democrática, quer como um período de preparação da Revolução proletária. O primeiro ponto de vista não só foi adotado pelos mencheviques e os s.r., como por um certo número de dirigentes bolcheviques. Todavia, estes distinguiam-se dos mencheviques e dos s.r. pelo esforço com que pretendiam levar o mais possível para a esquerda a Revolução democrática. Mas no fundo o seu método era o mesmo: consistia em exercer pressão sobre a burguesia dirigente, embora não saindo do quadro do regime democrático burguês. Se esta política tivesse triunfado, a Revolução ter-se-ia desenvolvido fora do nosso Partido, não se tratando, no fim de contas, de uma insurreição das massas operárias e camponesas dirigida pelo Partido, mas sim de Jornadas de Julho numa vasta escala, quer dizer, de uma catástrofe.

É evidente que a consequência direta desta catástrofe teria sido a destruição do Partido. Por aqui se vê toda a profundidade das divergências que então existiam. A influência dos mencheviques e dos s.r. durante o primeiro período da Revolução nas massas pequeno-burguesas, sobretudo camponesas, da população russa revela a falta de maturidade da revolução.

Nas condições especiais criadas pela guerra, foi precisamente esta falta de maturidade que deu aos revolucionários pequeno-burgueses, defensores dos direitos históricos da burguesia no poder, a possibilidade de dirigir o povo, pelo menos aparentemente. O que não significa que a Revolução russa tivesse necessariamente de trilhar a via que na realidade veio a tomar de Fevereiro a Outubro de 1917. Tal via não resultava só das relações de classe, mas também das condições temporárias que a guerra criou. Graças à guerra, o campesinato viu-se organizado e armado, sob forma de um exército de milhões de homens. Antes que o proletariado tivesse tempo de se organizar sob a sua bandeira, para arrastar atrás de si as massas rurais, os revolucionários pequeno-burgueses tinham encontrado um apoio natural no exército camponês revoltado contra a guerra. Com todo o peso deste numeroso exército, do qual tudo dependia diretamente, exerceram pressão sobre o proletariado, chegando a arrastá-lo atrás de si, nos primeiros tempos. A marcha da Revolução poderia ter sido diferente nas mesmas bases de classe, como demonstram, acima de tudo, os acontecimentos que precedem a guerra. Em Julho de 1914, greves revolucionárias que levaram mesmo a combates de rua, abalam Petrogrado. A direção deste movimento pertencia incontestavelmente à organização clandestina e à imprensa legal do nosso Partido. Na luta direta contra os liquidacionistas e os partidos pequeno-burgueses em geral, o bolchevismo consolidava a sua influência. O desenvolvimento do movimento significou, acima de tudo, o crescimento do Partido bolchevique: se tivessem sido instituídos, os Sovietes dos deputados operários de 1914 teriam sido provavelmente bolcheviques, desde o início. O toque de alvorada para a campanha foi dado sob a direção dos Sovietes urbanos, dirigidos também pelos bolcheviques. O que não quer necessariamente dizer que os s.r. tenham perdido logo toda e qualquer influência nas campanhas; de acordo com todas as previsões, a primeira etapa da Revolução proletária dever-se-ia transpor sob a bandeira dos narodniki. Mas estes ver-se-iam forçados a adiantar a sua ala esquerda para ficar em contacto com os Sovietes bolcheviques das cidades. Também neste caso, a saída direta da insurreição teria dependido, sobretudo, do estado de espírito e da conduta do exército ligado ao campesinato. É impossível e, aliás, inútil tentar agora adivinhar se o movimento de 1914-1915 teria conduzido à vitória, no caso de não ter rebentado a guerra. É muito provável, porém, que, se a Revolução vitoriosa se tivesse desenvolvido na via que os acontecimentos de Julho de 1914 inauguraram, o derrube do czarismo tivesse provocado a chegada ao poder dos Sovietes operários revolucionários que, por intermédio (nos primeiros tempos) dos narodniki de esquerda, arrastaria na sua órbita as massas camponesas.

A guerra interrompeu o movimento revolucionário, adiou-o, acelerando-o depois extremamente. Sob a forma de um exército de vários milhares de homens, a guerra criou para os partidos pequeno-burgueses não só uma base social, como, inesperadamente, uma excepcional base de organização: com efeito, é difícil transformar-se o campesinato, mesmo quando se revela revolucionário, em base de organização. Apoiando-se no exército, nessa organização já formada, os partidos pequeno-burgueses impunham-na ao proletariado, encerrando-o nas malhas do defensismo. Aí

está porque Lenine, logo de início, combateu impiedosamente a antiga palavra de ordem "ditadura democrática do proletariado e do campesinato", que significava, nas novas condições, a transformação do Partido bolchevique em esquerda do bloco defensista. A tarefa principal consistia, quanto a Lenine, em livrar a vanguarda proletária do pântano defensista. Só com esta condição o proletariado poderia tornar-se, na etapa seguinte, o centro de união das massas trabalhadoras rurais. Mas que atitude se impunha para com a Revolução democrática, ou melhor, para com a ditadura democrática do proletariado e do campesinato? Lenine ridiculariza acerbamente esses "velhos bolcheviques" que, "já por muitas vezes, na história do nosso Partido, desempenharam um triste papel, repetindo ininteligivelmente uma fórmula decorada, em vez de estudarem as particularidades da nova situação real". "É preciso orientarmo-nos - acrescenta -, não pelas velhas fórmulas teóricas, mas pela nova realidade. A antiga fórmula bolchevique de Kamenev: "A Revolução democrática burguesa não terminou", abarca esta realidade? Não, esta fórmula está velha. Já não tem valor nenhum. Morreu. Serão vãos os esforços para a ressuscitar".

É verdade que Lenine dizia às vezes que, na primeira época da Revolução de Fevereiro, os Sovietes dos deputados operários, soldados e camponeses representavam, até certo ponto, a ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato. Na medida em que estes Sovietes exerciam o poder, trata-se duma afirmação verdadeira. Mas, como Lenine explicou muitas vezes, os Sovietes do período de Fevereiro só exerciam um semipoder. Sustentavam o poder da burguesia, exercendo pressão sobre esta sob a forma de uma semioposição. Precisamente esta situação equivocada é que não lhes permitia sair do quadro da coligação democrática dos operários, camponeses e soldados. Na medida em que se apoiava, não em relações estatais formalizadas, mas na força armada e na conjuntura revolucionária, esta coligação tendia para a ditadura, embora estando ainda muito longe dela. No carácter democrático não-oficial desta coligação dos operários, camponeses e soldados no exercício de um semipoder, é que residia a instabilidade dos Sovietes conciliadores. O caminho para estes seria verem o seu papel reduzir-se até ao enfraquecimento completo, ou então conquistar verdadeiramente o poder. Mas, em vez de o conquistarem como coligação democrática dos operários e camponeses representados por diferentes partidos, podiam fazê-lo na qualidade de ditadura do proletariado dirigida por um partido único, arrastando atrás de si as massas rurais, a começar pelas camadas semiproletárias. Ou melhor, a coligação democrática operária e camponesa só podia ser considerada, antes da chegada ao poder, como uma forma preliminar, uma tendência e nunca como um facto. A marcha para o poder devia inevitavelmente fazer estourar o invólucro democrático, levar a maioria dos camponeses a sentir a necessidade de seguir os operários; permitir ao proletariado realizar a sua ditadura de classe, pondo, por isso mesmo, na ordem do dia, paralelamente à democratização radical das relações sociais, a interferência socialista do Estado operário nos direitos da propriedade capitalista. Nestas condições, continuar a defender a fórmula da "ditadura democrática", era na realidade renunciar ao poder, pondo a revolução num beco sem saída. A principal questão em litígio, à volta da qual giravam todas as outras, era a seguinte: deve-se lutar pelo poder? Deve-se ou não conquistar poder? Já isto, só por si, revela que estávamos em presença, não de episódicas divergências, mas de duas tendências de princípio. Uma era proletária, inserindo-se na via da Revolução mundial, a outra "democrática", isto é, pequeno-burguesa, implicando, em última análise, a subordinação da política proletária às necessidades da sociedade burguesa que se reformava. Durante 1917, em todas as questões, mesmo nas menos importantes, estas tendências entraram violentamente em choque. Numa época revolucionária, quer dizer, numa altura em que se põe em ação o capital acumulado pelo Partido, desacordos deste género tinham de aparecer inevitavelmente. Em maior ou menor medida, com as diferenças que a situação suscitava, estas duas tendências manifestar-se-ão ainda, por diversas vezes, em período revolucionário, em todos os países. Se se entende por "bolchevismo" uma educação, uma ténpera, uma organização da vanguarda proletária que a torna capaz de conquistar o poder pela força; e se se entende por "socialdemocracia" o reformismo e a oposição no quadro da sociedade burguesa, assim como a adaptação à legalidade, quer dizer, a educação das massas na ideia da inabilidade do Estado burguês; é claro que mesmo num Partido Comunista - que não sai armado à priori da forja da história - a luta entre as tendências socialdemocratas e o bolchevismo tem de se manifestar em período revolucionário da mais nítida e clara forma, quando a questão do poder se põe diretamente.

A tarefa da conquista do poder só se pôs ao Partido em 4 de Abril, quer dizer, depois da chegada de Lenine a Petrogrado. Mas, ainda mesmo a partir dessa altura, a linha do Partido não reveste um carácter continuo, indiscutível para todos. Apesar das decisões da conferência de Abril, uma resistência, ora surda, ora declarada, manifestase durante todo o período preparatório da revolução.

O estudo do desenvolvimento das divergências entre Fevereiro e a consolidação da revolução de Outubro, além do excepcional interesse teórico que apresenta, tem também uma incalculável importância prática. Em 1910, Lenine classificara os desacordos manifestados no II Congresso em 1903 como antecipação. Importa seguir estes desacordos a partir da origem, até mesmo desde o "economismo". Mas este estudo só tem sentido se for completo, abarcando igualmente o período em que as divergências foram submetidas à derradeira prova, quer dizer, a Outubro.

(...)

A Guerra à Guerra e o Defensismo.

O derrube do czarismo, em Fevereiro de 1917, representava evidentemente um gigantesco salto em frente. Mas, a revolução de Fevereiro, considerada à parte, significava somente que a Rússia se aproximava do tipo de república como a que existe por exemplo em França. É evidente que os partidos revolucionários pequeno burgueses, apesar de a não considerarem burguesa, nem por isso a encararam como etapa a caminho da revolução socialista; consideraram-na antes como legado democrático, como um valor, só por si, independente. Nisto se baseia a ideologia do defensismo revolucionário. Em vez da dominação de uma determinada classe, defenderam a revolução e a democracia. Contudo, nos primeiros tempos, a revolução de Fevereiro provocou também no nosso Partido um considerável deslocamento das perspectivas revolucionárias. Em Março o Pravda estava, no fundo, muito mais próxima da posição do defensismo revolucionário do que da posição de Lenine.

"Quando dois exércitos se defrontam - diz-se num artigo da redação - a mais estúpida das políticas seria propor a um deles que depusesse as armas e retirasse. Tal política não seria de paz, mas de escravatura; repugnaria, com indignação, a um povo livre. Não, o povo permanecerá firmemente no seu posto, respondendo a cada bala com outra bala, a cada projétil com outro projétil. Não devemos permitir desorganização alguma das forças da revolução". (Pravda, 15 de Março de 1917, Abaixo a diplomacia secreta). Trata-se aqui, como se vê, não de classes dominantes ou oprimidas, mas do povo livre; não são as classes que lutam pelo poder, mas sim o povo livre, ocupando "o seu posto". As ideias, assim como a sua formulação, são puramente defensistas. No mesmo artigo pode ler-se: "Não é nossa a palavra de ordem de desorganização do exército - o qual, se ainda não é revolucionário, está a ser revolucionado, - nem tão pouco a divisa vaga: Abaixo a guerra! A nossa palavra de ordem é: pressão sobre o Governo Provisório, forçando-o a fazer abertamente, diante da democracia mundial, uma tentativa para levar todos os países beligerantes a entabular imediatamente conversações acerca dos meios para pôr termo à guerra mundial. Daí até lá, cada qual deve permanecer no seu posto de combate". Este programa de pressão sobre o governo imperialista de modo a fazer a apregoada tentativa, era o de Kautsky e Ledebour na Alemanha, de Longuet em França, de Mac Donald em Inglaterra, nunca, porém o do bolchevismo. Neste artigo, além de se não contentar a aprovar o famoso manifesto do soviete de Petrogrado: Aos povos do mundo inteiro (manifesto impregnado de espírito de defensismo revolucionário), a redacção solidariza-se com as resoluções nitidamente defensistas adotadas em dois meetings em Petrogrado, numa das quais se declara: "Se as democracias alemã e austríaca não ouvirem a nossa voz (quer dizer, a voz do Governo Provisório e do soviete conciliador), defenderemos a nossa pátria até à última gota de sangue".

Este artigo não é uma exceção. Exprime exatamente a posição da Pravda até ao regresso de Lenine à Rússia. Assim, no artigo "Sobre a Guerra" (Pravda, 16 de Março de 1917), que contudo encerra algumas notas críticas sobre o manifesto aos povos, encontra-se a seguinte declaração: "O apelo de ontem através do qual o soviete dos deputados operários e soldados de Petrogrado convida os povos do mundo inteiro a forçar os seus governos a pôr termo a carnificina, só é de aclamar". Pôr termo à guerra, como? O artigo responde assim: "O processo consiste numa pressão sobre o Governo Provisório que o leve a declarar consentir a abertura imediata de negociações de paz."

Poder-se-ia fazer uma série de citações análogas, com carácter defensivo e conciliador mais ou menos disfarçado. Lenine, que por esta altura não conseguira ainda sair de Zurique, insurgia-se vigorosamente nas suas "Cartas de Longe" contra todo e qualquer vestígio de concessão ao defensismo ou ao conciliacionismo. "É absolutamente inadmissível - escrevia a 8 de Março - fingir desconhecer e dissimular do povo que este governo pretende a continuação da guerra imperialista, que é o agente do capital inglês e pretende a restauração da monarquia e a consolidação do domínio dos proprietários de terras e capitalistas." Mais tarde, a 12 de Março: "Pedir a este governo para concluir uma paz democrática é a mesma coisa que pregar a virtude a gerentes de casas de passe." Enquanto o Pravda exorta a que se exercesse pressão sobre o Governo Provisório, obrigando-o a intervir a favor da paz diante de "toda a democracia mundial", Lenine escreve: "Dirigir-se ao governo Gutchkov—Miliukov, propondo-lhe a conclusão, o mais depressa possível, de uma paz honrosa e democrática, é agir como um piedoso pároco de aldeia que propusesse aos proprietários de terras e mercadorias viver de acordo com a lei de Deus, amar o próximo e oferecer a face direita quando lhes batem na esquerda."

A 4 de Abril, no dia seguinte ao da sua chegada a Petrogrado, Lenine insurgiu-se resolutamente contra a posição do Pravda na questão da guerra e da paz: "É preciso não conceder nenhum apoio ao Governo Provisório - escrevia; é preciso explicar a falsidade de todas as suas promessas, particularmente no que diz respeito à renúncia a anexações. É necessário desmascarar este governo, em vez de lhe pedir (reivindicação que apenas serve para fazer nascer ilusões) que deixe de ser imperialista." Inútil será dizer que Lenine qualifica o apelo de 14 de Março dos conciliadores, tão favoravelmente acolhido pelo Pravda, de "fumarento" e "confuso". É de uma extraordinária hipocrisia convidar os outros povos a romper com os seus banqueiros e, ao mesmo tempo, criar com os seus próprios um governo de coligação. "Os homens do centro - diz Lenine no seu projeto de plataforma - juram por tudo quanto há de mais sagrado que são marxistas internacionalistas, que são pela paz e por qualquer espécie de pressões sobre o seu governo a fim de que este "manifeste a vontade de paz, do povo".

Mas - objecção provável, numa primeira abordagem - um partido revolucionário deve renunciar a exercer pressão sobre a burguesia e o seu governo? Evidentemente que não. A pressão sobre o governo burguês está na lógica das reformas. Um partido marxista não renuncia a reformas, só que estas se referem sempre a questões secundárias, nunca às essenciais. É impossível conquistar o poder por meio de reformas. Através de uma pressão não se pode forçar a burguesia a mudar de política numa questão de que depende a sua sorte. Precisamente por não ter dado lugar a uma pressão reformista, a guerra criara uma situação revolucionária. Das duas uma: ou se seguia a burguesia até ao fim, ou então levantavam-se as massas contra ela, arrancando-lhe o poder. No primeiro caso, poderiam obter-se da burguesia certas concessões em política interna, sob condição de sustentar, sem reservas, a política externa do imperialismo. Por isso é que o reformismo socialista se transformou abertamente em imperialismo socialista, desde o começo da guerra. Por isso é que os elementos verdadeiramente revolucionários se viram obrigados a proceder à criação de uma nova Internacional. O ponto de vista do Pravda não é proletário-revolucionário, mas democrático-defensista, embora equívoco no seu defensismo. Derrubámos o czarismo, dizia-se; cabe-nos agora exercer pressão suficiente sobre o poder democrático, que deve propor a paz aos povos. Se a democracia alemã não puder exercer pressão suficiente sobre o seu governo, defenderemos a nossa "pátria" até à última gota de sangue. Por não se impor como tarefa revolucionária prática a conquista do poder pelo proletariado, não se encarava a realização da paz como tarefa exclusiva da classe operária, tarefa a efetuar por cima da cabeça do Governo Provisório. As duas coisas, contudo, eram inseparáveis.

A Conferência de Abril

O discurso de Lenine na estação da Finlândia sobre o carácter socialista da Revolução russa foi como que uma bomba para muitos dirigentes do Partido. Logo no primeiro dia rebentou a polémica entre Lenine e os partidários da "conclusão da revolução democrática".

A demonstração armada de Abril, em que a palavra de ordem: "Abaixo o Governo Provisório" ecoou, deu ensejo a um grave conflito. Serviu de pretexto a certos representantes da direita para acusar

Lenine de blanquismo: o derrube do Governo Provisório sustentado pelo soviete na sua maioria, só poderia pretensamente ser obtido, escamoteando a vontade da maioria dos trabalhadores. Formalmente, podia parecer que a censura não deixava de ter sentido; na realidade, não havia nem sombra de blanquismo na polémica de Lenine em Abril. Na sua opinião, toda a questão consistia em saber em que medida é que os Sovietes continuavam a refletir o verdadeiro estado de espírito das massas e em determinar se o Partido não estava enganar-se, orientando-se por eles. A manifestação de Abril, "mais á esquerda" do que convinha, foi um reconhecimento destinado a verificar o estado de espírito das massas e as relações entre estas e a maioria do soviete. Demonstrou a necessidade de um longo trabalho de preparação. Em princípios de Maio, Lenine censurou severamente os marinheiros de Kronstadt que, no seu ardor, se adiantaram demasiadamente, declarando não reconhecer o Governo Provisório.

Os adversários da luta pelo poder abordaram a questão de forma completamente diferente. Kamenev, na Conferência de Abril do Partido, expunha as suas queixas: "No n.º 19 da Pravda houve camaradas (trata-se evidentemente de Lenine. L. T.) que propuseram uma resolução sobre o derrube do Governo Provisório, impressa antes da última crise, que, contudo, rejeitaram mais tarde como susceptível de introduzir a desorganização e de influência aventureira. Como se vê, os camaradas em questão aprenderam alguma coisa durante a crise. A resolução proposta (quer dizer, a resolução proposta por Lenine à Conferência. - L. T.) comete o mesmo erro." Esta maneira de encarar a questão é extremamente significativa. Uma vez efetuado o reconhecimento, Lenine retirou a palavra de ordem de derrube imediato do Governo Provisório; retirou-a, contudo, temporariamente, por algumas semanas ou meses, de acordo com a maior ou menor rapidez com que crescesse a indignação das massas com os conciliadores. A oposição, essa, considerava esta palavra de ordem como um erro. O recuo provisório de Lenine não comportava a mais pequena modificação na sua linha. Lenine não se baseava no facto de ainda não ter terminado a revolução democrática, mas tão somente em que a massa ainda não era capaz de derrubar o governo provisório, para o que devia prepará-la o mais depressa possível.

Toda a conferência de Abril do partido foi consagrada a esta questão essencial: lançamo-nos à conquista do poder para realizar a revolução socialista, ou ajudamos a concluir a revolução democrática? Infelizmente, o relatório desta conferência ainda não está impresso; contudo, talvez não haja nenhum outro congresso na história do nosso Partido com uma importância tão grande, tão direta, para a sorte da revolução.

Luta irreductível contra o defensismo e os defensistas; conquista da maioria nos Sovietes; derrube. por seu intermédio, do governo provisório; política revolucionária de paz; programa de revolução socialista no interior e de revolução internacional, no exterior. Tal é a plataforma de Lenine. Como se sabe, a oposição era pelo acabamento da revolução democrática através de uma pressão sobre o Governo Provisório, devendo permanecer os Sovietes como órgãos de "controle" do poder burguês. Daí uma atitude muito mais conciliadora para com o defensismo.

Um dos adversários de Lenine declarava na conferência de Abril: "Falamos dos sovietes operários e soldados como centros organizadores das nossas forças e do poder... Só pelo nome se mostra que são um bloco de forças pequeno-burguesas e proletárias. ao qual se impõe a necessidade de completar as tarefas democrático burguesas. Se a revolução democrática burguesa terminasse, este bloco deixaria de existir... e o proletariado prosseguiria a luta contra ele... Contudo, reconhecemos nestes sovietes os centros de organização das nossas forças... Logo, a revolução burguesa ainda não é assunto arrumado, não mostrou aquilo que vale e, é forçoso reconhecê-lo, se já tivesse terminado, o poder passaria para as mãos do proletariado." (Discurso de Kamenev).

A inconsistência deste raciocínio é evidente: com efeito, enquanto o poder não passar para outras mãos, nunca a revolução se dará por completamente terminada. O autor do precipitado discurso ignora o verdadeiro eixo da revolução, deduzindo as tarefas do partido, não do agrupamento real das forças de classe, mas de uma definição formal da revolução considerada como burguesa ou democrático-burguesa. Na sua opinião, enquanto não se tiver concluído a revolução burguesa, é necessário fazer bloco com a pequena burguesia e exercer um controle sobre o poder burguês. Aí está um esquema nitidamente menchevique. Limitando doutrinariamente as tarefas da revolução com o qualificativo correspondente (revolução "burguesa") devia-se fatalmente acabar na política de controle

do Governo Provisório, na reivindicação de um programa de paz sem anexações, etc... Por acabamento da revolução democrática subentendia-se a realização de uma série de reformas por intermédio da Constituinte, onde o partido bolchevique devia desempenhar o papel de ala esquerda. A palavra de ordem: "Todo o poder aos soviets" perdia assim todo e qualquer conteúdo real. Foi o que Noguine, mais lógico do que os seus camaradas de oposição, declarou à conferência de Abril: "No decorrer da evolução, desaparecem as atribuições mais importantes dos soviets, uma série das suas funções sendo transmitidas às municipalidades ,aos zemstvos, etc... Consideremos o desenvolvimento ulterior da organização estatal: que há de vir a ser formada uma Assembleia Constituinte e, depois dela, um Parlamento, não restam dúvidas. Daí resulta que os soviets ir-se-ão progressivamente desincumbindo das suas principais funções, o que não quer dizer que terminem vergonhosamente a sua existência. Nada mais farão do que transmitir as suas funções. Com soviets do tipo atual é que a república-comuna não se realizará entre nós."

Por fim, um terceiro oponente abordou a questão do ponto de vista da maturidade da Rússia para o socialismo: "Arvorando a palavra de ordem da revolução de massas? Não, porque a Rússia é o país mais pequeno-burguês da Europa. Se o partido adotar a plataforma da revolução socialista, transformar-se-á num círculo de propagandistas. Do Ocidente é que se deve desencadear a revolução... Onde é que brilhará o sol da revolução socialista? Dado o estado de coisas por cá reinante e o meio pequeno-burguês, creio que não nos cabe tomar a iniciativa da revolução socialista. Não dispomos de forças necessárias para o efeito; além disso, faltam as condições objetivas. No Ocidente a questão da revolução socialista põe-se aproximadamente da mesma forma que a do derrube do czarismo, entre nós."

Apesar de nem todos os adversários de Lenine chegarem às conclusões de Noguine na conferência de Abril, todos, pela lógica das coisas, foram forçados a aceitá-las alguns meses mais tarde, nas vésperas de Outubro: dirigir a revolução proletária ou limitar-se ao papel de oposição no Parlamento burguês, tal era a alternativa em que se via colocado o nosso partido. A segunda posição era menchevique ou, mais exatamente, a posição que estes se viram forçados a abandonar depois da revolução de Fevereiro. Com efeito, os chefes mencheviques afirmaram durante anos que a futura revolução seria burguesa, que o governo de tal revolução só podia realizar as tarefas da burguesia, que a socialdemocracia não podia assumir as tarefas da democracia burguesa, pelo que devia, "empurrando a burguesia para a esquerda", confinar-se ao papel de oposição. Sobretudo Martinov não se tinha cansado de desenvolver o tema. Muito em breve, a revolução de Fevereiro levou os mencheviques a participar no governo. Da sua posição de princípio só conservaram a tese de que o proletariado não devia conquistar o poder.

Desta feita, os bolcheviques que condenavam o ministerialismo menchevique, insurgindo-se contra a tomada do poder pelo proletariado, estavam a entrincheirar-se nas posições pré-revolucionárias dos mencheviques. A revolução provocou deslocamentos políticos nos dois sentidos: as direitas tornaram-se cadetes e os cadetes, republicanos (deslocamento para a esquerda); os s.r. e os mencheviques tornaram-se partidos burgueses dirigentes (deslocamento para a direita). É através de processos deste género que a sociedade burguesa tenta criar uma nova ossatura para o seu poder, estabilidade e ordem.

Mas enquanto os mencheviques abandonam o seu socialismo formal pela democracia vulgar, a direita dos bolcheviques passa ao socialismo formal, quer dizer, à posição ocupada ainda na véspera pelos mencheviques.

A questão da guerra manifestou o mesmo reagrupamento. À excepção de alguns doutrinários, a burguesia (que, aliás, quase que já não esperava a vitória militar) adoptou a fórmula: "Nem anexações, nem contribuição". Os mencheviques e os s.r. zimmerwaldianos, que tinham criticado os socialistas franceses por defenderem a sua pátria republicana burguesa, logo que se sentiram em república burguesa tornaram-se defensores: da posição internacionalista passiva passaram ao patriotismo ativo. Simultaneamente, a direita bolchevique resvalou no internacionalismo passivo de "pressão" sobre o Governo Provisório, na mira de uma paz democrática "sem anexações, nem contribuição". Deste modo, a fórmula da ditadura democrática do proletariado e do campesinato desmembra-se teórica e politicamente na conferência de Abril, dando origem a dois pontos de vista opostos: o ponto de vista

democrático, disfarçado com restrições socialistas formais, e o ponto de vista social-revolucionário ou ponto de vista verdadeiramente bolchevique.

As Jornadas de Julho, a Sublevação de Kornilov, a Conferência Democrática e o Pré-Parlamento

As decisões da conferência de Abril, embora tenham dado ao partido uma base justa, não liquidaram as divergências de cúpula na direção. Pelo contrário, essas divergências, no decurso dos acontecimentos, viriam a revestir formas ainda mais concretas, atingindo a sua maior acuidade no momento mais grave da revolução, as jornadas de julho.

A tentativa de organizar uma demonstração em 10 de Junho, sugerida por Lenine, foi condenada como uma aventura pelos bolcheviques que tinham reprovado o carácter da manifestação de Abril. Por ter sido proibida pelo Congresso dos soviets, não teve lugar a manifestação de 10 de Junho. Porém, a 18 de Junho, o Partido desforrou-se: a demonstração geral de Petrogrado organizada pela iniciativa, bastante prudente aliás, dos conciliadores, efetuou-se quase que inteiramente sob as palavras de ordem bolcheviques. O governo tentou, contudo, levar a melhor: empreendeu uma ofensiva estúpida na frente. O momento era decisivo. Lenine precaveu o Partido contra as imprudências, escrevendo, a 21 de Junho na Pravda: "Camaradas, na hora atual, não seria racional intervir. É preciso que transpúnhamos. agora, uma nova etapa na nossa revolução."

Com as jornadas de Julho, assinala-se um importante momento na via da revolução e do desenvolvimento das divergências no interior do Partido. Nestas jornadas a pressão espontânea das massas petersburguesas desempenhou um papel decisivo. Não há dúvida, porém, de que Lenine perguntava então. lá para consigo, se não seria já a altura, se o estado de espírito das massas não ultrapassara a superestrutura soviética e não nos arriscávamos, hipnotizados pela legalidade soviética, a ficar em atraso com relação às massas, destacando-nos delas. É muito provável que, durante as jornadas de Julho, certas operações puramente militares tivessem tido lugar por iniciativa de camaradas sinceramente persuadidos de que não estavam em desacordo com Lenine (...). Mais tarde, Lenine dizia: "Em Julho, fizemos asneiras que fartam." Na realidade, também dessa vez a questão se reduziu a um reconhecimento, porém de mais vasta envergadura e numa etapa mais avançada do movimento. Tivemos que bater em retirada. Preparando-se para a insurreição e para a tomada do poder, Lenine e o Partido não viram na intervenção de Julho mais do que um episódio em que pagamos a peso de ouro o reconhecimento profundo efetuado entre as forças inimigas, mas que não podia fazer desviar a linha geral da nossa ação. Pelo contrário, os camaradas hostis à política da tomada do poder viam no episódio de Julho uma aventura prejudicial. Os elementos da direita reforçaram a sua mobilização; a sua crítica tornou-se mais categórica, mudando, por conseguinte, o tom da resposta. Lenine escrevia: "Todas estas lamentações e reflexões tendentes a provar que não era necessário participar, provêm de renegados, se emanam dos bolcheviques. ou são manifestações de horror e confusão, habituais nos pequenos burgueses". A palavra renegado, proferida em tal momento, iluminava com uma trágica claridade as divergências no Partido. Viria a surgir cada vez mais frequentemente.

A atitude oportunista na questão do poder e da guerra, não-determinava evidentemente uma atitude análoga para com a Internacional. Os direitistas tentaram levar o Partido a participar na conferência dos social-patriotas de Estocolmo. A 16 de Agosto Lenine escrevia: "Os bolcheviques, fiéis ao seu Partido e aos seus princípios, não podem deixar de reprovam o discurso de Kamenev no Conselho Executivo Central, a 6 de Agosto, a respeito da conferência de Estocolmo". Mais adiante, a propósito duma frase na qual se dizia que a bandeira revolucionária começava a flutuar em Estocolmo. Lenine escrevia; "Trata-se de uma declaração oca, no espírito das de Tchernov e Tseretelli; é uma mentira revoltante. A bandeira que começa a flutuar em Estocolmo não é a bandeira revolucionária, mas sim a das transações, dos acordos, da anistia dos social-imperialistas e das negociações dos banqueiros para a partilha dos territórios anexados."

Em direção a Estocolmo chegava-se, na realidade, à II Internacional. De igual forma, com a participação no pré-Parlamento, acabava-se na república burguesa. Lenine pronunciou-se pelo boicote da conferência de Estocolmo, tal como defendeu, mais tarde, o do pré-Parlamento. Mesmo no auge da

luta, nunca se esqueceu, um instante que fosse, da tarefa de criação duma nova Internacional, duma Internacional Comunista.

Já em 10 de Abril Lenine intervém para pedir a modificação do nome do Partido. As objeções que lhe são feitas, aprecia-as assim: "Esses são os argumentos da rotina, do entorpecimento e da passividade". E insiste: "Já é tempo de despirmos a camisa suja e vestir roupa lavada." Contudo, a resistência nas esferas dirigentes foi tão forte que teve de se esperar um ano até que o Partido se decidisse a mudar de nome, voltando às tradições de Marx e Engels. Este episódio é característico do papel de Lenine durante todo o ano de 1917: na viragem mais brusca da história, não deixa de travar uma luta implacável contra o dia de ontem, pelo dia de amanhã. E a resistência de ontem, que se manifesta sob a bandeira da tradição, atinge por momentos uma extrema acuidade.

A sublevação de Kornilov, que provocou uma viragem sensível a nosso favor, atenuou temporariamente os desacordos, embora não os fizesse desaparecer. A certa altura, no terreno da defesa da revolução e, em parte, da pátria, manifestou-se entre a direita uma tendência para a aproximação do Partido e da maioria soviética. Lenine reagiu no começo de Setembro, na sua carta ao Comitê Central: "Estou profundamente convencido de que admitir o ponto de vista da defesa nacional ou (como certos bolcheviques) chegar a fazer bloco com os s. r., a ponto de sustentar o Governo Provisório, é o mais grosseiro dos erros, pelo qual se dá prova ao mesmo tempo de uma absoluta falta de princípios. Só nos tornaremos defensores depois da tomada do poder pelo proletariado. . ." E, mais adiante: "Mesmo agora, não devemos sustentar o governo de Kerensky. Seria faltar aos princípios. Mas então, dir-se-á, não tem de se combater Kornilov? Certamente que sim. Mas entre combater Kornilov e sustentar Kerensky há uma diferença, um limite, que certos bolcheviques transpõem, caindo no "conciliacionismo", deixando-se arrastar na torrente de acontecimentos".

A Conferência Democrática (14-22 de Setembro) e o pré-Parlamento a que deu origem, assinalaram uma nova etapa no desenvolvimento das divergências. Mencheviques e s.r. procuravam ligar-se aos bolcheviques através da legalidade parlamentar burguesa. A direita bolchevique simpatizava com esta tática. Já vimos como os direitistas concebiam o desenvolvimento da revolução: os soviets transferiam progressivamente as suas funções para as instituições qualificadas (municipalidades, zemstvos, sindicatos e, finalmente, Assembleia Constituinte), abandonando, por isso mesmo, a cena política. Pela via do pré-Parlamento, o pensamento político das massas deveria encaminhar-se para a Assembleia Constituinte, coroamento da revolução democrática. Ora, os bolcheviques já estavam em maioria nos soviets de Petrogrado e de Moscovo; a nossa influência no exército crescia de dia para dia. Já não se tratava de prognósticos, nem de perspectivas, mas da escolha da via pela qual seria necessário enveredar.

A conduta dos partidos conciliadores na Conferência Democrática foi de uma baixa lamentável. No entanto, a nossa proposta de abandono ostensivo da conferência, onde nos arriscávamos a ficar atolados, colidia com uma resistência categórica dos elementos de direita, dispondo ainda de uma grande influência na direção do nosso Partido. As colisões neste caso serviram de introdução à luta sobre a questão do boicote do pré-Parlamento. A 24 de Setembro, quer dizer, depois da Conferência Democrática, Lenine escrevia: "Os bolcheviques deviam retirar-se em sinal de protesto, a fim de não caírem na armadilha pela qual a Conferência procura desviar a atenção popular das questões sérias."

Apesar do seu campo restrito, os debates na fracção bolchevique à Conferência Democrática, respeitantes à questão do boicote do pré-Parlamento, tiveram uma importância excepcional. Representaram, realmente, a mais vasta tentativa dos direitistas no sentido de instigar o Partido a enveredar pelo "acabamento da revolução democrática". Provavelmente, não se fez o relatório estenográfico destes debates; em todo o caso, que eu saiba, não se encontrou até agora uma única nota do secretário. A redacção desta coletânea descobriu nos meus papéis alguns materiais extremamente restritos sobre o assunto. Kamenev desenvolveu a argumentação exposta mais tarde, com mais violência e nitidez, na carta de Kamenev e de Zinoviev às organizações do Partido (11 de Outubro). Nogueira foi quem mais logicamente pôs a questão. "O boicote do pré-Parlamento", dizia ele, "é, em resumo, um apelo à insurreição, quer dizer, à repetição das jornadas de Julho. Só porque se chama pré-Parlamento, ninguém ousaria boicotar tal instituição."

A concepção essencial dos direitistas era que a revolução conduzia inevitavelmente dos soviets ao parlamentarismo burguês, representando o pré-Parlamento uma etapa natural nesta via; e que a partir do momento em que nos dispúnhamos a ocupar os bancos da esquerda no parlamento, não havia motivo para nos recusarmos a participar. Era preciso, segundo se supunha, completar a revolução democrática e "preparar" a revolução socialista. Mas preparar, como? Através da escola do parlamentarismo burguês; com efeito, os países avançados são para os retardatários a imagem do seu desenvolvimento. A queda do czarismo concebia-se revolucionariamente, tal como se produzira na realidade; mas a conquista do poder pelo proletariado concebia-se parlamentarmente, na base da democracia acabada. Entre a revolução burguesa e a proletária deviam mediar longos anos de regime democrático. A luta pela participação no pré-Parlamento era uma luta pela "europeização" do movimento operário, pela sua canalização, o mais rapidamente possível, no seio da "luta" democrática "pelo poder", quer dizer, no seio da social democracia. A nossa fracção à Conferência Democrática contava com mais de cem membros, não se distinguindo em nada de um Congresso de Partido, sobretudo nesta época. Uma boa metade desta fracção pronunciou-se pela participação no pré-Parlamento. Por si só, este fato era já de natureza a suscitar sérias inquietações (...).

Na altura da Conferência Democrática, Lenine escrevia: "Comportar-nos para com a Conferência Democrática como para com o parlamento seria um erro enorme da nossa parte, uma manifestação de cretinismo parlamentar sem paralelo, pois, ainda que se proclamasse parlamento soberano da revolução, a Conferência nada decidiria: a decisão é exterior, pertence aos bairros operários de Petrogrado e Moscovo." Qual era a opinião de Lenine sobre a participação no pré-Parlamento é o que revelam as suas numerosas declarações e, em particular, a carta de 29 de Setembro ao Comité Central, onde fala de "erros revoltantes dos bolcheviques, tais como a vergonhosa decisão de participar no pré-Parlamento". Para ele tal decisão era uma manifestação de ilusões democráticas no decurso da luta e de erros pequeno-burgueses que nunca deixara de combater. Não é verdade que longos anos separem a revolução burguesa da proletária. Não é verdade que a única ou principal escola de preparação para a conquista do poder, seja a do parlamentarismo. Não é verdade que a via em direção ao poder passe necessariamente pela democracia burguesa. Isso são abstrações inconsistentes e esquemas doutrinários cujo resultado é tão-só acorrentar a vanguarda, fazendo dela, por intermédio do mecanismo estatal "democrático", a oposição, a sombra política da burguesia; são manifestações de socialdemocracia. É preciso dirigir a política do proletariado, não de acordo com esquemas escolares, mas pelo fluxo real da luta de classes. O que é preciso, não é entrar para o pré-Parlamento, mas sim organizar a insurreição, arrancando o poder ao adversário. O resto virá por acréscimo. Lenine chegava a propor a convocação de um Congresso do Partido extraordinário, cuja plataforma deveria ser o boicote do pré-Parlamento. A partir daí, todos os artigos e cartas desenvolvem, exclusivamente o pensamento seguinte: o que é preciso, não é passar pelo pré-Parlamento, mas descer à rua, a fim de travar a luta pelo poder.

Em Torno da Revolução de Outubro

Não houve necessidade de reunir um Congresso extraordinário. A pressão de Lenine garantiu o necessário deslocamento de forças para a esquerda no Comité Central, assim como na fracção do pré-Parlamento, abandonado a 10 de Outubro pelos bolcheviques. Em Petrogrado processa-se o conflito do sovieta com o governo, à volta da questão do envio para a frente das unidades da guarnição simpatizantes com o bolchevismo. A 16 de Outubro, é criado o Comité militar revolucionário, órgão sovieta legal da insurreição. A direita do Partido esforça-se por travar a marcha dos acontecimentos. Entra numa fase decisiva a luta das tendências, no interior do Partido, e a das classes, pelo país. Na carta "Sobre o momento presente", subscrita por Kamenev e Zinoviev, a posição da direita demarca-se o mais completamente possível, revelando as suas motivações. Escrita a 11 de Outubro (quer dizer, duas semanas antes do golpe de força) e enviada às principais organizações do Partido, esta carta insurge-se categoricamente contra a decisão do Comité Central a respeito da insurreição armada. Precavendo o Partido contra uma subestimação das forças do inimigo - na realidade, eles é que subestimavam monstruosamente as forças da revolução, chegando até a negar a existência de estado de

espírito combativo nas massas (isto duas semanas antes de 25 de Outubro!) - os seus autores declaram: "Estamos profundamente convencidos de que proclamar nesta altura a insurreição armada, é pôr em jogo, não só a sorte do nosso Partido, mas também a da revolução russa e internacional". Mas então, se a insurreição e a tomada de poder estão fora de propósito, o que é que se há de fazer? A carta responde com bastante clareza a esta questão. "Por intermédio do exército e dos operários, empunhamos um revólver assestado às fontes da burguesia", que, sob esta ameaça, não poderá impedir a convocação da Assembleia Constituinte. "Nas eleições para a Assembleia Constituinte o nosso Partido tem todas as oportunidades... A influência do bolchevismo aumenta... Com uma tática justa, podemos obter pelo menos um terço dos mandatos para a Assembleia Constituinte." Assim, de acordo com a carta, o Partido devia desempenhar o papel de oposição "influyente" na Assembleia Constituinte burguesa. De qualquer modo, esta concepção social-democrática disfarça-se com as seguintes considerações: "Os soviets, que se tornaram um elemento constitutivo da nossa vida, não poderão ser abolidos... No seu trabalho revolucionário a Assembleia Constituinte só se poderá apoiar nos soviets. Eis o tipo combinado de instituições estatais para que convergimos: a Assembleia Constituinte e os Soviets". Facto curioso, muito característico da linha geral dos direitistas: a teoria do poder estatal "combinado" que alia a Assembleia Constituinte aos soviets, foi retomada na Alemanha, um ano e meio ou dois anos mais tarde, por Rudolph Hilferding que, também ele, lutava contra a tomada do poder pelo proletariado. O oportunista austro-alemão estava longe de desconfiar, na altura, que cometia um plágio.

A carta "Sobre o momento presente" contesta que tenhamos já a nosso favor a maioria do povo da Rússia. Só tem em conta a maioria puramente parlamentar. "Na Rússia - declara-se nela - conquistamos a maioria dos operários e uma parte importante dos soldados. Mas o restante é duvidoso. Por exemplo: estamos convencidos de que se as eleições para a Assembleia Constituinte tiverem lugar, os camponeses votarão na sua maioria pelos s. r. Pode-se considerar o fenómeno fortuito?" Esta maneira de abordar a questão comporta um erro radical: não se compreende que, apesar de não ter uma posição política independente (tem de votar pela burguesia, dando os seus votos aos s. r., ou então ligar-se ativamente ao proletariado), o campesinato possa ter poderosos interesses revolucionários e um intenso desejo de os satisfazer. Ora, da nossa política dependia a realização de uma ou de outra dessas duas eventualidades. Se entrássemos para o pré-Parlamento, assumindo o papel de oposição na Assembleia Constituinte, púnhamos, por isso mesmo, quase que automaticamente, o campesinato numa situação em que devia procurar a satisfação dos seus interesses por meio da Assembleia Constituinte, logo, através da sua maioria e não da oposição. Muito pelo contrário, a tomada do poder pelo proletariado criava imediatamente um quadro revolucionário para a luta dos camponeses contra os grandes proprietários de terras e funcionários. Para empregar as nossas expressões correntes, diria que nesta carta há simultaneamente uma subestimação e uma sobrestimação do campesinato; uma subestimação das suas possibilidades revolucionárias (sob a direção do proletariado) e uma sobrestimação da sua importância política. Por sua vez, este duplo erro resulta duma subestimação da força do proletariado e do seu Partido, quer dizer, de uma concepção social democrática do proletariado. Não há nada de surpreendente nisso. Em última análise, todos os matizes do oportunismo radicam numa avaliação irracional das forças revolucionárias e das possibilidades do proletariado.

Ao combater a ideia da tomada do poder, os autores da carta procuram assustar com as perspectivas da guerra revolucionária. "A massa dos soldados apoia-nos, não na palavra de ordem da guerra, mas na da paz... Depois de termos, sozinhos, conquistado o poder e dada a situação mundial, se se vier a sentir a necessidade de travar uma guerra revolucionária, a massa dos soldados abandonar-nos-á. A elite dos jovens soldados permanecerá certamente ao nosso lado, mas a massa abandonar-nos-á." Esta argumentação é extremamente elucidativa. Nela se encontram as razões fundamentais que mais tarde justificaram a conclusão da paz de Brest-Litovsk, sem que por isso, no caso em questão, deixassem de ser carreadas contra a tomada do poder. Claro que a posição adoptada nesta carta facultava extraordinariamente aos seus autores e partidários a aceitação da paz de Brest. Resta-nos só repetir aqui o que já dissemos mais atrás: o que caracteriza o génio político de Lenine não é a capitulação de Brest considerada abstratamente, mas a aliança de Outubro com Brest. Isso sim, é que se não deve esquecer.

A classe operária luta e cresce na consciência de que o seu adversário é mais forte. Observa-se constantemente isto na vida corrente. O adversário épico, poderoso, dispondo de todos os meios de pressão ideológica e de todos os instrumentos de repressão. Habituar-se a pensar que o inimigo é superior em força, é parte integrante da vida e do trabalho dum partido revolucionário, no período da preparação. Aliás, as consequências de actos imprudentes ou prematuros em que venha a incorrer o Partido, advertem-no brutalmente, de cada vez, da força do inimigo. Mas este hábito de considerar o adversário mais poderoso, torna-se, a certa altura, o principal obstáculo para a vitória. A fraqueza atual da burguesia dissimula-se, de qualquer forma, à sombra da sua força passada. "Vocês subestimam a força do inimigo!" Este é o ponto de união de todos os elementos hostis à insurreição armada. "Aqueles que não quiserem dissertar, pura e simplesmente, sobre a insurreição - escreviam os direitistas duas semanas antes da vitória - devem ponderar friamente todas as hipóteses. Consideramos como um dever, declarar que seria extremamente prejudicial, sobretudo no presente momento, subestimar as forças do adversário, sobrestimando as nossas. Petrogrado será decisivo para o desfecho da luta; ora, os inimigos do partido proletário acumularam forças consideráveis em Petrogrado: cinco mil junkers muito bem armados, perfeitamente organizados e com ardentes desejos (e sabendo) de se baterem; o estado-maior, os destacamentos de choque, os cossacos, uma fracção considerável da guarnição e uma parte enorme da artilharia, disposta em leque à volta da cidade. Além disso, com a ajuda do Comité Executivo Central, os nossos adversários tentarão quase de certeza trazer tropas da frente." (No momento presente).

É evidente que na guerra civil já que não se trata simplesmente de contar os batalhões mas de avaliar o seu grau de consciência, nunca é possível alcançar uma exatidão perfeita. Até mesmo Lenine julgava que o inimigo dispunha de importantes forças em Petrogrado, pelo que propunha lançar-se a insurreição a partir de Moscovo, onde, no seu parecer, se realizaria sem efusão de sangue. No domínio da previsão, erros parciais deste gênero são inevitáveis, até nas condições mais favoráveis, sendo sempre mais racional encarar a hipótese menos propícia. Contudo, o que nos interessa no caso em questão? É a formidável sobrestimação das forças do inimigo e a completa deformação de todas as proporções, quando, na realidade, o inimigo não dispunha de força armada nenhuma. (...)

Entre nós, pelo menos na primeira fase, a questão decidia-se em Petrogrado e Moscovo. (...) No caso em questão o nosso exemplo russo tem uma importância excepcional: duas semanas antes da nossa vitória sem efusão de sangue em Petrogrado - vitória que já podíamos ter alcançado há duas semanas - políticos experientes do Partido viam uma multidão de inimigos erguer-se contra nós: os junkers, desejosos de se bater e sabendo fazê-lo, as tropas de choque, os cossacos, uma parte considerável da guarnição, a artilharia disposta em leque à volta de Petrogrado e as tropas vindas da frente. Ora, na realidade, não se passava absolutamente nada disso. Admitamos agora, por momentos, que os adversários da insurreição tivessem levado a melhor no Partido e no Comitê Central. Nesse caso, não fosse o apelo contra o Comitê Central, que Lenine se dispunha a lançar ao Partido e que seria certamente eficaz, a revolução ficaria destinada à ruína. Mas nem todos os partidos poderão dispor de um Lenine, quando defrontarem situação idêntica. Não é difícil de imaginar como a história seria escrita se tivesse triunfado no Comitê Central a tendência para evitar a batalha. Os historiadores oficiais exporiam a situação, sem dúvida alguma, de modo a mostrar que a insurreição, em Outubro de 1917, teria sido uma verdadeira loucura; muniriam o leitor com estatísticas fantásticas acerca do número de junkers, cossacos, destacamentos de choque, artilharia "disposta em leque" e corpos do exército vindos da frente. Na ausência de uma insurreição que as pusesse à prova, semelhantes forças podiam parecer muito mais ameaçadoras do que na realidade eram. Esta é a lição que se deve incrustar profundamente na consciência de cada revolucionário.

A pressão instante, contínua, incansável, exercida por Lenine no Comitê Central durante os meses de Setembro e Outubro, justificava-se pelo receio de que deixássemos escapar o momento. Que bagatela! respondiam os direitistas, a nossa influência nada mais fará do que aumentar. Quem tinha razão? E que significava deixar escapar o momento? Com isto abordamos a questão na qual a apreciação bolchevique ativa, a avaliação estratégica das vias e métodos da revolução, mais nitidamente contrasta com a social-democrática, menchevique, impregnada de fatalismo. O que significava deixar escapar o momento? Evidentemente que a situação mais favorável para a insurreição

é aquela em que a correlação das forças pende mais para o nosso lado. Escusado será dizer que se trata neste caso da correlação das forças no domínio da consciência, quer dizer, da superestrutura política e não da base, que se pode considerar mais ou menos constante durante toda a época revolucionária. Na mesma base econômica e com idêntica diferenciação de classe da sociedade, a correlação das forças varia em função do estado de espírito das massas proletárias, do naufrágio das suas ilusões, da acumulação da sua experiência política, do abalo de confiança no poder estatal das classes e grupos intermediários e, finalmente, do enfraquecimento da confiança deste em si próprio. Em épocas revolucionárias estes processos decorrem rapidamente. Toda a arte táctica consiste em saber aproveitar o momento em que combinação das condições é mais favorável. A sublevação de Kornilov preparara definitivamente estas condições. As massas, que tinham perdido a confiança nos partidos da maioria soviética, viram o perigo de contrarrevolução com os próprios olhos. Consideraram que cabia agora aos bolcheviques encontrar uma saída para a situação. Nem a desagregação do poder estatal, nem tão pouco o afluxo espontâneo da confiança impaciente e exigente das massas nos bolcheviques, podiam ser de longa duração; de uma maneira ou de outra, a crise tinha que desembocar numa solução. Agora ou nunca! repetia Lenine.

Ao que os direitistas replicavam: "É um profundo erro histórico abordar desta forma (ou agora ou nunca) a questão da passagem do poder para as mãos do partido proletário. Não, o partido do proletariado crescerá e o seu programa tornar-se-á cada vez mais claro para massas cada vez mais numerosas... Nas atuais circunstâncias, tomar a iniciativa da insurreição só serviria para interromper a marcha das suas vitórias... Saibamos prevenir-nos contra esta política funesta." (No momento presente).

Este otimismo fatalista exige um estudo atento. Não tem nada de nacional nem, com mais forte razão, de individual. A mesma tendência, observamo-las o ano passado na Alemanha, para não irmos mais longe. No fundo, sob este fatalismo expectante oculta-se a irresolução e até a incapacidade de ação, disfarçadas porém com um prognóstico consolador: pretende-se que nos tornaremos cada vez mais influentes, a nossa força nada mais fazendo do que aumentar com o decorrer do tempo. Que erro grosseiro! A força dum partido proletário só aumenta até determinado momento, a partir do qual pode declinar: face à passividade do partido, as esperanças das massas dão lugar à desilusão, enquanto o inimigo se refaz do pânico, tirando partido dela. Assistimos a uma viragem deste género na Alemanha em Outubro de 1923. Também não estivemos muito longe disso no Outono de 1917, na Rússia. Para que se consumasse, bastaria talvez deixar passar mais algumas semanas. Lenine tinha razão: Agora ou nunca!

"Mas a questão decisiva - dizem os adversários da insurreição, esgrimindo assim o seu último e mais forte argumento - é a seguinte: será o estado de espírito dos operários e soldados da capital verdadeiramente de molde a já não verem salvação, a não ser na batalha de rua, ansiada custe o que custar? Não. Tal estado de espírito não existe... A existência dum estado de espírito combativo nas massas da população pobre da capital, incitando-as a descer à rua, seria uma garantia de que, se tomassem a iniciativa da intervenção, arrastariam na sua esteira as mais consideráveis e importantes organizações (sindicato dos empregados dos caminhos de ferro, dos correios e telégrafos, etc.), entre as quais a influência do nosso Partido é fraca. Mas como tal estado de espírito nem sequer existe nas usinas e casernas, arquitetar planos nessa base seria uma ilusão." (No momento presente).

Estas linhas, escritas a 11 de Outubro, adquiriram importância pela sua atualidade excepcional, se nos lembrarmos de que também os camaradas alemães, dirigentes do Partido, para explicarem a retirada sem luta do ano passado, alegaram que as massas não se queriam bater. Todavia, é preciso compreender que, regra geral, é quando as massas - já na posse de uma experiência suficiente para se não lançarem à batalha despropositadamente - esperam e exigem uma direção combativa, resoluta e inteligente, que melhor se garante a vitória insurrecional. Em Outubro de 1917, as massas operárias (pelo menos a sua elite), educadas pela intervenção de Abril, pelas jornadas de Julho e pela sublevação de Kornilov, compreendiam perfeitamente que já não se tratava de protestos expor números parciais, nem de reconhecimentos, mas da insurreição decisiva para a tomada do poder. Por conseguinte, o seu estado de espírito tornara-se mais concentrado, mais crítico e racional. A passagem da espontaneidade confiante, cheia de ilusões, a uma consciência mais crítica, provoca inevitavelmente uma crise

revolucionária. Esta crise progressiva no estado de espírito das massas só pode ser superada através de uma política de Partido adequada, quer dizer, acima de tudo através do desejo e verdadeira capacidade para dirigir a insurreição do proletariado. Pelo contrário, um partido que por muito tempo se consagrou a uma agitação revolucionária, arrancando pouco a pouco o proletariado à influência dos conciliadores, mas que, uma vez guindado à direção dos acontecimentos pela confiança das massas, começa a hesitar, á procura de complicações onde não as há, tergiversando e cambaleando, tal partido, dizíamos, apesar de paralisar a atividade das massas e provocar nelas a decepção e a desorganização, condenando à morte a revolução, garante, em contrapartida, a possibilidade de alegar, depois da derrota, a falta de atividade das massas. A carta "Sobre o momento presente" concitava a organização nesse sentido. Felizmente, sob a direção de Lenine, o Partido eliminou resolutamente esse estado de espírito nas esferas dirigentes e, só graças a isso, realizou vitoriosamente o golpe de Estado.

Agora que caracterizamos a essência das questões políticas referentes à preparação da revolução de Outubro, na tentativa de esclarecer o sentido profundo das divergências no nosso Partido, resta-nos examinar brevemente os momentos mais importantes da luta desencadeada no seu interior, no decurso das últimas semanas, as decisivas.

Em 10 de Outubro o C. C. adoptou a decisão de empreender a insurreição armada. Em 11, a carta "Sobre o momento presente" foi enviada às principais organizações do Partido. Em 18, quer dizer, uma semana antes da revolução, Kamenev publicou uma carta no *Novaia Jizn*. "Não só Zinoviev e eu" - declara -, "mas também uma série de camaradas, reputamos de inadmissível; de ato funesto para o proletariado e a revolução, tomar a iniciativa da insurreição armada nesta altura, com a atual correlação de forças, independentemente do Congresso dos soviets e a alguns dias da sua convocação." (*Novaia Jizn*, 18 de Outubro de 1917). Tomado o poder em 25 de Outubro, constituía-se o governo sovieta em São Petersburgo. Em 4 de Novembro, vários militantes eminentes apresentaram a sua demissão do C. C. e do Conselho dos Comissários do povo, exigindo a criação dum governo de coligação recrutado entre os partidos dos soviets. "Caso contrário" - escreviam - "ficamos sujeitos a ter que nos resignar com um governo puramente bolchevique, mantendo-se através do exercício do terror político." Pela mesma altura, noutro documento: "Não nos podemos responsabilizar pela funesta política praticada pelo C. C., contrária à vontade de uma grande parte do proletariado e dos soldados, que deseja o fim da efusão de sangue entre as diferentes partes da democracia, o mais rapidamente possível. Por isso nos demitimos de membros do C. C., pelo que passamos a gozar do direito de dar a nossa opinião sincera à massa dos operários e soldados, exortando-a a apoiar a divisa: "Viva um governo dos partidos sovietaistas! Imediato acordo nesta base!" (O Golpe de força de Outubro, Arquivos da Revolução de 1917).

Desta feita, aqueles que se opuseram á insurreição armada e à tomada do poder, considerando-as como uma aventura, intervieram, depois da vitória insurrecional, para que se restituísse o poder aos partidos a quem o proletariado o arrancara. Por que razão devia o partido bolchevique vitorioso restituir o poder - tratava-se evidentemente duma restituição - aos mencheviques e s.r.? Os membros da oposição respondiam:

"Consideramos necessária a criação de um tal governo, de modo a precaver qualquer derramamento de sangue, ameaça de fome, esmagamento da revolução pelos partidários de Kaledine e como garantia de convocação da Assembleia Constituinte na data fixada e realização efetiva do programa de paz adoptado pelo Congresso pan russo dos soviets dos deputados operários e soldados." Ou melhor, tratava-se de abrir caminho em direção ao parlamentarismo burguês através da porta soviética. Se a revolução se recusasse a passar pelo pré-Parlamento, escavando no terreno de Outubro o seu leito, a tarefa que se impunha no parecer da oposição consistia em salvar a revolução da ditadura, canalizando-a para o regime burguês com a ajuda dos mencheviques e s. - r. Tratava-se, nem mais nem menos, que da liquidação de Outubro. Evidentemente que em tais condições não se podia admitir nenhum acordo. No dia seguinte, 5 de Novembro, apareceu mais uma carta refletindo a mesma tendência:

"Quando há marxistas que, contrariamente ao bom senso e a despeito da situação, se recusam a considerar as condições efetivas que nos ditam imperiosamente o acordo com todos os partidos socialistas, não posso ficar calado, mesmo em nome da disciplina do Partido... Não posso, em nome

dessa disciplina, entregar-me ao culto da personalidade e fazer depender um acordo político com todos os partidos socialistas (que consolida as nossas reivindicações fundamentais) da participação anterior de determinada pessoa no ministério, prolongando assim, por instantes que seja, a efusão de sangue." (Gazeta Operária, 5 de Novembro de 1917).

Lozovsky, o autor desta carta, proclama, em conclusão, a necessidade de lutar pelo Congresso do Partido, a fim de se decidir "se o P. S. D. O. R. dos bolcheviques continuará a ser o partido marxista da classe operária ou se deverá definitivamente adoptar uma orientação que nada tem a ver com o marxismo revolucionário".

Com efeito, a situação parecia desesperada. Não só a burguesia e os proprietários de terras, nem tão pouco a "democracia revolucionária" - na posse da qual se encontravam ainda numerosas organizações (Comité pan-russo dos empregados dos caminhos de ferro, funcionários, etc.) - condenavam publicamente o Partido pela tentativa de permanecer no poder a fim de realizar o seu programa. Também os militantes mais influentes do nosso Partido, os membros do C. C. e do Conselho dos Comissários do Povo, o condenavam. Examinada superficialmente, a situação podia parecer desesperante. Aceitar as reivindicações da oposição era o mesmo que liquidar Outubro. Nesse caso não valia a pena ter feito a revolução. Só havia uma coisa a fazer: avançar, confiando na vontade revolucionária das massas. Em 7 de Outubro, o Pravda publicou uma declaração categórica do C. C., escrita por Lenine, irradiando entusiasmo revolucionário e com fórmulas claras, simples e indiscutíveis, destinadas à massa do Partido. Este apelo dissipou definitivamente todas as dúvidas sobre a política ulterior do Partido e do seu Comité Central.

"Que vergonha para todos esses homens de pouca fé, para todos os que hesitam, que duvidam, que se deixaram assustar pela burguesia ou pelos clamores dos seus auxiliares directos ou indirectos! Nas massas dos operários e soldados petersburgueses, moscovitas e outros, não há sombra de hesitação. Como um só homem, o nosso Partido monta guarda à volta do poder soviético, velando pelos interesses de todos os trabalhadores e, prioritariamente, pelos dos operários e camponeses pobres." (Pravda, 20 de Novembro de 1917).

Superara-se a crise mais aguda no Partido. No entanto, a luta interior, que prosseguia na mesma linha, não se dava ainda por terminada. Mas cada vez mais diminuía a sua importância política. Num relatório apresentado por Uritsky à sessão do Comité de Petrogrado do nosso Partido, a 12 de Novembro, respeitante à convocação da Assembleia Constituinte, encontra-se um testemunho extremamente interessante:

"As divergências no nosso Partido não são de agora. Anteriormente, aquando da questão da insurreição, já o processo era o mesmo. Hoje em dia, certos camaradas consideram a Assembleia Constituinte como o coroamento da revolução. Raciocinam como pequenos burgueses, pedem que não tenhamos falta de tato, etc., não querem que os bolcheviques, como membros da Assembleia Constituinte, controlem a sua convocação, a relação de forças, etc. Encaram as coisas dum ponto de vista formal, não compreendendo que os dados desse controle nos permitem ver o que se passa em redor da Assembleia Constituinte e, por conseguinte, determinar a nossa atitude para com ela... Estamos a lutar pelos interesses do proletariado e dos camponeses pobres; ora, alguns camaradas consideram que a revolução é burguesa, devendo terminar pela Assembleia Constituinte".

A dissolução da Assembleia Constituinte assinalou o fim de uma importante etapa na história da Rússia e do nosso Partido. Depois de superadas as resistências internas, o Partido do proletariado não só conquistara o poder, como também o conservara.

A Insurreição de Outubro e a "Legalidade" Soviética

Em Setembro, durante a Conferência Democrática, Lenine exigia a insurreição, imediatamente: "Se queremos tratar a insurreição como marxistas" - escrevia ele - "quer dizer, como uma arte, devemos, simultaneamente e sem perda de tempo, organizar um estado-maior dos destacamentos insurreccionais, repartir as nossas forças, lançar nos pontos mais importantes os regimentos fiéis, cercar o teatro Alexandra, ocupar a fortaleza Pedro-e-Paulo, deter o grande estado-maior e o governo, enviar destacamentos prontos a sacrificarem-se até ao último homem (antes disso do que permitir a

penetração do inimigo nas partes centrais da cidade) contra os alunos oficiais e a "divisão selvagem"; mobilizar os operários armados, convocá-los para a suprema batalha, ocupar o telégrafo e o telefone simultaneamente, instalar na central telefônica central o nosso estado-maior insurreccional, pô-lo em ligação telefônica com todas as fábricas e regimentos, com todos os pontos em que a luta armada prossiga, etc. É evidente que tudo isto só é aproximativo. Contudo, vejo-me na obrigação de ter de provar que, atualmente, é impossível mantermo-nos fiéis ao marxismo e à revolução sem se tratar a insurreição como uma arte".

Esta maneira de encarar as coisas pressupunha a preparação e realização da insurreição por intermédio e sob a direção do Partido, devendo a vitória ser sancionada em seguida pelo Congresso dos soviets. O Comité Central não aceitou esta proposta. A insurreição foi canalizada na via soviética e subordinada ao 2º Congresso dos soviets. Esta divergência exige uma explicação especial; inserir-se-á depois, naturalmente, não no quadro duma questão de princípios, mas duma questão puramente técnica, embora de grande importância prática.

Já referimos como Lenine temia deixar escapar o momento da insurreição. Face às hesitações manifestadas pelas sumidades do Partido, a agitação que subordinava formalmente a insurreição à convocação do 2º Congresso parecia-lhe um inadmissível atraso, uma concessão à irresolução e aos irresolutos, uma perda de tempo, um verdadeiro crime. A partir de fins de Setembro, Lenine insiste várias vezes neste pensamento.

"Existe uma tendência, uma corrente no C. C. e entre os dirigentes do Partido." - escrevia a 29 de Setembro - "a favor da espera pelo Congresso dos Sovietes e contra a imediata tomada do poder, contra a insurreição, imediatamente. Essa tendência, essa corrente, tem que ser combatida". Nos começos de Outubro, Lenine declara: "É um crime temporizar; esperar pelo Congresso dos soviets é um formalismo infantil e absurdo, é uma traição à revolução". Nas suas teses à conferência de Petrogrado, em 8 de Outubro, diz: "É preciso lutar contra as ilusões constitucionais e as esperanças no Congresso dos Sovietes, pondo de parte o propósito de esperar, a todo o custo, por ele". Finalmente, em 24 de Outubro, escreve: "É claro que qualquer atraso agora na insurreição, equivale à morte", e mais adiante: "A História não perdoará um atraso a revolucionários que, podendo vencer hoje (e vencerão certamente), se arriscam a deitar tudo a perder se esperam pelo dia de amanhã".

Todas estas cartas, em que cada frase é forjada na bigorna da revolução, revestem um interesse excepcional para a caracterização da Lenine e a avaliação do momento. O sentimento que as inspira é a indignação face à atitude fatalista, expectante, social-democrática, menchevique, para com a revolução, considerada como uma espécie de filme sem fim. Se, regra geral, o tempo é um importante factor da política, em períodos de guerra e revolução a sua importância multiplica-se. Nada nos garante que se possa deixar para amanhã o que se pode fazer hoje. Se é possível hoje lançar a revolta, abater o inimigo e tomar o poder, amanhã talvez já não. Porém, tomar o poder é modificar o curso da história; semelhante acontecimento pode depender de um intervalo, de 24 horas? Certamente que sim. Quando se trata da insurreição armada, os acontecimentos medem-se, não ao quilometro de política mas ao metro de guerra. Em certas condições, deixar passar algumas semanas, alguns dias, às vezes um único dia, equivale a render a revolução, a capitular. Não fosse a pressão, a crítica e a desconfiança revolucionária de Lenine, o partido não chegaria provavelmente a corrigir no momento decisivo a sua linha, até porque a resistência nas altas esferas era muito forte e o estado-maior, na guerra civil como na guerra em geral, desempenha sempre um importante papel.

Mas, ao mesmo tempo, a preparação da insurreição a coberto da preparação do 2.º Congresso dos Sovietes e a palavra de ordem da defesa deste congresso, conferiam-nos evidentemente inestimáveis vantagens. Depois de termos anulado, na qualidade de Soviete de Petrogrado, a ordem de Kerensky a respeito do envio para a frente de dois terços da guarnição, instaurava-se efetivamente o estado de insurreição armada. Lenine, que na altura se encontrava ausente de Petrogrado, não avaliou o fato em toda a sua importância. Se bem me lembro, não se referiu a ele nas suas cartas da altura. Todavia, o desenlace da insurreição de 25 de Outubro pré determinara-se já, pelo menos em três quartas partes, no momento em que, opondo-nos ao afastamento da guarnição de Petrogrado, criamos o Comité Militar Revolucionário (7 de Outubro), nomeamos os nossos comissários para todas as unidades e instituições militares e, por isso mesmo isolamos completamente, não só o estado-maior da

circunscrição militar de Petrogrado, mas também o governo. Tratava-se, em suma, de uma insurreição armada (embora sem derramamento de sangue) dos regimentos de Petrogrado_ contra o Governo Provisório, dirigida pelo Comité Militar Revolucionário e sob a palavra de ordem da preparação para a defesa do 2.º Congresso dos Sovietes, que devia resolver a questão do poder. Por não lhe ser possível, do seu refúgio, conhecer a viragem radical que se produzira, não só no estado de espírito, mas também nas ligações orgânicas de toda a hierarquia militar, após o levantamento "pacífico" da guarnição da capital em meados de Outubro, Lenine aconselhou a lançar a insurreição a partir de Moscou, onde, na sua opinião, se podia garantir a vitória sem derramamento de sangue. A partir do momento em que, por ordem do Comité Militar Revolucionário, os batalhões se recusaram a abandonar a cidade, estava-se perante uma insurreição vitoriosa na capital, que os derradeiros farrapos do Estado democrático burguês mal disfarçavam. A insurreição de 25 de Outubro teve só um carácter complementar. Por isso foi tão indolor. Em Moscou, pelo contrário, embora já se tivesse instaurado o poder do Conselho dos Comissários do Povo, a luta foi muito mais longa e sangrenta. Se tivesse começado em Moscou, antes do golpe de força de Petrogrado, a insurreição ainda teria sido, evidentemente, de mais longa duração e o seu êxito muito duvidoso. Ora, uma derrota em Moscou teria uma grave repercussão em Petrogrado. Se é certo que, mesmo com plano de Lenine, a vitória não se tornava impossível, a via tomada pelos acontecimentos revelou-se, contudo, muito mais econômica e vantajosa, garantindo mais completamente a vitória.

Só porque a insurreição armada, "silenciosa", quase "legal" - pelo menos em Petrogrado - era já um fato consumado (senão em nove décimos pelo menos em três quartos), é que nos foi possível fazer coincidir mais ou menos exatamente a tomada do poder com o momento da convocação do 2.º Congresso dos Sovietes. Esta insurreição era "legal" no sentido de surgir das concessões "normais" da dualidade de poder. Já tinha acontecido muitas vezes, mesmo quando estava nas mãos dos conciliadores o soviete de Petrogrado controlar ou modificar as decisões do governo. Era uma forma de se deixar enquadrar na constituição do regime conhecido pelo nome de kerenskismo. Nós, bolcheviques, quando obtivemos a maioria no soviete de Petrogrado, nada mais fizemos do que prolongar e acentuar os métodos de dualidade do poder. Encarregamo-nos de controlar e rever a ordem de envio da guarnição para a frente. Precisamente por isso, cobrimos a insurreição efetiva da guarnição de Petrogrado com as tradições e procedimentos da dualidade do poder. Além disso, unindo, na agitação que fazíamos, a questão do poder e a convocação do 2.º Congresso dos Sovietes, desenvolvemos e aprofundamos as tradições desta dualidade, preparando o quadro da legalidade soviética para a insurreição bolchevique em toda a Rússia. Não alimentávamos as ilusões constitucionais soviéticas das massas, porque, sob a palavra de ordem de luta pelo 2.º Congresso, conquistávamos para a nossa causa, agrupando-as, as forças do exército revolucionário. Simultaneamente e muito mais do que era de esperar, conseguimos atrair os nossos inimigos, os conciliadores, para a armadilha da legalidade soviética. Politicamente, é sempre perigoso o recurso a ardis, sobretudo em épocas revolucionárias, pois além de ser difícil enganar o inimigo, corre-se o risco de induzir em erro as massas que nos seguem. O nosso "ardil" foi um êxito completo, não por ser uma invenção artificial de um estratega engenhoso, desejando evitar a guerra civil, mas por resultar naturalmente da decomposição do regime conciliador e das suas flagrantes contradições. O Governo Provisório queria desfazer-se da guarnição. Os soldados não queriam ir para a frente. Dando a este sentimento natural uma expressão política, um objetivo revolucionário e uma cobertura "legal", garantimos a unidade no seio da guarnição, ligando-a estreitamente aos operários de Petrogrado. Na sua situação desesperada e caótica, os nossos inimigos tinham, pelo contrário, tendência para considerar a legalidade soviética como moeda segura. Queriam ser enganados, pelo que lhes demos todas as possibilidades disso.

Uma luta pela legalidade soviética prosseguia entre nós e os conciliadores. Para as massas, a fonte do poder estava nos Sovietes. Deles saíram Kerenski, Tseretelli e Skobelev. Também nós estávamos estreitamente ligados aos Sovietes, mas pela palavra de ordem fundamental: todo o poder aos Sovietes. A burguesia defendia a sua filiação na Duma do Império; os conciliadores, embora defendessem a sua nos Sovietes, pretendiam reduzir o seu papel à insignificância. Quanto a nós, provenientes dos Sovietes, o que nos interessava era transmitir-lhes o poder. Não podendo romper

ainda os laços com os Sovietes, os conciliadores apressavam-se a estabelecer uma ponte entre a legalidade soviética e o parlamentarismo. Convocaram, para o efeito, a Conferência Democrática, criando o pré-Parlamento. Fosse como fosse, a participação dos Sovietes no pré-Parlamento sancionava a sua ação. Os conciliadores esforçavam-se por surpreender a revolução com o engodo de legalidade soviética, canalizando-a no parlamentarismo burguês.

Todavia também nós estávamos interessados em utilizar a legalidade soviética. No final da Conferência Democrática, arrancamos aos conciliadores o consentimento para a convocação do 2.º Congresso dos Sovietes. Este congresso deixou-os extremamente perplexos: com efeito, não podiam opor-se à sua convocação sem romper com a legalidade soviética; por outro lado, compreendiam perfeitamente que este congresso, pela sua composição, nada de bom lhes prometia. Precisamente por isso é que apelávamos tanto mais instantemente para que fosse realizado, enquanto senhor dos destinos do país, convidando, em toda a nossa propaganda, a apoiá-lo e protegê-lo dos inevitáveis ataques da contrarrevolução. Se é certo que os conciliadores nos apanharam na ratoeira da legalidade soviética com o pré-Parlamento saído dos Sovietes, por sua vez, através do 2.º Congresso dos Sovietes, encurralamo-las nessa mesma legalidade. Uma coisa era organizar uma insurreição armada sob a palavra de ordem da tomada do poder pelo partido, outra, muito diferente, preparar e depois realizar a insurreição, invocando a necessidade de defender os direitos do Congresso dos Sovietes.

Assim, se bem que quiséssemos fazer coincidir a tomada do poder com o 2.º Congresso dos Sovietes, de modo nenhum tivemos a esperança ingênua de que este, por si só, pudesse resolver a questão do poder. Este fetichismo da forma soviética era-nos completamente alheio. No domínio da política, da organização e da técnica militar, o trabalho necessário à conquista do poder ocupava-nos ativamente. Contudo, procedíamos legalmente quando nos referíamos ao próximo congresso que devia decidir a questão do poder.

Lançando a ofensiva em toda a linha, dávamos mostras de nos defender. Pelo contrário, se se quisesse defender seriamente, o Governo Provisório deveria proibir a convocação do Congresso dos soviéticos, dando, por isso mesmo, pretexto à parte adverso para a insurreição armada (para o Congresso era o pretexto mais vantajoso). Além disso, não só púnhamos o Governo Provisório numa situação política desvantajosa, mas entorpecíamos também a confiança que nele muitos depositavam.

Os membros do governo acreditavam sinceramente tratarmos do parlamentarismo soviético, de um novo Congresso em que seria adoptada uma nova resolução sobre o poder no espírito das dos soviéticos de Petrogrado e Moscovo, depois do que, referindo-se ao pré-Parlamento e à próxima Assembleia Constituinte, o governo deixara de nos venerar, colocando-nos numa situação ridícula. Era assim que os pequenos burgueses mais razoáveis pensavam, como prova incontestavelmente o testemunho de Kerensky.

Este conta nas suas memórias a discussão tempestuosa que teve com Dan e outros na noite de 24 para 25 de Outubro, a propósito da insurreição que já se desenvolvia profundamente. "Logo de início Dan declarou-me" - conta Kerensky - "estarem muito melhor informados que eu, pelo que exagerava os acontecimentos sob a influência das comunicações do meu estado-maior reaccionário. Garantiu-me depois que a resolução da maioria do soviete, desagradável "para o amor-próprio do governo", contribuiria indiscutivelmente para uma viragem favorável no estado de espírito das massas cujo efeito se fazia sentir já, e que a influência da propaganda bolchevique "decairia agora rapidamente".

"Por outro lado, na sua opinião, nas conversações com os chefes da maioria soviética, os bolcheviques declararam estar prontos a "submeter-se à vontade da maioria dos soviéticos", dispondo-se a tomar "de amanhã em diante" todas as medidas para abafar a insurreição que "deflagrara contra a sua vontade e sem a sua sanção". Em conclusão, Dan lembrou que, "de amanhã em diante" (sempre o dia de amanhã), os bolcheviques dissolveriam o seu estado-maior militar, declarando que todas as medidas por mim tomadas para reprimir a insurreição só contribuiriam para "exasperar" as massas e que a minha "intromissão" só servia para "impedir os representantes da maioria dos soviéticos de conseguirem a liquidação da insurreição nas suas conversações com os bolcheviques".

"Ora, na altura em que Dan me fazia esta notável comunicação, os destacamentos da guarda vermelha iam ocupando sucessivamente os edifícios governamentais. E, quase imediatamente após a

saída de Dan e dos seus camaradas do Palácio de Inverno, o ministro dos Cultos, Kartachev, de volta da sessão do Governo Provisório, foi detido na Míllionnaia e conduzido ao Smolni, aonde Dan regressara para prosseguir as entrevistas com os bolcheviques. Há que reconhecer que os bolcheviques agiram então com grande energia e completa habilidade. Numa altura em que a insurreição estava no auge e as "tropas vermelhas" operavam por toda a cidade, alguns dos chefes bolcheviques especializados na tarefa esforçavam-se (não sem êxito) por lograr os representantes da "democracia revolucionária". Esses finórios passaram toda a noite numa discussão interminável sobre as diversas fórmulas que deviam pretensamente servir de base a uma reconciliação e liquidação da insurreição. Com este método nas "conversações", os bolcheviques ganharam um tempo extremamente precioso. As forças combativas dos s. r. e mencheviques não foram mobilizadas a tempo. Isso é que era preciso demonstrar!" (A. Kerenski, De longe).

Com efeito, isso é que era preciso demonstrar! Como se vê, os conciliadores deixaram-se completamente apanhar na ratoeira da legalidade soviética. A suposição de Kerenski, segundo a qual os bolcheviques especializados nesta missão induziram em erro os mencheviques e os s. - r. a respeito da próxima liquidação da insurreição, é falsa. Na realidade, só tomaram parte nas conversações os bolcheviques que verdadeiramente queriam a liquidação da insurreição e a constituição dum governo socialista com base num acordo entre os partidos. Objetivamente, porém, estes parlamentares prestaram à insurreição um certo serviço, alimentando com as suas as ilusões do inimigo. Mas só porque o Partido, apesar dos seus conselhos e avisos, com uma infatigável energia, prosseguia e consumava a insurreição, puderam prestar à revolução esse serviço.

Era preciso um excepcional concurso de circunstâncias, grandes e pequenas, para o êxito desta larga manobra envolvente. Era preciso, acima de tudo, um exército que já não quisesse bater-se. No momento da revolução, se não dispuséssemos de um exército camponês de vários milhares de homens, vencido e descontente, todo o seu desenvolvimento revolucionário assumiria um aspecto muito diferente, em particular no primeiro período, de Fevereiro a Outubro, inclusive. Só nestas condições era possível realizar exitosamente com a guarnição de Petrogrado a experiência que predeterminava a vitória de Outubro. Não se pode pretender erigir em lei a combinação especial duma insurreição tranquila, quase despercebida, com a defesa da legalidade soviética contra os kornilovianos. Muito pelo contrário, pode-se afirmar com segurança que esta experiência em parte alguma jamais se repetirá da mesma forma. Porém, é necessário estudá-la cuidadosamente. Este estudo alargará o horizonte de cada revolucionário, revelando-lhe a diversidade dos métodos e meios susceptíveis de serem postos em ação, na condição de que se fixe um objetivo claro e se tenha uma nítida ideia da situação e da vontade de travar a luta até ao fim.

Em Moscovo a insurreição foi muito mais prolongada, causando mais vítimas. E isto porque a guarnição de Moscovo não fora submetida, como a de Petrogrado, a uma preparação revolucionária (envio dos batalhões para a frente).

A insurreição armada - repetimos - efetuou-se por duas vezes em Petrogrado: na primeira quinzena de Outubro, quando os regimentos se recusaram a cumprir as ordens do comando, submetendo-se à decisão do soviete que correspondia inteiramente ao seu estado de espírito; e em 25 de Outubro, quando já só bastava uma pequena insurreição complementar para derrubar o governo de Fevereiro. Em Moscovo a insurreição efetuou-se de uma só vez. Esta foi provavelmente a principal razão por que se prolongou. Mas há ainda uma outra: uma certa irresolução por parte da direção. Passou-se, por várias vezes, das operações militares às conversações, voltando-se a seguir à luta armada. Se as hesitações da direção - sentidas perfeitamente pelas tropas - são, regra geral, politicamente prejudiciais, durante uma insurreição tornam-se mortalmente perigosas. Neste momento, muito embora tivesse já perdido confiança nas suas próprias forças, a classe dominante detinha ainda o aparelho governamental. À classe revolucionária incumbia a tarefa de conquistar o aparelho estatal, para o que lhe era necessário confiar nas suas próprias forças. A partir do momento em que arrastou os trabalhadores na esteira da insurreição, o Partido teve que retirar daí todas as consequências necessárias. Na insurreição, tal como na guerra - e muito menos no primeiro caso - não se podem tolerar hesitações ou perdas de tempo. Marcar passo, tergiversar, ainda que por algumas horas, restitui parcialmente aos dirigentes a confiança em si próprios, retirando aos insurrectos parte da sua certeza.

Ora, esta confiança, esta certeza, determinando a correlação das forças, decide o desenlace da insurreição. Este é o ângulo do qual é necessário estudar, par e passo, o andamento das operações militares em Moscou, na sua combinação com a direção política.

Seria extremamente importante assinalar ainda alguns dos pontos em que a guerra civil decorreu sob condições especiais (por exemplo, quando se complexificava com o elemento nacional). Um tal estudo, baseando-se no exame minucioso dos factos, é de natureza a enriquecer consideravelmente a nossa concepção do mecanismo da guerra civil e, por isso mesmo, a facilitar a elaboração de determinados métodos, regras, processos, com um carácter suficientemente geral para puderem ser introduzidos numa espécie de estatuto da guerra civil. A verdade é que o desenlace em Petrogrado determinava numa larga medida a guerra civil na província, embora se revelando morosa em Moscovo. A revolução de Fevereiro danificara consideravelmente o antigo aparelho -herança que o Governo Provisório era incapaz de renovar e consolidar. Por conseguinte, entre Fevereiro e Outubro o aparelho estatal só funcionava pela inércia burocrática. A província habituara-se se orientar por Petrogrado: fizera-o em Fevereiro, voltando a fazê-lo em Outubro. A nossa grande vantagem estava em prepararmos o derrube dum regime que ainda não tivera tempo de se formar. A extrema instabilidade do aparelho estatal de Fevereiro e a falta de confiança em si mesmo facilitaram singularmente o nosso trabalho, mantendo a certeza das massas revolucionárias e do próprio Partido.

Na Alemanha e na Áustria, depois de 09 de Novembro de 1918, houve uma situação análoga. Nesse caso, porém, foi a própria socialdemocracia a colmatar as fendas do aparelho estatal, ajudando ao restabelecimento do regime burguês republicano que, apesar de ainda hoje não poder ser considerado modelo de estabilidade, conta já no entanto com seis anos de existência. Quanto aos outros países capitalistas, esses não gozarão desta vantagem, quer dizer, desta proximidade entre a revolução burguesa e a proletária. Há já muito tempo que realizaram a sua revolução de Fevereiro. É certo que na Inglaterra há ainda bastantes sobrevivências feudais; mas seria impróprio falar de uma revolução burguesa independente na Inglaterra. Logo que tenha conquistado o poder, o proletariado inglês, com a primeira vassourada que der, livrará o país da monarquia, dos lordes, etc. A revolução proletária no Ocidente ver-se-á a braços com um Estado burguês completamente formado. O que não quer dizer que depare com um aparelho estável, dado que a própria possibilidade de insurreição proletária pressupõe uma desagregação do Estado capitalista, bastante adiantada. Se entre nós a revolução de Outubro foi uma luta contra um aparelho estatal que ainda não tivera tempo de se formar desde Fevereiro, nos outros países a insurreição terá contra si um aparelho estatal em estado de progressivo desmembramento. Regra geral é de supor que, tal como dissemos no IV Congresso da I.C., a resistência da burguesia nos antigos países capitalistas será muito mais forte do que entre nós; o proletariado a lançará a vitória mais dificilmente; em contrapartida, a conquista do poder garantir-lhe-á uma situação muito mais firme e estável do que a nossa logo após Outubro. Entre nós, a guerra civil só se desenvolveu verdadeiramente depois da tomada do poder pelo proletariado nos principais centros urbanos e industriais, preenchendo os três primeiros anos de existência do poder sovieta. Há muitas razões para que o proletariado tenha mais dificuldade em conquistar o poder na Europa central e ocidental; em contrapartida, depois da tomada do poder, ficará com os braços muito mais livres do que nós. É evidente que estas conjunturas só podem ter um carácter condicional. O desenlace dos acontecimentos dependerá, numa larga medida, da ordem segundo a qual a revolução se processar nos diferentes países da Europa, das possibilidades de intervenção militar e da força econômica e militar da União Soviética nesse momento. Seja como for, a eventualidade muito provável da conquista do poder vir a chocar-se com uma resistência das classes dominantes na Europa e na América, muito mais séria, muito mais implacável e refletida do que entre nós, obriga-nos a considerar a insurreição armada e a guerra civil em geral, como uma arte.

Soviets e Partido na Revolução Proletária

Os soviets dos deputados operários surgiram entre nós em 1905 e 1917, a partir do próprio movimento, como forma de organização natural a certo nível da luta. Mas os jovens partidos europeus que aceitaram os soviets mais ou menos como "doutrina" e "princípio", estão sempre expostos ao

perigo de uma concepção fetichista dos sovietes, considerados como fatores autônomos da revolução. Com efeito, apesar da imensa vantagem que apresentam como organização de luta pelo poder, é perfeitamente possível que a insurreição se desenvolva com base noutra forma de organização (comitês de usinas, sindicatos) e os sovietes sujam apenas como órgão do poder no momento da insurreição ou mesmo depois da vitória.

Muito elucidativa, deste ponto de vista, é a luta em que Lenine se empenhou depois das jornadas de Julho contra o fetichismo sovieta. Uma vez que os sovietes s.r. e mencheviques se tinham tornado em Julho organizações que incitavam abertamente à ofensiva os soldados e perseguiram os bolcheviques, o movimento revolucionário das massas operárias podia e devia procurar outras vias. Lenine indicou os comitês de fábrica como organização da luta pelo poder. O movimento teria muito provavelmente tomado essa direção se não fosse a insurreição de Kornilov que obrigou os sovietes conciliadores a defender-se a si mesmos e permitiu aos bolcheviques insuflar-lhes de novo o espírito revolucionário, ligando-os estreitamente às massas por intermédio da sua esquerda, quer dizer dos bolcheviques.

Tal como a recente experiência da Alemanha demonstrou, esta questão reveste uma enorme importância internacional. Neste país, os sovietes foram por várias vezes construídos como órgãos da insurreição, como órgãos do poder, sem o deter. O resultado foi que em 1923 o movimento das massas proletárias e semiproletárias começou a agrupar-se à volta dos comitês de fábrica, que no fundo preenchiam as mesmas funções que incumbiam entre nós aos sovietes no período que precedeu a luta direta pelo poder. No entanto, em Agosto e Setembro, alguns camaradas propuseram proceder-se imediatamente à criação de sovietes na Alemanha. Depois de longos e ardentes debates a proposta foi repelida, e com razão. Como os comitês de fábrica já se tinham tornado efetivamente pontos de concentração das massas revolucionárias, os sovietes desempenhariam no período preparatório um papel paralelo ao dos comitês de fábrica, não sendo senão uma forma sem conteúdo. Nada mais fariam do que desviar o pensamento das tarefas materiais da insurreição (exército, polícia, centúrias, caminhos de ferro, etc.) reportando-os a uma forma de organização autônoma. Por outro lado, a criação dos sovietes como tais, antes da insurreição, teria sido como que uma proclamação de guerra sem efeito. O governo, obrigado a tolerar os comitês de fábrica por reunirem massas consideráveis à sua volta, fustigaria os primeiros sovietes enquanto órgão oficial que procurava conquistar o poder. Os comunistas ver-se-iam obrigados a assumir a defesa dos sovietes enquanto organização. A luta decisiva não visaria a tomada ou defesa de posições materiais, não se desenrolando no momento, por nós escolhido, em que a insurreição decorreria necessariamente do movimento das massas; teria, sim, rebentado por causa de uma forma de organização, os sovietes, no momento escolhido pelo inimigo. Ora, é evidente que todo o trabalho preparatório da insurreição podia ser subordinado com toda a eficiência à forma de organização dos comitês de fábrica que já tinham tido tempo de se tornar organizações de massas, continuando a aumentar e a fortificar-se, e davam carta branca ao Partido em relação à fixação da data da insurreição. Evidentemente que os sovietes, numa certa etapa, teriam que surgir. Nas condições que acabamos de indicar, é duvidoso que tivessem surgido no auge da luta como órgãos diretos da insurreição, pois daí poderia resultar uma dualidade de direção revolucionária no momento crítico. Não é preciso mudar de cavalo quando se atravessa uma torrente, diz um provérbio inglês. É possível que, depois da vitória nas principais cidades, os sovietes comessem a aparecer em todos os pontos do país. Em todo o caso, a insurreição vitoriosa provocaria necessariamente a criação dos sovietes como órgãos do poder.

Não nos esqueçamos que, entre nós, os sovietes surgiram já na etapa "democrática" da revolução, sendo então legalizados de qualquer forma; em seguida herdamos-os e utilizamos-os. O mesmo não sucederá nas revoluções proletárias do Ocidente. Nessas, os sovietes criar-se-ão, na maioria dos casos, por apelo dos comunistas, tornando-se em seguida órgãos diretos da insurreição proletária. É evidentemente possível que a desorganização do aparelho estatal burguês se torne muito forte antes da conquista do poder pelo Proletariado o que permitiria criar sovietes como órgãos declarados da preparação da insurreição. Mas é muito pouco provável que esta seja a regra geral. Na maior parte dos casos só nos últimos dias se conseguem criar os sovietes, como órgãos diretos da massa pronta a insurgir-se. Finalmente, é também muito possível que os sovietes surjam após o momento crítico da

insurreição e até depois da sua vitória, como órgãos do novo poder. É preciso encarar constantemente todas estas eventualidades de modo a não cair no fetichismo de organização e não transformar os soviets, de forma de luta flexível e vital, em "princípio" de organização, introduzido no movimento do exterior e entavando o seu desenvolvimento regular.

Declarou-se recentemente na nossa Imprensa desconhecemos por que porta entraria a revolução proletária na Inglaterra: se pelo partido comunista, se pelos sindicatos. Decidir é impossível. Esta maneira de pôr a questão, que pretende atingir a envergadura histórica, é radicalmente falsa e muito perigosa, pois oculta a principal lição dos últimos anos. Se não houve nenhuma revolução vitoriosa no fim da guerra, foi por não haver um partido. Esta constatação aplica-se a toda a Europa. Seguindo par e passo o movimento revolucionário nos diferentes países, poder-se-á verificar a sua Justeza. No que diz respeito a Alemanha, se a massa fosse dirigida pelo Partido tal como se impunha, é claro que a revolução em 1918 e 1919 poderia vir a triunfar. Em 1917, o exemplo da Finlândia mostrou-nos que o movimento revolucionário se desenvolvia em condições excepcionalmente favoráveis, a coberto e com a ajuda militar direta da Rússia revolucionária. Mas a maioria da direção do Partido finlandês, sendo como era social-democrata, votou à derrota a revolução. Não menos claramente sobressai esta lição da experiência da Hungria. Neste país os comunistas, aliados aos social-democratas de esquerda, embora não tendo conquistado o poder, receberam-no das mãos da burguesia apavorada. A revolução húngara, vitoriosa sem combate nem vitória, viu-se privada de uma direção combativa desde o início, O Partido comunista fundiu-se com o Partido social-democrático, demonstrando com isso nem mesmo ser verdadeiramente comunista e por conseguinte incapaz de conservar o poder que obtivera tão facilmente, apesar do espírito combativo dos proletários húngaros. A revolução proletária não pode triunfar sem o Partido, contra o Partido ou através dum sucedâneo dele. Este é o principal ensinamento dos últimos dez anos. É certo que os sindicatos ingleses podem tornar-se uma poderosa alavanca da revolução proletária; em certas condições e durante um determinado período, poderão até, por exemplo, substituir os Soviets operários. Mas, sem o apoio do Partido comunista e, com mais forte razão, contra ele, não serão capazes disso; só se a propaganda comunista se tornar preponderante no seu seio é que poderão desempenhar esse papel. Pagamos demasiado caro esta lição sobre o papel e importância do Partido, para não a termos retido integralmente.

Nas revoluções burguesas, a consciência, a preparação e o método desempenharam um papel muito menos relevante do que são chamados a desempenhar e desempenharam já nas revoluções do proletariado. A força motriz da revolução burguesa foi também a massa, mas muito menos consciente e organizada do que nos nossos dias. A direção pertencia as diferentes fracções da burguesia, que dispunha da riqueza, da instrução e da organização (municipalidades, universidades, imprensa, etc.). A monarquia burocrática defendeu-se empiricamente, agindo completamente ao acaso. A burguesia escolheu o momento favorável em que pudesse, explorando o movimento das massas populares, lançar todo o seu peso social no prato da balança e conquistar o poder. Porém, na revolução proletária, o proletariado é não só a principal força combativa, mas também, na pessoa da sua vanguarda, a força dirigente. Só o partido do proletariado pode desempenhar na revolução proletária o papel que o poderio da burguesia, a sua instrução, as suas municipalidades e universidades desempenharam na revolução burguesa. O seu papel é tanto maior quanto mais formidavelmente recrudescer a consciência de classe do seu inimigo. Ao longo de séculos de dominação, a burguesia elaborou uma escola política incomparavelmente superior à da antiga monarquia burocrática. Se o parlamentarismo foi, até certo ponto, para o proletariado, uma escola de preparação para a revolução ainda foi mais uma escola de estratégia contrarrevolucionária para a burguesia. Como prova, basta indicar que foi pelo parlamentarismo que a burguesia educou a socialdemocracia, hoje em dia a mais poderosa proteção da propriedade individual. Tal como as primeiras experiências provaram, a época da revolução social na Europa será uma época de batalhas, não só implacáveis, mas também calculadas, muito mais calculadas do que entre nós, em 1917.

Impõe-se-nos, por isso, abordar as questões da guerra civil e, em particular, da insurreição, de forma diferente da atual. Na esteira de Lenine, repetimos frequentemente as palavras de Marx: "A insurreição é uma arte". Porém, se não se estudarem os elementos essenciais da arte da guerra civil

com base na vasta experiência acumulada durante os últimos anos, tal pensamento nada mais será do que uma frase vazia. É preciso declarar abertamente que a nossa indiferença pelas questões da insurreição armada é testemunho da força considerável que a tradição Social-democrática conserva no nosso seio. O partido que considerar superficialmente as questões da guerra civil na esperança de que tudo se combine por si só no momento necessário, sofrerá com toda a certeza uma derrota. É preciso estudar coletivamente e assimilar a experiência das batalhas proletárias desde 1917.

A história dos agrupamentos do Partido em 1917, esboçada mais atrás, representa igualmente uma parte essencial da experiência da guerra civil, assumindo uma importância direta para a política da Internacional Comunista. Já dissemos, mas voltamos a dizer: o estudo das nossas divergências não pode nem deve ser considerado, de maneira nenhuma, como dirigido contra os camaradas que defenderam então uma política errada. Mas, por outro lado, seria inadmissível riscar o capítulo mais importante da história do Partido, só porque todos os seus membros não andavam então a par da revolução do proletariado. O Partido pode e deve conhecer todo o seu passado para o apreciar convenientemente e pôr as coisas nos seus devidos lugares. A tradição dum partido revolucionário não é feita de reticências, mas de clareza política.

A história garantiu ao nosso Partido incomparáveis vantagens revolucionárias. Tradições de luta heroica contra o czarismo, hábitos, processos revolucionários ligados às condições de ação clandestina, elaboração teórica da experiência revolucionária de toda a humanidade, luta contra o menchevismo, contra a corrente dos narodniki, contra o conciliacionismo, experiência da Revolução de 1905, elaboração teórica desta experiência durante os anos da contrarrevolução, exame dos problemas do movimento operário internacional do ponto de vista das lições de 1905: eis o que, no conjunto, deu ao nosso Partido uma têmpera excepcional, uma superior clarividência, uma envergadura revolucionária sem paralelo. E, contudo, no momento da ação decisiva, formou-se neste partido tão bem preparado, ou melhor, nas suas esferas dirigentes, um grupo de antigos bolcheviques, revolucionários experientes, que se opôs violentamente ao golpe de força proletário e assumiu em todas as questões essenciais, durante o período mais crítico da revolução - de Fevereiro de 1917 a Fevereiro de 1918 - uma posição social-democrática. Foi preciso a excepcional influência de Lenine no Partido para preservar este e a revolução das funestas consequências de tal estado de coisas. Eis o que nunca se deverá esquecer se quisermos que os Partidos comunistas dos outros países aprendam alguma coisa na nossa escola. A questão da seleção do pessoal dirigente tem uma importância excepcional para os Partidos da Europa Ocidental. É o que demonstra, entre outras, a experiência do fracasso de Outubro de 1923 na Alemanha. Mas esta seleção deve efetuar-se de acordo com o princípio da ação revolucionária... Dispusemos de bastantes ocasiões na Alemanha para pôr à prova o valor dos dirigentes do Partido no momento das lutas diretas. Sem esta prova, todos os outros critérios não poderiam ser considerados seguros. Ao longo dos últimos anos, a França teve muito menos convulsões revolucionárias, mesmo que limitadas. Houve, contudo, algumas explosões ligeiras de guerra civil quando o Comitê Diretivo do Partido e os dirigentes sindicais tiveram que reagir face a questões urgentes e importantes (por exemplo: o meeting sangrento de 11 de Janeiro de 1924). O estudo atento de episódios deste gênero fornece-nos dados inestimáveis que permitem apreciar o valor da direção do Partido e a conduta dos seus chefes e diferentes órgãos. Não tomar em consideração estes dados para a seleção dos homens, é caminhar inevitavelmente para a derrota, pois que, sem direção perspicaz, resoluta e corajosa do Partido, a vitória da revolução proletária é impossível.

Qualquer partido, mesmo o mais revolucionário, elabora inevitavelmente o seu conservadorismo de organização: caso contrário, não alcançaria a estabilidade necessária. Mas, no caso em questão, tudo depende do grau. Num partido revolucionário a dose necessária de conservadorismo deve combinar-se com uma total libertação de rotina, flexibilidade de orientação e audácia atuante. Estas qualidades verificam-se melhor nas viragens históricas. Lenine - vimo-lo mais atrás - dizia que quando sobrevinha uma mudança brusca na situação e, portanto, nas tarefas, os partidos, mesmo os mais revolucionários, continuavam na maior parte dos casos a seguir a sua linha anterior, tornando-se ou ameaçando tornar-se, por isso mesmo, um travão para o desenvolvimento revolucionário. O conservadorismo do Partido, tal como a sua iniciativa revolucionária, encontra nos órgãos da direção a sua expressão mais concentrada. Ora, os Partidos comunistas europeus têm ainda

que efetuar a sua mais brusca viragem: aquela em que passarão do trabalho preparatório à tomada do poder. É a que mais qualidades exige, mais responsabilidades impõe e a mais perigosa. Deixar escapar tal momento é o maior desastre de que o Partido pode ser vítima.

A experiência das batalhas dos últimos anos na Europa e principalmente na Alemanha, considerada á luz da nossa própria experiência, mostra-nos que há duas categorias de chefes com tendência a empurrar para trás o Partido na altura de dar em frente o maior salto. Uns são levados a ver principalmente as dificuldades e os obstáculos, apreciando cada situação com o "parti pris", inconsciente por vezes, de se furtar a ação. Para esses o marxismo torna-se um método utilizado para motivar a impossibilidade de ação revolucionária. Os mencheviques russos representavam os espécimes mais característicos deste tipo de chefes. Este não se limita, porém, ao menchevismo, revelando-se no momento mais crítico no interior do partido mais revolucionário e no seio de militantes que ocupam os postos mais elevados. Os representantes da outra categoria são agitadores superficiais. Enquanto não forem de encontro aos obstáculos, não os veem. Quando chega o momento da ação decisiva, o hábito que têm de iludir as dificuldades reais jogando com as palavras, o seu extremo optimismo em todas as questões, transforma-se inevitavelmente em impotência e pessimismo. Para o primeiro tipo, para o revolucionário mesquinho, amolador ambulante, as dificuldades da tomada do poder nada mais são do que a acumulação e multiplicação de todas as dificuldades que está habituado a ver no caminho. Para o segundo tipo, o optimista superficial, as dificuldades da ação revolucionária surgem sempre subitamente. No período de preparação, a conduta destes dois homens é diferente: um mostra-se como que um céptico com quem é impossível firmemente contar do ponto de vista revolucionário; em contrapartida, o outro pode parecer um revolucionário ardente. Mas no momento decisivo ambos andam de mãos dadas, insurgindo-se contra a insurreição. Contudo, só na medida em que torna capaz o Partido, e sobretudo os seus órgãos dirigentes, de determinar o momento da insurreição e de a dirigir, é que todo o trabalho de preparação tem valor. Porque a tarefa do Partido comunista é conquistar o poder a fim de proceder à refundição da sociedade.

(...)

Kislovodsk, 15 de Setembro de 1924.